ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO EURÍPEDES SALES

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU" EM GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

EDUARDO JORGE TAVARES EIDI SANTOS LEONILDA DOS SANTOS SILVA MARIA DO ROSARIO BEZERRA

O ATENDIMENTO SOCIAL AO MUNÍCIPE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.
UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS IPIRANGA – SÃO PAULO.

GESTÃO DOS RECURSOS NA GESTÃO PÚBLICA

SÃO PAULO

2019

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU" EM GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

EDUARDO JORGE TAVARES EIDI SANTOS LEONILDA DOS SANTOS SILVA MARIA DO ROSARIO BEZERRA

O ATENDIMENTO SOCIAL AO MUNÍCIPE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS IPIRANGA – SÃO PAULO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, como requisito para a conclusão do curso de Especialização "Lato Sensu" em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas.

Orientador: Prof. MS. Wagner Dal Médico

São Paulo

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUARDO JORGE TAVARES EIDI SANTOS LEONILDA DOS SANTOS SILVA MARIA DO ROSÁRIO BEZERRA

O ATENDIMENTO SOCIAL AO MUNÍCIPE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS IPIRANGA – SÃO PAULO.

Monografia apresentada à Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, como requisito para a obtenção do certificado de conclusão de curso.

BANCA EXAMINADORA	
WAGNER DAL MÉDICO	
ANTÔNIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	
SUELEM LIMA BENICIO	
SÃO PAULO,	

A Deus por nos dar forças.

Aos Pais, esposos e esposas, filhos e filhas pelo apoio e paciência durante o desenvolvimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor MS. Wagner Dal Médico, que gentilmente aceitou ser nosso orientador e nos incentivou neste trabalho.

Às professoras integrantes da banca pelas valiosíssimas considerações para este trabalho.

A todos os professores do curso de Gestão e Controle Externo das Contas Públicas, que nos propiciaram uma visão mais ampla e abrangente da gestão pública.

Ao Professor MS. André Galindo da Costa coordenador do curso de Gestão e Controle Externo das Contas Públicas.

Ao Dr. Jessé José Freire de Souza Diretor Presidente da Escola de Contas.

Ao Dr. João Antônio da Silva Filho, Conselheiro Dirigente da Escola de Contas.



RESUMO

O presente trabalho de pesquisa é um estudo de caso em uma unidade da Prefeitura do Município de São Paulo, CRAS – Ipiranga, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Tem como objetivo identificar os resultados do atendimento a indivíduos e famílias, a fim de verificar se os resultados correspondem às metas estipuladas nas normas técnicas da política de assistência social, comparando, através de análises metodológicas da unidade estudada, os dados oficiais disponíveis com os dados pesquisados, em uma abordagem quantitativa, com o uso de questionários e pesquisa documental. Desta forma, este estudo visa identificar, no estado atual, os resultados administrativos relativos ao desempenho na assistência social aos usuários locais, o quanto são realmente assistidos nos serviços ofertados na unidade estudada, bem como a efetividade das políticas públicas ali aplicadas. Com base nos parâmetros de análise estabelecidos a partir do referencial teórico, a pesquisa mostra que os critérios: a) estrutura adequada; b) equipe dimensionada; c) metas estabelecidas pelos órgãos competentes adotadas para constituição e utilização do cadastro e atendimento aos usuários são inadequados, havendo a possibilidade de melhoria na prestação dos serviços em tela, com a capacitação dos servidores a partir da adoção dos critérios d) avaliação de resultados, e) controle dos atendimentos realizados e f) comparativo dos resultados com as metas estabelecidas, previstos na norma técnica para as boas práticas de assistência social.

Palavras-chave: Assistência Social, Proteção Social, CRAS, Gestão de Processos, Avaliação de Resultados.

ABSTRACT

This work is a case study in a unit of the Municipality of São Paulo City, CRAS - Ipiranga, connected to the Municipal Department of Assistance and Social Development. The purpose is to identify the results of the attendance given to individuals and families, in order to verify if the results correspond to the goals stipulated in the technical norms of the social assistance policy, comparing, through methodological analyzes of the studied unit, the official data available with the data from researches carried out, in a quantitative approach, with the use of questionnaires and documentary research. In this way, this study aims to identify, in the current state, the administrative results related to the performance in social assistance to local users, how much they are actually assisted in the offered attendances at the unit studied, as well as the effectiveness of the public policies applied over there. Based on the parameters of analysis established from the theoretical reference, the research shows that the criteria: a) adequate structure; b) team size; c) goals established by the competent organs, adopted for the constitution and use of the cadastre and attendance to users are inadequate, with the possibility of improvement in the provision of services, through the qualification of the servers from the adoption of the criteria d) evaluation of results, e) control of the services rendered and f) comparation of the results with established goals, provided in the technical norms for good social assistance practices.

Keywords: Social Assistance, Social Protection, CRAS, Processes Management, Results evaluation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – FIGURAS

Figura 1 – Função de Gestão Territorial - CRAS
Figura 2 – Resumo dos espaços, usos, metragens e quantidade de ambientes, segundo capacidade de atendimento anual do CRAS.
Figura 3 – Atribuições do CRAS e do Órgão Gestor Municipal ou do Distrito Federal27
Figura 4 — Equipe de referência de acordo com as Famílias referenciadas e a Capacidade de atendimento anual
Figura 5 – Perfil e atribuições da equipe técnica de Nível Médio do CRAS29
Figura 6 – Perfil e atribuições da equipe técnica de Nível Superior do CRAS30
Figura 7 – Atendimento a demandas no CRAS-IP56
Figura 8 — Atribuições do CRAS- Funções Gestão de Proteção Básica e Oferta de Programa PAIF
Figura 9 – Atribuições do CRAS – Função Cadastro Único
Figura 10 – Espaço Físico – CRAS Ipiranga59
Figura 11 – Equipe CRAS Ipiranga60
Figura 12 – Metas – CRAS Ipiranga

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – TABELAS

Tabela 1 – Densidade demográfica no território da Prefeitura Regional Ipiranga	42
Tabela 2 – Cobertura CadÚnico – Semestral no período julho/2017 a janeiro/2018	43
Tabela 3 – Cobertura Bolsa Família – Semestral período janeiro/2013 a janeiro/2018	43
Tabela 4 – Respostas dos entrevistados	46
Tabela 5 – Análise percentual das respostas	47
Tabela 6 – Resumo de atendimentos mensais	55

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AJ – AÇÃO JOVEM

BPC - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

CadÚnico – CADASTRO ÚNICO

CCA - CENTRO PARA CRIANCAS E ADOLECENTES

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CGB – COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE BENEFÍCIO

CIB – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

CIT – COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

CJ – CENTRO PARA JUVENTUDE

CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNEAS – CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSEAS – CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CRAS-IP – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL-IPIRANGA

CRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

CS - CONTROLE SOCIAL

CT - CONSELHO TUTELAR

DEMES - DECLARAÇÃO MENSAL DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

DF - DISTRITO FEDERAL

DOC - DIARIO OFICIAL DA CIDADE

DOU – DIARIO OFICIAL DA UNIÃO

FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FNAS – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

GPSB – GESTÃO DA PROTECÃO SOCIAL BASICA

ICS – INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL

LOAS – LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MP – MINISTÉRIO PÚBLICO

MROSC - MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

NCI – NUCLEO DE CONVIVÊNCIA PARA O IDOSO

NOB/SUAS – NORMA OPERACIONAL BÁSICA / SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOB-RH/SUAS - NORMA OPERACIONAL BASICA - DE RECURSOS HUMANOS / DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OSC – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

OT – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

PAIF – SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMILIA

PBF – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

PMAS – PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PMEP – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

PMSP – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PNAS – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PSB – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PSBIJ – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

PSBPD – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PSBPI – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A PESSOA IDOSA

PSE – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

PTR – PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

RESUP – DECLARAÇÃO MENSAL DE SUPERVISÃO TÉCNICA

RF-REGISTRO FUNCIONAL

RI – REGIMENTO INTERNO

SAS – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SASF – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A FAMILIA

SIBEC – SISTEMA DE BENFÍCIOS DO CIDADÃO

SICON - SISTEMA DE CONDICIONALIDADES

SIGPBF – SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

SISCR – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA

SMADS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TCMSP – TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização	16
1.2 Objeto	16
1.3 Problema	16
1.4 Objetivo da pesquisa	17
1.4.1 Geral	17
1.4.2 Específicos	17
1.5 Contribuição da pesquisa	18
1.6 Justificativa do estudo	18
2. LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	19
2.1 Os processos de trabalho para o atendimento social.	23
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO REFERENCIAL TEÓRICO	37
4. METODOLOGIAS DA PESQUISA	37
5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	39
6. ANÁLISE DOS DADOS	45
6.1 Tabulações das respostas ao questionário de perguntas fechadas	45
6.2 Perguntas abertas – respostas e análise comparativa	48
6.3 Análises dos Dados	55
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66
Apêndice A – Questionário de perguntas fechadas direcionado à equipe técnic	ca do CRAS –
IPIR A NG A	68

Apêndice B – Questionários de perguntas abertas direcionados à equipe técnica do CRA	S –
IPIRANGA.	70
Apêndice C – Cobertura do CadÚnico CRAS – IPIRANGA.	72
Apêndice D – Cobertura do Bolsa Família CRAS – IPIRANGA.	73
Apêndice E – Relatórios Mensais DEMES do CRAS – IPIRANGA	74
Apêndice F – Relação dos Serviços Socioassistenciais – CRAS-IPIRANGA	98

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, estabelece a garantia de Assistência Social para todos os cidadãos que dela necessitar.

A Política Nacional de Assistência Social está prevista na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, padronizou as ações para promover programas de atendimento às demandas sociais.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2005, reimpresso em março de 2010), a Política Pública de Assistência Social é marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob a vigilância do Estado, que organizará a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade.

1.2 Objeto

A estrutura de atendimento social de proteção básica na cidade de São Paulo está dividida em 32 territórios. Dos 54 Centros de Referência de Assistência Social que funcionam nesses territórios, foi destacada uma de suas unidades, considerando a facilidade de acesso aos dados e aos servidores que nela atuam.

Nesse sentido houve a necessidade de se especificar a Unidade e a Região para que fosse possível a realização deste estudo de caso. Para tanto, optamos por considerar o aspecto quantitativo dos fatos referentes a estrutura e o funcionamento da assistência social no CRAS – IPIRANGA, capital, São Paulo.

1.3 Problema

Considerando que existem normas técnicas e legais, descritas no decorrer do trabalho, que norteiam as ações do trabalhador social e considerando as particularidades da execução da

política de assistência no Município de São Paulo, dada a diversidade de seus territórios com base no modelo de pesquisa que é estudo de caso, indaga-se:

Como o indivíduo e a família que se encontra em situação de vulnerabilidade acessam aos direitos da política pública de assistência social no CRAS – IPIRANGA – Capital - São Paulo?

De que forma o indivíduo é acolhido na unidade estudada para que suas demandas sejam identificadas?

De que forma o indivíduo tem suas necessidades encaminhadas para ser assistido em seus direitos?

1.4 Objetivo da pesquisa

1.4.1 Geral

Este trabalho de pesquisa busca conhecer se os resultados quantitativos traduzidos nas metas estabelecidas para o atendimento social do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Ipiranga, atendem aos parâmetros e critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS e pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social - SMADS do Município de São Paulo.

1.4.2 Específicos

Considerando a linha de pesquisa estabelecida no objetivo geral, pretendemos:

- Conhecer as diretrizes e normas da PNAS e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para o funcionamento do CRAS;
- Identificar a equipe técnica segundo as Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009) e se sua composição é compatível com a capacidade de atendimento estabelecida;

- Conhecer os parâmetros de produtividade do CRAS Ipiranga do Município de São Paulo, com base nas Orientações Técnicas Centro de Referência CRAS organizadas pela NOB-RH/SUAS;
- Diagnosticar os resultados de produtividade da equipe técnica com base nas metas estabelecidas.

1.5 Contribuição da pesquisa

O acesso à política de assistência se dá através do CRAS, conforme orienta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que organiza o fornecimento de programas, serviços, projetos e benefícios, garantindo um controle unificado em cada esfera estatal - MDS.

A presente pesquisa aponta quais são os parâmetros quantitativos adequados a um bom serviço de assistência social a partir da PNAS e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – SMADS, traduzidos em metas, e faz uma análise comparativa com as metas e resultados alcançados pela unidade pesquisada.

1.6 Justificativa do estudo

Pretende-se com as verificações dos dados oficiais e dados levantados em pesquisa e análises metodológicas da unidade de assistência social do CRAS – IPIRANGA, contribuir com o aprimoramento e melhoria da gestão e controle dos serviços por ela ofertados.

Ao conhecer os serviços ofertados pelo CRAS - Ipiranga, bem como os processos de trabalho, seus resultados e conhecer a efetividade da política pública aplicada na unidade estudada surgiram oportunidades para verificar a aplicação dos conhecimentos de gestão adquiridos na matéria Gestão dos Recursos na Gestão Pública da Escola Superior de Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales e a identificação das boas práticas de gestão no órgão da municipalidade, objeto deste estudo.

2. LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A promulgação da Constituição Federal em 1988 reconheceu os direitos sociais como política pública, normatizando as ações de proteção social, revisando os antigos valores e interesses, que se confundiam com dever moral, vocação religiosa, sentimento de comiseração, ou então práticas eleitoreiras, clientelistas e populistas.

Segundo Pereira (2007, p. 65):

Foi, pois, no âmbito das leis, dos conceitos, das ideias e até das utopias, redefinidos a partir da crise do regime ditatorial (que vigorou no Brasil durante 25 anos), que a assistência social brasileira lavrou tentos não desprezíveis: ganhou um paradigma norteador, centrado na cidadania, ressignificou-se, assumindo a identidade de política de Seguridade Social: e se introduziu nos ordenamentos jurídicos, nos currículos das universidades, na consciência e nos discursos de intelectuais e políticos formadores de opinião, nos debates parlamentares, na agenda dos governos e de organizações da sociedade civil. (PEREIRA, 2007, p.65)

Reconhecida como Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, ela dispõe sobre a organização da assistência social e da integração das políticas públicas sociais e econômicas, inseridas no conjunto da Seguridade Social em articulação com a Saúde e a Previdência.

A PNAS aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, expressa a materialidade das diretrizes da LOAS e passou a ser chamada de política de proteção com a responsabilidade de prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir agravos nas situações de vulnerabilidade das pessoas. Ela tem como objetivos:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p.33).

Segundo BRASIL (2004, p. 31) a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência de rendimento e de autonomia; de acolhida; de

convívio ou vivência familiar. Considera a família como espaço insubstituível para a proteção e socialização primária dos indivíduos. Sob esta ótica, a família é o núcleo básico e matricial das seguranças assistenciais e por isso deve ser redefinida e entendida como conjunto de pessoas que se unem não só por vínculos consanguíneos, mas também por laços afetivos e de cooperação. A política social deixa de considerar o grupo familiar como unidade econômica ou referência de rendimento per capta para conceder benefícios, entendendo a família como uma unidade de proteção primária, que também precisa de proteção pública, garantindo a condição de sujeito de direitos sociais e não só de deveres.

De forma descentralizadora e sem restringir-se à distribuição dos poderes, a PNAS considera os recortes territoriais onde vivam pessoas com problemas, cultura e histórias similares, não só considerando as demarcações geográficas tradicionais e sim espaços ou regiões homogêneas para que o desenho da rede socioassistencial considere o porte demográfico da região, coerentemente com o princípio de territorialização. A orientação aos poderes públicos em desenvolver ações para reduzir ocorrências de riscos e danos sociais, imprime a política um aspecto preventivo e corretivo em consonância com o princípio da proteção pró-ativa.

No campo da assistência social, o artigo 6°, da LOAS, dispõe que as ações na área são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, articulando meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área. O artigo 8° estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social. (BRASIL, 2004, p.43).

O CNAS, com base no art. 18, II e V da LOAS aprovou por intermédio da Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, a Norma Operacional Básica da Assistência Social, instituindo o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, organiza os serviços de assistência social e as ações de assistência social através de dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Básica oferece programas, serviços e benefícios para prevenção de riscos sociais e pessoais em atenção a famílias e indivíduos em vulnerabilidade social. A Especial assiste a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros direitos violados.

As bases para implantação do sistema foram consolidadas em 2005 por meio da sua Norma Operacional Básica - NOB/Suas, que apresenta claramente as competências de cada órgão e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

Cabe ressaltar que o público usuário da Política de Assistência Social em vulnerabilidade social está definido pelo MDS no PNAS:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, P. 33)

Portanto, vulnerabilidade social é a situação de sobrevivência comprometida em que o indivíduo e a família se encontram. Para superar situações de vulnerabilidade, o SUAS oferta benefícios assistenciais a públicos específicos de forma integrada aos serviços, operacionalizados por entidades e organizações de assistência social, vinculadas ao Sistema. São gerenciadas a partir do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social – CNEAS e certificadas como entidades beneficentes.

O MDS, através da Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, conforme o capítulo IV Das transferências:

O art. 18° do DOU brasileiro (Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015) disciplina in verbis 'Art. 18°. O FNAS promoverá a abertura de contas correntes especificas nos respectivos fundos para movimentação dos recursos referentes ao cofinanciamento estadual, municipal e do Distrito Federal para cada Bloco de Financiamento, Programa e Projeto. Parágrafo único. O cofinanciamento estadual, municipal e do Distrito Federal contidos nas contas correntes abertas na forma do caput estarão sujeitos às normas específicas de cada ente. Alterada pela Portaria nº 967/2018' (BRASIL, 2015, s/n),.

O MDS é o guardião do sistema composto pelo poder público e sociedade civil. Por ser guardião, coordena a gestão compartilhada através de negociações e pactos entre as Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para a aplicação de recursos do SUAS.

O CNAS e Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social que acompanham e aprovam os procedimentos para a gestão do SUAS e desempenham trabalhos de controle social importantes.

Na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS que é o órgão gestor da política e responsável por sua elaboração e execução das políticas sociais no âmbito do Município de São Paulo, em conformidade com as normas constitucionais e legais que regem a PNAS.

Nos termos do estabelecido pelo Decreto nº 24.269 de 27 de julho de 1987, com as atribuições e estrutura dadas pela Lei nº 10.719, de 22 de dezembro de 1968, pelo Decreto nº 27.733, de 19 de abril de 1989, e artigo 2º do Decreto nº 32.384, de 6 de outubro de 1992, SMADS tem por finalidade:

I – Implementar política social do Município, voltada para o atendimento dos direitos sociais e aspirações da população de baixa renda; II - Oferecer meios que favoreçam a organização e participação da população no encaminhamento das questões que atendam aos seus interesses e aspirações relativamente à melhoria de suas condições de vida; III - Definir, orientar, supervisionar e coordenar, no âmbito municipal, atividades e programas de bem-estar social, a nível político, técnico e administrativo; IV - Prestar serviços que, direta ou indiretamente, propiciem melhoria das condições gerais de vida da população; V - Criar mecanismos que respondam às demandas sociais no Município e que, de forma concomitante, atuem sobre os fatores geradores dessas demandas; e VI - Propor soluções alternativas para atendimento dos problemas sociais emergentes que envolvam outros órgãos públicos.(SÃO PAULO, 1992, s/n)

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo – COMAS é o órgão colegiado, de composição paritária entre governo e sociedade civil, deliberativo, normativo e fiscalizador da Política de Assistência Social. É composto por 18 representantes da Sociedade Civil e 18 do Poder Público, com mandato de dois anos e foi criado pela Lei 12.524/97, regulamentado pelos Decretos 38.877/99 e 40.531/01. A posse dos primeiros conselheiros ocorreu em 31 de março de 2000.

Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo:

I Aprovar a Política Municipal de Assistência Social; II Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social no âmbito municipal; III Fixar normas para inscrição das entidades/organizações de assistência social no âmbito municipal; IV Inscrever as entidades/organizações de assistência social para fins de funcionamento; V Fiscalizar as entidades/organizações de assistência social de acordo com diretrizes e normas a serem estabelecidas pelo Plenário através de Resolução; VI Regulamentar a concessão e o valor dos benefícios

eventuais previstos no Artigo 22 da Lei Federal nº 8.742/93 - LOAS, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; VII Estabelecer critérios para a destinação dos recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral; VIII Orientar e controlar a administração do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS; IX Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FMAS; X Definir e articular os programas de assistência social, previstos no Artigo 24 e seus Parágrafos da Lei Federal 8.742/93 - LOAS; XI Aprovar planos objetivando a celebração de contratos e convênios entre o Município e as entidades/organizações de Assistência Social; XII Articular os programas de Assistência Social voltados ao idoso e à integração da pessoa com deficiência, com Benefício da Prestação Continuada - BPC, estabelecido no Artigo 20, combinado com o parágrafo 2º do Artigo 24 da LOAS; XIII Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social; XIV Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados; XV Convocar ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema; XVI Elaborar e aprovar seu Regimento Interno; XVII Divulgar, no Diário Oficial da Cidade, todas as suas decisões, bem como as contas do FMAS, e os respectivos pareceres emitidos; XVIII Manter articulação com o Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS, e com o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; XIV Manter atualizado o cadastro único das entidades devidamente inscritas; Sua função primordial é a do CONTROLE SOCIAL, configurando-se, na esfera de suas atribuições, em instância legal de discussão, articulação, negociação e deliberação.(SÃO PAULO, 1997, s/n)

Todas as ações da política de Assistência Social seguem as diretrizes do MDS e são observadas pelos conselhos organizados das cidades de todo o país.

Feitas as apresentações e dadas necessárias explicações sobre os deveres e competências da Assistência Social sob a ótica das políticas públicas, cabe abordar na sequência os processos de trabalhos segundo a norma técnica e a operacionalização da política no CRAS - Ipiranga, coordenado pela SMADS na cidade de São Paulo.

2.1 Os processos de trabalho para o atendimento social.

As Orientações Técnicas organizadas pela NOB-RH/SUAS definem e dividem as proteções em duas: Básica e Especial. A primeira atua preventivamente desenvolvendo as potencialidades e possibilidades de melhorias de condições de vida e cidadania, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A segunda tem ações reparadoras quando as garantias de proteção não deram conta ou não alcançaram o cidadão.

A Proteção Social Básica oferece serviços, programas, projetos e distribuições de benefícios locais, envolvendo as seguranças de subsistência, de acolhida e de convívio. Nesta

direção, o Benefício de Proteção Continuada - BPC e os Benefícios Eventuais integram as ações mencionadas em articulação com os programas e serviços prestados pelo Município, Estado e União, dentro do Programa de Transferência de Renda.

Estas ações são coordenadas e executadas pelos serviços da Proteção Básica e, gerenciadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, para cada território com 5.000 famílias referenciadas, a capacidade de atendimentos anual pela equipe técnica prevista é de 1000/ano. Este equipamento público é a porta de entrada para a Rede Socioassistencial que funciona como uma unidade básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS como referência da política pública no território e responsável pela execução dos programas desenvolvidos pelas três esferas do governo.

BRASIL (2004, p. 91) orienta: considera-se "família referenciada" aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados.

Para atender os territórios sujeitados a vulnerabilidade social, a PNAS esclarece que a Proteção Básica deve se orientar por uma escala gradual de cobertura de famílias em maior vulnerabilidade, até alcançar a todos que dela necessitarem.

Assim sendo o CRAS têm as funções de Gestão da Proteção Social Básica no seu Território e da Oferta do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF. Articula a rede socioassistencial de proteção social básica; promovendo a articulação intersetorial e a busca ativa no território, levando o Estado ao cidadão conforme as Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. (BRASIL, 2009, p.20).

Figura 1 – Função de Gestão Territorial - CRAS.



Fonte: BRASIL,2009, p.19

Figura 2 – Resumo dos espaços, usos, metragens e quantidade de ambientes, segundo capacidade de atendimento anual do CRAS.

Segue abaixo quadro com resumo dos espaços, usos, metragens e quantidade de ambientes, segundo capacidade de atendimento anual do CRAS*:

Espaço	Uso	Metragem	Qtd por capacidade de atendimento anual do CRAS		
			CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
Recepção	Espaço destinado à espera, transi- ção, encaminhamentos e, em espe- cial, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos.	12m²	1	1	1
Sala de atendimento	Espaço destinado ao atendimento particularizado de famílias e indivíduos.	12m² (capacidade para 10 pessoas)	1	1	2
Sala de uso coletivo	Espaço que deve permitir uso múl- tiplo e otimizado, destinado à reali- zação de atividades coletivas, com prioridade para a realização de ati- vidades com grupos de famílias.	35m² (capacidade para 30 pessoas)	1	1	2
Sala administrativa	Espaço destinado às atividades ad- ministrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimenta- ção de sistemas de informação.	20m²	1	1	1
Сора	Espaço destinado para o preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.	5m²	1	1	1
Conjunto de banheiros **		10m²	1	1	1

^{*} Recomenda-se que os CRAS com maior capacidade de atendimento anual possuam um número maior de salas de atendimento e salas de uso coletivo, pois sua demand por atendimento e equipe de referência é maior.

Fonte: BRASIL, 2009, p.54

A figura 2 demonstra os parâmetros para a implantação no território e a organização do ambiente físico do CRAS, para atender ao munícipe. Segundo as orientações técnicas os

^{*} Entende-se por conjunto de banheiros: 1 para uso feminino, 1 para uso masculino, 1 para uso feminino adaptado e 1 para uso masculino adaptado

espaços listados no quadro não esgotam as possibilidades de estrutura física, a área externa e área de serviço serão organizadas e adequadas conforme as necessidades. Este é o parâmetro para estruturar a unidade estatal que atende ao munícipe.

Segundo BRASIL (2009, p.19) o CRAS desempenha as funções de gestão da proteção básica do território de abrangência e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. A rede de proteção básica compreende serviços ofertados no território que recebem recursos financeiros da SMADS, que desenvolvem atividades com foco no fortalecimento de vínculos familiares conforme a tipificação, Serviço de Assistência Social à Família – SASF, Centro para Crianças e Adolescentes – CCA, Centro para Juventude – CJ, Núcleo de Convivência para Idoso – NCI.

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, cuja execução é obrigatória e exclusiva (BRASIL, 2009, p. 19). O programa consiste em um trabalho de caráter continuado que tem como objetivo fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria da qualidade de vida. Exemplo de função protetiva da família: o representante de uma família procura o CRAS para excluir o filho menor do cadastro familiar da transferência de renda, porque vai morar com a avó em outro município. Esta família é acolhida pelo atendimento social e encaminhada para acompanhamento no PAIF, para observar se aconteceu ruptura de vínculo ou se consegue junto à família uma estratégia de fortalecimento de vínculo articulado entre técnicos do CRAS e a família.

O marco normativo para a atuação nos serviços prestados pela Assistência Social é a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Este instrumento definirá o modo de operacionalizar os preceitos da legislação que rege o Sistema único de Assistência Social - SUAS e é o instrumento normativo responsável pela definição de diretrizes e responsabilidades no âmbito da política do trabalho na área da assistência social.

Segundo a NOB-RH trabalhadores é a expressão utilizada, normalmente, para designar e especificar os trabalhadores em relação a outros recursos necessários ao desenvolvimento de

uma ação, uma operação, um projeto, um serviço, etc. Este trabalhador receberá desenvolvimento para que as atitudes, circunstâncias, ações e eventos que assegurem o crescimento profissional, o reconhecimento, a responsabilização com os compromissos pelos direitos de cidadania da população e a prestação de serviços com acolhimento e qualidade à população usuária do Sistema.

A figura a seguir apresenta as atribuições do CRAS e do Órgão Gestor Municipal segundo as orientações técnicas.

Figura 3 – Atribuições do CRAS e do Órgão Gestor Municipal ou do Distrito Federal

CRAS	Órgão Gestor Municipal ou do DF	
Fornecimento de informações e dados para o Órgão Ges-	Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.	
tor Municipal ou do DF sobre o território para subsidiar:	Planejamento, execução físico-financeiro, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais do SUAS.	
 a elaboração Plano Municipal de Assistência Social; o planejamento , monitoramento e avaliação dos 	Alimentação dos Sistemas de Informação e Monitoramento do SUAS.	
 serviços ofertados no CRAS; a alimentação dos Sistemas de Informação do SUAS; os processos de formação e qualificação da equipe de referência; 	Constituição das equipes de referência e demais profissio- nais da política de assistência social e qualificação profis- sional dos trabalhadores do SUAS.	
Oferta do PAIF e outros serviços socioassistenciais da Pro- teção Social Básica.	Supervisão, apoio técnico da oferta do PAIF e demais se viços socioassistenciais ofertados, tanto nas unidades p blicas, quanto nas entidades privadas sem fins lucrativo prestadora de serviços.	
	Gestão da rede socioassistencial do município	
Gestão territorial da rede socioassistencial da PSB	Gestão do processo de conveníamento das entidades pri- vadas sem fins lucrativos de assistência social – quando for o caso	

O CRAS assume como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

Fonte: BRASIL, 2009, p.11

Os CRAS são unidades locais que têm por atribuição a organização da rede socioassistencial e oferta de serviços de proteção social básica em determinado território, o Órgão Gestor Municipal organiza e faz a gestão do SUAS e no caso do município de São Paulo a SMADS administra.

Gerenciar os processos referentes às ofertas do CRAS depende do planejamento e estratégia de gestão administrativa. A composição da equipe é regulamentada pela NOB-

RH/SUAS e sua constituição depende do número de famílias referenciadas no CRAS. Deve ser constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF.

Figura 4 – Equipe de referência de acordo com as Famílias referenciadas e a Capacidade de atendimento anual.

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência		
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos com nível médio e dois téc- nicos com nível superior, sendo um assis- tente social e outro preferencialmente psicólogo.	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, proje-	
3.500	750 famílias	Três técnicos com nível médio e três téc- nicos com nível superior, sendo dois as- sistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.		
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos com nível médio e qua- tro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS*.	tos, serviços e/ou benefícios socioas- sistenciais.	

^{*}É a partir da realização do diagnóstico territorial que o gestor municipal de assistência social (ou do DF), juntamente com o Coordenador do CRAS, define o profissional que deverá compor a equipe de referência. Poderão compor a equipe: pedagogo, sociólogo, antropólogo ou outro profissional com formação compatível com a intervenção social realizado pelo PAIF.

Fonte: BRASIL, 2009, p. 61

A figura 4 demonstra o número de famílias a serem referenciadas ao CRAS e guardam a relação com o porte do município conforme previsto na NOB – SUAS. Os municípios de médio e grande porte e metrópoles (que é o caso da cidade de São Paulo) analisam se cada território tem 5.000 famílias referenciadas. Desta forma, se constitui como parâmetro para instalação da unidade estatal, o número de famílias referenciadas e a capacidade de atendimento do CRAS ao ano (BRASIL, 2009, p. 35).

O CRAS é responsável pela organização e oferta de serviços, através dos programas a serem desenvolvidos PAIF – Programa de Atenção Integrado às Famílias; PTR – Programa de Transferência de Renda; Proteção Social Básica e Infância e Juventude; Agente Jovem; Proteção Social Básica a Pessoa Idosa; Proteção Social Básica a Pessoa com Deficiência.

A razão para afirmar que o CRAS atua como principal porta de entrada para proteção da política deve se ao fato dele desenvolver ações de inclusão sócio-familiar comunitário

através de acolhida e recepção; escuta e encaminhamento; oficinas de geração de renda e grupos diversos como: criança, adolescente, adulto e idoso. Ou seja, o munícipe acessa o CRAS, apresenta sua necessidade e a triagem o encaminha ao atendimento social, ou atendimento do Cadastro Único e serviços da rede socioassistencial.

Figura 5 – Perfil e atribuições da equipe técnica de Nível Médio do CRAS.

Técnico de Nível Médio

Perfil:

São dois os perfis possíveis para o técnico de nível médio da equipe de referência do CRAS. Recomenda-se a presença dos dois perfis na equipe, a fim de suprir as demandas que as funções do CRAS requerem.

Perfil 1 "Agente Administrativo":

Escolaridade de nível médio completo, com conhecimento para o desenvolvimento das rotinas administrativas do CRAS.

Perfil 2 "Agente Social e/ou Orientador Social":

Escolaridade de nível médio completo, com experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais; sensibilidade para as questões sociais; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de comunicação com as famílias.

Atribuições:

Perfil 1 "Agente Administrativo":

- Apoio ao trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS, em especial no que se refere às funções administrativas;
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

Perfil 2 "Agente Social":

- · Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS;
- Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS (função de orientador social do Projovem Adolescente, por exemplo);
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

Fonte: BRASIL, 2009, p. 63

Figura 6 – Perfil e atribuições da equipe técnica de Nível Superior do CRAS.

Técnico de Nível Superior

Perfil:

Escolaridade mínima de nível superior, com formação em serviço social, psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH); com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias.

Atribuições:

- · Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
- Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;
- Mediação de grupos de famílias dos PAIF;
- Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS:
- Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;
- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- · Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva.
- Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
- Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;
- Realização de encaminhamentos para serviços setoriais;
- Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF;
- Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

Fonte: BRASIL, 2009, p. 63

O Município de São Paulo possui no quadro de funcionários da SMADS Analistas de Assistência e Desenvolvimento Social que atuam no CRAS – Ipiranga e exercem as funções do Técnico de Nível Superior proposto.

O artigo 7º da Lei 16.119 de 13 de janeiro de 2015, do Município de São Paulo, descreve no anexo 2 as atribuições do analista:

ANALISTA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EQUIPAMENTO SOCIAL Serviço Social, Psicologia, Pedagogia - gerenciar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos nos equipamentos sociais, atuando na assistência a infância, juventude e terceira idade, extensiva às suas famílias; - promover a articulação, integração e a operacionalização das ações desenvolvidas nos equipamentos sociais, atendendo os interesses e necessidades da população usuária; - responder pelos procedimentos adotados em situações de emergência com relação à clientela e ao equipamento social na sua área de atuação; - realizar perícias e emitir pareceres sobre matérias da área; - desenvolver outras atividades afins. Formação: curso superior de graduação de Serviço Social, Psicologia ou Pedagogia, devidamente registrada no órgão competente.

Com relação à supervisão técnica, o capítulo I, artigo 2º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SMADS Nº 05 de 31 de agosto de 2018, define a função da Supervisão Técnica para os CRAS da cidade de São Paulo:

CONSIDERANDO que a supervisão técnica integra a gestão do trabalho no SUAS como uma das ações relativas à estruturação do processo de trabalho institucional. conforme previsto em sua Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2012 (Resolução CNAS nº 33/2012); A supervisão técnica é função que consiste na referência e articulação junto à rede de serviços socioassistenciais do território abrangido pela unidade que a exerce, compreendendo as seguintes ações: I – gestão da parceria: refere-se ao monitoramento, orientação e fiscalização dos serviços prestados pelas entidades parceiras e das parcerias celebradas com esse objetivo. II gestão do trabalho: refere-se a atividades de diálogo e formação junto aos trabalhadores do SUAS das redes direta e parceira, que objetivam o levantamento das demandas de capacitação e formação das equipes, o debate das necessidades e potencialidades do território, bem como a discussão de casos e definição de encaminhamentos junto às equipes dos serviços; III – vigilância socioassistencial: refere-se à produção, sistematização e análise das informações territorializadas do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, como subsídio para as Coordenações de Proteção Social Básica e Especial, Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial e Coordenação de Gestão de Benefícios, de acordo com procedimento estipulado em norma específica da Pasta. (SÃO PAULO, 2018, s/n)

A mesma instrução normativa, o artigo 3º esclarece as ações da supervisão técnica:

As ações de supervisão técnica poderão ser realizadas por meio dos seguintes instrumentos: I - visita técnica: consiste na supervisão presencial do serviço socioassistencial, realizada de forma dialogada e participativa, junto à equipe de profissionais do serviço parceiro, bem como junto aos usuários atendidos, devendo o Gestor da Parceria se orientar pelos indicadores qualitativos da execução da parceria, previstos em norma específica, para fins de monitoramento e avaliação; II - supervisão coletiva: consiste na supervisão realizada em mais de um serviço da rede socioassistencial, agrupados pela mesma tipologia, por segmentos sociais semelhantes, ou pelo território de mesma abrangência, podendo ser realizada por um único gestor de parceria ou por mais de um, mediante convocação do respectivo coordenador, potencializando o trabalho em rede, a padronização dos serviços, a troca de experiências entre os profissionais e o alinhamento dos procedimentos técnico administrativo; III - horas técnicas: são serviços contratados pelas organizações parceiras, previamente autorizadas pelo Gestor da Parceria, visando à qualificação profissional do quadro de recursos humanos da parceria, que guardem relação com o serviço socioassistencial prestado; IV – ações formativas: atividades desenvolvidas por SMADS, diretamente ou mediante contratação, no âmbito do Plano Municipal de Educação Permanente, com o fim de qualificar a prestação dos serviços, fornecendo subsídios teóricos, metodológicos, operativos e éticos, aos profissionais que atuam em sua execução, supervisão. (SÃO PAULO, 2018, s/n)

A mesma instrução normativa no artigo 4º define os objetivos da visita técnica:

A visita técnica deverá: I – ser realizada, no mínimo, mensalmente, ou em maior frequência de acordo com a norma técnica da tipologia do serviço; II - abranger a interlocução com gerentes, técnicos, educadores, entre outros profissionais envolvidos na execução dos serviços, e usuários; III - ser realizada em diferentes horários do dia e da noite, inclusive aos finais de semana e feriados, observadas as peculiaridades da tipologia do serviço parceiro. (SÃO PAULO, 2018, s/n)

Segundo as Orientações Técnicas Centro de Referência Social - CRAS - OT, a responsabilidade pela gestão da proteção social básica é da Secretaria Municipal ou do Distrito Federal de Assistência Social, ou congênere. Porém, a gestão territorial é responsabilidade do coordenador do CRAS e deve estar em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo órgão gestor, com o auxílio dos demais componentes da equipe de referência.

O coordenador do CRAS tem a responsabilidade de articular a rede de serviços de proteção básica local, organizar segundo orientações do gestor municipal de assistência social, as reuniões periódicas com as organizações que compõem a rede, com a finalidade de instituir um processo para o atendimento e acolhimento dos usuários; organizar os encaminhamentos, fluxos de informações, procedimentos, estratégias de resposta às demandas; e traçar estratégias de fortalecimento das potencialidades do território. Os procedimentos deveriam ser avaliados periodicamente, para ajustá-los e aprimorá-los.

Esclarecendo ainda mais o fluxo, o coordenador deve gerenciar as relações com a rede socioassistencial para articular o acolhimento, a inserção, o encaminhamento dos usuários no SUAS. Os critérios para que os usuários entrem no sistema de proteção devem ser acordados entre as organizações que fazem parte da rede e a coordenação do CRAS. Ou seja, a família entra no CRAS, recebe o atendimento social pela equipe de referência e através de um estudo de sua composição e perfil social, será encaminhada a rede socioassistencial para que suas crianças, adolescentes, adultos e idosos recebam a proteção social básica e; encaminhadas ao Programa de Transferência de Renda-PTR através do cadastro realizado pelos entrevistadores sociais do Cadastro Único.

De acordo com o Artigo 2 do Decreto Federal 6.135 de 26 de junho de 2007, podemos definir:

O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. (BRASIL, 2007, s/n)

O Artigo 27 da Portaria n° 177, de 16 de junho de 2011. (D.O.U. 20/06/2011), dá as atribuições:

No âmbito dos municípios e Distrito Federal, a gestão do CadÚnico será executada de acordo com os termos da Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, mediante as seguintes atividades: I - identificação das famílias a serem cadastradas e coleta de seus dados nos formulários específicos; II - digitação, no Sistema de Cadastro Único, dos dados coletados nos formulários de cadastramento, acompanhando o processamento realizado pela CAIXA; III - atualização dos registros cadastrais, sempre que houver modificação nos dados das famílias, ou revalidação dos mesmos, confirmando que as informações específicas se mantiveram inalteradas; IV – promoção da utilização dos dados do CadÚnico para o planejamento e gestão de políticas públicas locais voltadas à população de baixa renda, executadas no âmbito do município ou Distrito Federal; V - adoção de medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, disponibilizando, ainda, canais para o recebimento de denúncias; VI- adoção de procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados; VII - zelo pela guarda e sigilo das informações coletadas e digitadas, nos termos do art. 8º do Decreto nº 6.135, de 2007; VIII – disponibilização às Instâncias de Controle Social - ICS de acesso aos formulários do CadÚnico e aos dados e informações constantes em sistema informatizado desenvolvido para gestão, controle e acompanhamento do PBF e dos Programas Remanescentes, bem como as informações relacionadas às condicionalidades; e IX - encaminhamento às ICS: a) do resultado das ações de atualização cadastral efetuadas pelo município, motivadas por inconsistência de informações constantes no cadastro da família; b) de cópias dos termos de responsabilidade previstos no §1º do art. 23, assinados pelo RF, quando se aplicar; e c) de cópias dos pareceres previstos no §1º do art. 18, quando se aplicar. (BRASIL, 2011, s/n)

O Cadastro Único surgiu inicialmente pelo Decreto 9364 de 24 de outubro de 2001 com o objetivo de identificar todas as famílias em situação de vulnerabilidade existentes no País, para fins de inclusão em programas de Assistência Social e redistribuição de renda. Foi posteriormente revogado pelo Decreto 6135 de 26 de junho de 2007 e regulamentado pela Portaria 376 de 16 de outubro de 2008 do MDS. Sua base de informação pode ser usada pelos governos Federal, Estadual e Municipal a fim de propiciar o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. (BRASIL, 2008)

Necessário ressaltar que na cidade de São Paulo o Cadastro Único é coordenado pela SMADS através da Coordenação da Gestão de Benefícios (CGB) e o serviço para a população é ofertado prioritariamente nos CRAS por prestadores de serviço terceirizado. Na cidade já existe outro equipamento público que oferta o Cadastro Único implantado na atual administração, denominado Descomplica SP.

Para que um processo de trabalho seja bem-sucedido é necessário planejamento e gestão das pessoas que realizam as ações. A seguir demonstraremos a importância da gestão e o mapeamento dos processos administrativos para alcançar as metas de uma equipe.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO REFERENCIAL TEÓRICO

O CRAS-Ipiranga possui rotinas e processos de trabalho para oferecer os serviços e os objetivos propostos nas normas técnicas e legais que são fatores que influenciam a estrutura e o funcionamento do CRAS.

De acordo com BRASIL (2009, p. 47):

O CRAS não pode ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelo município. Assim, são fatores que influenciam a estrutura e o funcionamento do CRAS: as rotinas e metodologias adotadas; as características do território e da população a ser atendida; a importância dada à participação das famílias no planejamento e avaliação dos serviços prestados e ações desenvolvidas; a incidência de determinadas vulnerabilidades no território; os recursos materiais e equipamentos disponíveis; o papel desempenhado pela equipe de referência e sua concepção sobre famílias etc.

O planejamento é uma ferramenta gerencial destinada à elaboração e ao acompanhamento dos planos, tanto institucionais como setoriais. Essa ferramenta prescreve os passos para o funcionamento da organização, que são compostos por planejar as metas, educar, treinar, executar as tarefas, analisar os dados e adotar ações corretivas. O próximo passo do controle será o de avaliar quais foram os resultados alcançados e confrontar o resultado comparando com as metas estabelecidas.¹

A utilização do planejamento nos processos de trabalho permite que as execuções das tarefas sejam direcionadas ao cumprimento das metas estabelecidas. As metas devem ser definidas e os trabalhadores envolvidos treinados para o desempenho de suas atividades. Nesse mesmo sentido o planejamento estratégico define os direcionamentos, os objetivos, as metas e planos de ação a uma visão estratégica, delegando aos níveis Tático e Operacional a execução. (CHIAVENATO, 2006, p. 348-352)

das Contas Públicas na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales.

_

¹ Informações fornecidas pelo Professor MS. Wagner Dal Médico na aula do dia 23/11/2016 da disciplina de Gestão dos Recursos na Gestão Pública do curso de Especialização "Lato Sensu" em Gestão e Controle Externo

Afirmam Certo e Peter (1993, p. 6) que "a administração estratégica é definida como um processo contínuo e interativo que visa manter uma organização como um conjunto apropriadamente integrado ao seu meio ambiente".

Pela visão de Chiavenato (2006, p. 351-352) o planejamento estratégico está situado no nível institucional dentro da pirâmide dos níveis organizacionais, realizando o mapeamento ambiental a avaliação e o envolvimento das forças da organização. Do mesmo modo, discorre sobre o nível tático, também chamado de nível intermediário, e sobre o nível operacional, sendo este a base da pirâmide do planejamento.

No planejamento operacional, Chiavenato (2006, p. 351) demonstra ser o reflexo de desdobramentos dos planos táticos de cada departamento, envolvendo a execução de cada tarefa ou atividade, com direcionamento em curto prazo focalizando o imediato.

Nesse sentido, o atendimento no CRAS Ipiranga está inserido no nível do Planejamento Operacional na sua função de atuar na operacionalização de ações no campo da Assistência Social. Essas ações são definidas nos níveis do planejamento estratégico e tático, expressas através das metas estabelecidas. O objetivo a ser atingido é o resultado expresso em metas, que deverá ser demonstrado através de indicadores que consideram os níveis de eficiência, eficácia, efetividade da atividade e credibilidade do controle exercido sobre a mesma. ²

Desta forma, para que demonstrem os resultados alcançados, devem ser inseridos dados em relatórios de desempenho a fim de informar e possibilitar a comparação com as metas estabelecidas. Ao serem coletados os dados, eles devem refletir a realidade na qual o operacional está atuando dentro da organização, atendo-se ao cumprimento da missão institucional, possibilitando analisar comparativamente as metas planejadas com os

das Contas Públicas na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales.

_

² Informações fornecidas pelo Professor MS. Wagner Dal Médico na aula do dia 16/11/2016 da disciplina de Gestão dos Recursos na Gestão Pública do curso de Especialização "Lato Sensu" em Gestão e Controle Externo

resultados obtidos, sendo possível verificar se a atividade exercida esta de acordo com o objetivo determinado. (CHIAVENATO, 2006, p. 378)

Toda organização deve ser analisada sob o escopo da eficácia e da eficiência ao mesmo tempo. Segundo Chiavenato (1994, p.70):

Eficácia é uma medida normativa do alcance dos resultados, enquanto eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo. (...) A eficiência é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível (...). (CHIAVENATO, 1994)

Na sequência, relataremos o método utilizado a fim de atingir os objetivos da pesquisa e conhecer os processos da execução dos trabalhos do CRAS Ipiranga na prática.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

O itinerário investigativo foi se configurando a partir de questionamentos sobre o atendimento aos munícipes e relatos de trabalhadores do CRAS, além dos debates com o nosso professor orientador, que em todo o tempo nos alertava quanto à necessidade de conhecer a realidade dos processos de trabalho da equipe operacional que nos propomos a estudar, do equipamento público destacado.

Iniciamos uma pesquisa bibliográfica em legislação, artigos e livros além de uma pesquisa documental em registros de resultados e reclamações de munícipes.

Severino (2007, p.122) explica que a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível. Nesse sentido, realizamos busca de informações nos documentos disponibilizados pelo MDS, SMADS e Portarias da secretaria, que norteiam as ações do CRAS.

A visita ao equipamento público teve inicialmente objetivo exploratório em conhecer as condições da execução das tarefas da equipe técnica.

Conforme explica Severino (2007, p.123) a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.

Severino (2007, p.125 - 126) explica ainda, que na aplicação de questionário com questões abertas o sujeito tem a liberdade de elaborar as respostas com suas próprias palavras e no questionário com questões fechadas o sujeito escolhe as respostas predefinidas pelo autor. Esta técnica de pesquisa também foi utilizada para levantar dados, aplicando questionários abertos e fechados. Os questionários de perguntas abertas foram direcionados aos gestores considerando a área o cargo de atuação e os questionários de perguntas fechadas aos demais funcionários. Os questionários abertos e fechados foram enviados via e-mail.

As etapas para levantamento de dados normativos e processos de trabalho do CRAS aconteceram da seguinte maneira:

- a) Levantamento bibliográfico, através de pesquisas principalmente da legislação em site e livros;
- b) Levantamento documental, documentos disponibilizados na internet e documentos internos do equipamento;
- c) Elaboração de um instrumento de coleta de dados, questionário aberto e questionário fechado;
- d) O Questionário Aberto foi constituído por 4 questões destinadas a: Coordenadora do CRAS-IP para conhecer o formato da gestão da equipe técnica; Um Técnico em Gestão de Cadastros e Programa de transferência de renda; Um Técnico responsável pelo controle de freqüência de usuários; Coordenador de Gestão de Benefícios CGB Cadastro Único, com objetivo de conhecer a realidade dos processos de trabalho da equipe.
- e) Os Questionários Fechados foram constituídos por 13 questões, destinadas aos demais Técnicos, com objetivo de identificar se o processo de trabalho é mapeado e se existe controle de resultados.
- f) Pesquisa de campo com visitação no local, cujo objetivo é conhecer a rotina e os processos de trabalho do CRAS;
- g) Analise dos dados coletados em documentos e questionários para constatação se de fato as normas técnicas estabelecidas na legislação estão sendo cumpridas e se existe um instrumento de avaliação da efetividade da política pública no CRAS-IP;
- h) Elaboração da conclusão.

Visando mensurar os resultados da pesquisa, realizou-se uma análise comparativa entre as atribuições e competência dos técnicos e o resultado obtido com o Estudo de Caso.

5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Situado a Rua Taquarichim, 290 – Vila Vera – São Paulo, o CRAS – IP conta com uma equipe de referência composta por 1 coordenador, 5 técnicos de nível superior, sendo 4 assistentes sociais, 1 pedagoga e 1 agente de apoio com nível superior. A recepção conta com 1 profissional que compõe o SUAS, 4 atendentes disponibilizado pelo Programa Agentes SUAS da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo que qualificam jovens e adultos para desenvolverem atividades de orientação ao público que procura os serviços socioassistenciais e para atender a demanda do Cadastro Único conta com 8 entrevistadores terceirizados.

De acordo com o estudo verificamos que as exigências do MDS e a Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais (2012); são atendidas pelo o CRAS-IP com 3 salas para atendimento individual com computador e ventilador, 1 salas para uso coletivo com computador, cadeiras e ventilador, 1 sala de reunião para grupos menores, com computador e ventilador, 1 sala administrativa. Possui 1 copa e 2 banheiros com acessibilidade. A recepção tem um espaço para as crianças e cadeiras para espera dos adultos. Prédio alugado com os requisitos necessários para atender ao público conforme orientação técnica.

Com relação ao processo de trabalho da recepção, a coordenadora do CRAS-IP explica que o munícipe chega de forma espontânea, é recepcionado e passa por uma prétriagem onde se verificam os documentos pessoais, ou carta de convocação para averiguação de cadastro, sendo então encaminhado ao entrevistador do Cadastro Único.

Ainda esclareceu que grande parte das pessoas comparece para atualizar cadastro único e fazer averiguação conforme convocação, através de cartas recebidas via correio. Complementou que às vezes é necessário realizar visita domiciliar para atender pessoas que não conseguem se deslocar até o CRAS, sendo designado um entrevistador social do Cadastro Único para visita. Conforme a situação social da família pode ser imprescindível a visita do assistente social, situação esta articulada junto à coordenação do CRAS.

Segundo a explicação da coordenadora, o CRAS-IP tem as funções de Gestão da Proteção Social Básica no seu Território; Oferta do Programa de Atenção Integral à Família –

PAIF e Cadastro Único através de Sistema Operacional próprio administrado pela CGB. Quando o sistema está fora do ar o Entrevistador Social realiza o atendimento em caderno que reproduz as telas do sistema.

A coordenadora ressalta que os técnicos atendem uma demanda além das atribuições do CRAS e não previstas nas Normas Técnicas dos serviços socioassistenciais - Proteção Básica – Caderno de Instrumentais, como por exemplo: responder ofícios encaminhados pelo Conselho Tutelar - CT, pelo Fórum, pela Secretaria da Educação e pela Secretaria da Saúde.

Através de ofícios, solicitam visita domiciliar na casa das famílias alegando direitos violados, com objetivo de averiguar a situação e emitir relatório. Além disso, outras secretarias da prefeitura encaminham suas demandas, requerendo um posicionamento técnico ou providências para atender solicitação do MP – Ministério Público, em casos de reintegração de posse, reclamação na Ouvidoria e outros assuntos.

Na visita de campo foi identificada outra atividade que o técnico acumula que é fazer a gestão das parcerias para monitorar metas e resultados, através de visita técnica para acompanhar o andamento do plano de trabalho dos Serviços de Fortalecimento de Vínculo, oferta da proteção básica no território. O CRAS-IP oferece 25 serviços no território, divididos entre os 5 técnicos designados para realizarem o monitoramento das ações de convívio e fortalecimento de vínculo. Verificou-se a relação dos serviços socioassistenciais supervisionados pelo CRAS-IP e será apresentado no Apêndice C deste trabalho.

Comentou que a alimentação de sistemas para emissão de relatórios a partir de instrumentais, que fornecem dados estatísticos ao MDS para repasse de verba à Secretaria, ocupa parte do horário funcional, mas quando há problemas em sistema, costumam fazer o relatório em suas próprias residências além do horário de trabalho.

Explica que para atender as exigências da Lei Federal nº 13.029/2014, com redação Lei 13.204/2015, regulamentada na cidade de São Paulo pelo Decreto Municipal 57.575/2016, a SMADS organizou a Instrução Normativa nº 03/SMADS/2018 para regulamentar a Execução da Parceria e a Prestação de Contas das Organizações da Sociedade Civil.

Estas adequações aconteceram simultaneamente à realização de diversas audiências públicas. As audiências são de processos de chamamento público com a finalidade de regularizar parcerias com a secretaria. As ações diárias dos técnicos desde o final de 2017 tumultuaram as atividades e a realização das diretrizes do novo marco legal.

Ao questionarmos sobre a demanda diária dos munícipes, a coordenadora explicou que desde maio de 2018 o CRAS passou a contar com atendimento social das assistentes sociais, com agenda para o mesmo dia. Acrescentou que as agendas funcionam de segunda a quintafeira, com 10 horários para os períodos da manhã e da tarde. Os casos que não são possíveis atender pelo plantão, a coordenadora atende. Comentou que não é comum o munícipe procurar a Assistente Social para atendimento e acolhimento. Nos casos em que deseja receber a cesta básica ou conversar com o assistente social é recebido pelo recepcionista e encaminhado ao atendimento.

Questionamos se os terceirizados estão presentes desde a implantação do CRAS, a coordenadora contou que foi implantado em 2003 e os técnicos realizavam o atendimento do Cadastro Único se afastando da acolhida e escuta.

Perguntamos como as famílias tomam conhecimento da oferta de serviços e obtivemos a resposta de que geralmente os frequentadores dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo gerenciados pelo CRAS - IP, como por exemplo: Centros para Crianças e Adolescente (CCAs), Centro para a Juventude (CJs) entre outros, são moradores do entorno e se apresentam diretamente ao serviço, sem a mediação do CRAS, pois são atraídos pela oferta de atividades gratuitas.

Como vimos nas OT, o CRAS articula a rede socioassistencial. Em razão disso, questionamos de que forma o CRAS se relaciona com os seus parceiros? A coordenadora explicou que os serviços do território têm suas atividades com os usuários são monitorados e situações que demandam interface com a equipe técnica, articulam-se ações para a garantia dos direitos.

A coordenadora fez a observação de que o território deveria ter no mínimo mais dois CRAS para distribuir as atividades diárias e realizar o PAIF. O número de beneficiários do Programa Bolsa Família, supera a recomendação do MDS que, para 5 mil famílias referenciadas no território prevê o atendimento de 1000 ao ano. Concluiu dizendo que a quantidade de técnicos é insuficiente para atender as famílias inseridas no PTR neste território e mencionou a densidade demográfica do território.

Para checar a informação recebida, consultamos no sítio da PMSP a densidade demográfica do território segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, expressa na tabela a seguir.

Tabela 1 – Densidade demográfica no território da Prefeitura Regional Ipiranga

Prefeituras Regionais	Distritos	Área (Km²)	População 2010	Densidade Demográfica (Hab/km²)
	Cursino	12,8	109.088	8.523
Ipiranga	Ipiranga	10,5	106.865	10.178
I a S	Sacomã	14,2	247.851	17.454
	TOTAL	37,5	463.804	12.368

Fonte: Elaborada pelos autores com base no Sítio da PMSP 2018.

Nossa entrevistada ressaltou, ainda, que a procura de atendimento no CRAS é maior para o Programa de Transferência de Renda - PTR, porque o Cadastro Único é a ferramenta de gestão para o Programa de Transferência de Renda, razão pela qual subsidia sua base de dados.

A seguir os números destacados dos relatórios de cobertura do Cadastro Único e Programa Bolsa Família. A matriz do relatório está no Apêndice C.

Tabela 2 – Cobertura CadÚnico – Semestral no período julho/2017 a janeiro/2018

	Cobertura Cadast	ro Único	
Prefeitura Regional	Distrito	jul/17	jan/18
	Cursino	5.104	5.102
Inivanca	Ipiranga	6.790	6.119
Ipiranga	Sacomâ	22.138	21.328
	TOTAL	34.032	32.549

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Benefícios. Relatório Cobertura Cadastro Único Semestral Janeiro 2013 a Janeiro 2018.

A Tabela 2 demonstra o número de famílias inseridas no Cadastro Único no 2º semestre de 2017 e no 1º semestre de 2018. O total de famílias cadastradas na Prefeitura Regional do Ipiranga em janeiro de 2018 foi de 32.549.

Tabela 3 – Cobertura Bolsa Família – Semestral período janeiro/2013 a janeiro/2018

Cobertura Bolsa Familia					
Prefeitura Regional	Distrito	jul/17	jan/18		
	Cursino	1.457	1.742		
Ipiranga	Ipiranga	1.882	2.217		
ipii anga	Sacomã	6.932	8.117		
	TOTAL	10.271	12.076		

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Benefícios. Relatório Cobertura Bolsa Família Semestral Janeiro 2013 a Janeiro 2018.

A Tabela 3 demonstra o resultado de Cobertura Bolsa Família no território. O total de famílias que estão no Programa Bolsa Família em janeiro de 2018 é de 12.076.

De acordo com o questionário, o número de famílias em acompanhamento no PAIF são as que tiveram seus benefícios bloqueados por condicionalidades que os mantém no programa: uma delas a frequência do filho na escola.

As perguntas do questionário aplicado estão no apêndice A, B nas páginas 63, 64, 65 e 66 deste trabalho.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo de conhecer o funcionamento do CRAS-IP e as normas técnicas da política de assistência social na unidade estudada, aplicaram-se questionários abertos e fechados. Os questionários de perguntas abertas foram direcionados aos gestores considerando a área e cargo de atuação e os questionários de perguntas fechadas aos demais funcionários. Os questionários abertos e fechados foram enviados por e-mail.

Os questionários abertos foram destinados à:

- a) Coordenadora do CRAS-IP para conhecer o formato da gestão da equipe técnica.
- b) Um Técnico em Gestão de Cadastros e Programa de transferência de renda.
- c) Um Técnico responsável pelo controle de frequência de usuários.
- d) Coordenador de Gestão de Benefícios CGB Cadastro Único

O questionário com questões fechadas foi aplicado com o objetivo de identificar se o processo de trabalho é mapeado e se existe controle de resultados. Foram respondidos por adesão, razão pela qual o Técnico teve autonomia de responder ou não. Obtivemos um retorno de 50% de respostas.

6.1 Tabulações das respostas ao questionário de perguntas fechadas

As tabelas a seguir apresentam as respostas dos questionários de perguntas fechadas.

Tabela 4 – Respostas dos entrevistados

				RESP	OSTAS		
	PERGUNTAS	Entrevist.1	Entrevist. 2	Entrevist.	Entrevist. 4	Entrevist. 5	Entrevist. 6
1.	Realiza-se mapeamento da vulnerabilidade social do território e das famílias?	SIM	SIM	NÃO	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
2.	As famílias do território que utilizam as ofertas existentes são referenciadas no CRAS?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
3.	A oferta do Programa de Atenção Integral as Famílias de todo o território é compatível com a necessidade do território?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
4.	A oferta de serviços da proteção básica é gerenciada pelo técnico do CRAS?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
5.	A oferta dos serviços do CRAS – Ipiranga é planejada?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
6.	As demandas do território extrapolam as atribuições do técnico?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
7.	As demandas do território extrapolam as horas diárias estabelecidas para atendimento?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
8.	O monitoramento atual dos atendimentos tem condições de medir a eficácia da atuação do CRAS no território?	NÃO	NÃO	NÃO	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
9.	Em sua opinião, é possível articular a rede de proteção básica com a rede Socioassistencial?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
10	A prioridade no atendimento às famílias é articulada com a Coordenação do Cadastro Único?	SIM	SIM	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
11	Aplica-se pesquisa de satisfação ao usuário do CRAS para detectar pontos de aprimoramento no atendimento?	NÃO	NÃO	SIM	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
12	Você sente que está capacitado para realizar as ações propostas pela política de proteção básica?	SIM	SIM	NÃO	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta
13	Em sua opinião, o atendimento do CRAS na cidade de São Paulo cumpre as metas propostas pelas Orientações Técnicas?	SIM	SIM	NÃO	Sem resposta	Sem resposta	Sem resposta

Fonte: Equipe técnica do CRAS – Ipiranga – 2018

Tabela 5 – Análise percentual das respostas

	PERGUNTAS	PERCENTUAIS	
		% SIM	% NÃO
1.	Realiza-se mapeamento da vulnerabilidade social do território e das famílias?	66,7%	33,3%
2.	As famílias do território que utilizam as ofertas existentes são referenciadas no CRAS?	100,0%	0,0%
3.	A oferta do Programa de Atenção Integral as Famílias de todo o território é compatível com a necessidade do território?	100,0%	0,0%
4.	A oferta de serviços da proteção básica é gerenciada pelo técnico do CRAS?	100,0%	0,0%
5.	A oferta dos serviços do CRAS – Ipiranga é planejada?	100,0%	0,0%
6.	As demandas do território extrapolam as atribuições do técnico?	100,0%	0,0%
7.	As demandas do território extrapolam as horas diárias estabelecidas para atendimento?	100,0%	0,0%
8.	O monitoramento atual dos atendimentos tem condições de medir a eficácia da atuação do CRAS no território?	0,0%	100,0%
9.	Em sua opinião, é possível articular a rede de proteção básica com a rede Socioassistencial?	100,0%	0,0%
10.	A prioridade no atendimento as famílias é articulada com a Coordenação do Cadastro Único?	100,0%	0,0%
11.	Aplica-se pesquisa de satisfação ao usuário do CRAS para detectar pontos de aprimoramento no atendimento?	33,3%	66,7%
12.	Você sente que está capacitado para realizar as ações propostas pela política de proteção básica?	66,7%	33,3%
13.	Em sua opinião, o atendimento do CRAS na cidade de São Paulo cumpre as metas propostas pelas Orientações Técnicas?	66,7%	33,3%

Fonte: Equipe técnica do CRAS – Ipiranga – 2018

6.2 Perguntas abertas – respostas e análise comparativa

- > Entrevistado a) Coordenadora do CRAS-IP
 - Pergunta 1. Como é feita a gestão das demandas para atuação da equipe técnica?
 - Resposta: A equipe é formada por 5 técnicos, sendo 4 assistentes sociais e 1 pedagogo. Os assistentes sociais executam o atendimento social duas vezes por semana cada um. Realizam também a supervisão de cinco serviços conveniados, além de responderem, após visita domiciliar e execução de relatórios, os ofícios encaminhados pelo Ministério Público, Fórum, Conselho Tutelar, Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação, realizando os acompanhamentos, execução de visitas e elaboração de relatórios nos processos de certificação do Conselho Municipal de Assistência Social COMAS, de uso das áreas públicas. A pedagoga supervisiona cinco serviços conveniados e realiza as reuniões de justificativa de condicionalidade e colocação no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família SICON, e encaminhamento para as reuniões do Programa de Atenção Integrada às Famílias PAIF, as famílias que necessitam de acompanhamento face às situações apresentadas nas justificativas das famílias. Todos realizam a colocação dos usuários dos nossos serviços no Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SISC.
 - Pergunta 2. Que tipo de instrumento é utilizado para monitorar as demandas dos técnicos?
 - Resposta: Relatórios sociais, solicitação de viaturas, Sistema de Informação dos Centros de Referência - SISCR, planejamento de atividades semanal, reuniões semanais com a equipe para planejamento de ações e discussão de problemáticas dos serviços conveniados ou de casos atendidos.
 - Pergunta 3. É possível pontuar as atividades da sua equipe?
 - Resposta: Sim através do controle de entrega de relatórios, através da solicitação de viaturas x atividades executadas, Declaração Mensal da Execução de Serviço – DEMES, Declaração Mensal de Supervisão Técnica – RESUP e reuniões de equipe.

- Pergunta 4. Em sua visão qual seria a ação para melhorar o desempenho da equipe?
- •Resposta: De um modo geral, acho que a equipe tem se desenvolvido a contento, mas, para melhorar o desempenho, penso que precisaríamos que houvesse treinamentos antes das mudanças entrarem em funcionamento, como por exemplo, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil MROSC, que causou um desgaste e para mantermos a dinâmica da equipe. Que as informações venham mais concisas para que não haja entendimentos múltiplos provocando grande desgaste entre coordenadores x técnicos x organizações sociais.
- Entrevistado b) Técnico em Gestão de Cadastros e Programa de transferência de renda.
 - Pergunta 1. Quais são os dados monitorados pelo Observatório da Vigilância Sócio Assistencial da SMADS?
 - Resposta: Faz estudo do território para implantação de serviço, estudo de atendimento nos serviços conveniados, estudo de demanda nos serviços conveniados, estudo da população do território cruzando com dados do CENSO 2010, CENSO População de Rua, Cadastro Único, Benefício de Proteção Continuada BPC, Programa de Transferência de Renda PTR.
 - Pergunta 2. Que tipo de instrumental é utilizado para levantar os dados?
 - Resposta: A Declaração Mensal da Execução de Serviço DEMES para estudo do atendimento do serviço. Para estudo do território utilizamos o censo 2010 e síntese elaborada por SMADS sobre Cadastro Único, BPC e PTR.
 - Pergunta 3. Os técnicos do CRAS mencionam a DEMES como levantamento quantitativo, qual o objetivo dela?
 - •Resposta: O objetivo é avaliar o atendimento de cada serviço: capacidade X frequência, famílias com PTR e com descumprimento de condicionalidades, demanda, entradas e saídas e motivo das saídas, região de moradia, trabalho com famílias, faixa etária, escolaridade, dentre outras informações de acordo com a tipologia. Fazemos uma síntese de cada tipologia por distrito e depois a síntese da Supervisão de Assistência Social SAS por tipologia. Encaminhamos para SMADS

- e eles fazem a síntese do município por tipologia, que é o perfil de trabalho de cada serviço.
- Entrevistado c) Técnico responsável pelo controle de frequência de usuários.
 - Pergunta 1. Quais são os dados que são monitorados no CADASTRO UNICO?
 - Resposta: Todas as informações do Cadastro Único são passíveis de monitoramento e são utilizadas à medida que os órgãos públicos necessitam. No caso interno, utilizamos com foco na composição da família, no endereço fornecido, na composição da renda familiar e nos Programa de Transferência de Renda - PTR de direito.
 - Pergunta 2. Que tipo de instrumento é utilizado para levantar os dados?
 - Resposta: Relatórios do próprio sistema. Levantamentos feitos manualmente, exemplo: para fornecer Carteira do Idoso a consulta é feita cadastro por cadastro. Relatórios oficiais divulgados pela Coordenadoria Municipal. Sistemas vinculados Sistema de Benefícios do Cidadão – SIBEC, e ao Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF.
 - Pergunta 3. A prioridade no atendimento social às famílias é articulada com a Coordenação do Cadastro Único?
 - Resposta: Na prática a identificação da família quase sempre começa pelo Cadastro Único, que posteriormente é encaminhada ao Atendimento Social, que trabalha só no passivo, ou seja, não identifica a região, apenas absorve a demanda que procura pelos serviços do CRAS.
 - Pergunta 4. Em sua opinião o atendimento social no CRAS Ipiranga assiste às famílias que precisam da proteção básica?
 - Resposta: Apesar dos esforços para que tenha atendimento social todos os dias durante o dia todo, não participo do atendimento social em si, mas por vezes percebo pessoas serem dispensadas logo na recepção por não haver cesta básica. Então me pergunto: o que mais seria encontrado naquela família, além da necessidade da cesta

básica? Distribuir pequena cesta de alimentos no atendimento social não é assistir as famílias com proteção básica.

- ➤ Entrevistado d) Coordenador de Gestão de Benefícios CGB Cadastro Único
 - Pergunta 1. O que é Cadastro único e qual instrumento legal o constituiu?
 - Resposta: O CadÚnico é o cadastro de baixa renda das famílias brasileiras e nada mais é do que um registro administrativo de dados deste público em especifico. Têm por objetivo promover o acesso a diversos programas, benefícios e serviços as camadas mais pobres da população brasileira, além de ser uma ferramenta estratégica na proposição de políticas públicas.
 - Pergunta 2. Quando se iniciou o Cadastro Único no CRAS Ipiranga? E qual o instrumento legal que determinou?
 - Resposta: O Cadúnico em São Paulo existe desde 2005, sendo este o ano da adesão do Município de São Paulo ao Programa Bolsa Família e Cadúnico. E oferta do Cadúnico e atendimento do PBF nos CRAS da cidade toda se deu em 2010. Foi a partir deste ano que a gestão municipal começou a ofertar o acesso ao Cadúnico também nos CRAS da cidade, em todos. Antes, este acesso da população e todas as outras ações que orbitam no universo do Cadúnico eram realizadas em postos.
 - Pergunta 3. Qual é a Estrutura física necessária para atender o Cadastro Único no CRAS Ipiranga? E qual o instrumento legal que determinou?
 - •Resposta: A estrutura física e muito relativa, pois depende da estratégia que a gestão vai usar para atender as suas demandas e o plano de trabalho para aquela região. Não existe hoje, apesar dos estudos, uma equipe mínima de gestão e atendimento para CadÚnico. Não há uma regulação nacional como existe para equipes do PAIF e PAEFI, por exemplo. Assim sendo, as gestões municipais criam metodologias próprias para dimensionar equipes. Não existe uma normativa para isto, o mais próximo que temos são as normativas para funcionamento do CRAS e PAIF, o que não abarca a gestão do CadÚnico.

- Pergunta 4. Qual é a Estrutura de pessoal necessária para atender o Cadastro Único
 CRAS Ipiranga? E qual o instrumento legal que determinou?
- Resposta: Resposta muito parecida com a anterior. Mas no caso no número de entrevistadores, eles não são para o CRAS e sim para a subprefeitura. O que quero dizer é que o dimensionamento da equipe não é para o equipamento CRAS e sim para o território que precisa ser atendido. A estimativa de equipe é feita para a demanda estimada, não para o equipamento CRAS. Na gestão do CadÚnico em SP, estima-se que cada entrevistador consegue realizar 16 entrevistas/cadastros por dia. A partir da demanda estimada ao longo de um período é feito a alocação da equipe. A decisão de usar apenas o CRAS como local de acesso ao CadÚnico na SAS Ipiranga é da estratégia da própria SAS. Temos alguns exemplos na cidade de SAS que não usam exclusivamente os CRAS para fazer a gestão e o atendimento do CadÚnico.
- Pergunta 5. Quais são as metas do Cadastro Único para o CRAS Ipiranga no ano de
 2017 e 2018? E qual o instrumento legal que estabeleceu?
- •Resposta: Os instrumentos legais que compõem as metas de CadÚnico são os processos de averiguação cadastral que são anuais, os cadastros de programas específicos, que vão várias ano a ano. Tantos as averiguações como alguns programas específicos são regulados por Instruções Operacionais que são publicadas anualmente pelo Governo Federal. No caso da SAS Ipiranga, a estimativa é de 35.000 cadastros para o ano de 2019 e 2020. A estimativa em 2017 e 2018 era de 21.000 cadastros.
- Pergunta 6. Como é feito o controle dos resultados com as metas no CRAS Ipiranga?
 E qual o instrumento legal que estabeleceu?
- Resposta: O controle da meta e feito mensalmente para as SAS (território da subprefeitura), nos meses de janeiro e julho. Não existe um instrumento legal especifico. Temos o Programa de Metas da PMSP que em alguns gestores estabelece metas para determinadas gestões.
- Pergunta 7. Os resultados das metas são divulgados? E qual o instrumento legal que estabeleceu?

- Resposta: Sim, no site da prefeitura ou na própria prestação de contas do Programa de Metas, quando este estabelece metas. Também é feita uma prestação de contas para as equipes locais propiciando ferramentas de controle e monitoramento de suas metas de CadÚnico.
- Pergunta 8. Qual a periodicidade dos treinamentos do pessoal? Como é feito o controle dos treinamentos? E qual o instrumento legal que estabeleceu?
- •Resposta: Algumas capacitações são reguladas pelo governo federal, no caso do formulário de CadÚnico e da Gestão do CadÚnico e PBF. Nestas capacitações, não existe uma periodicidade, o que existe são demandas de capacitação de novos trabalhadores nas equipes. Temos uma capacitação voltada para quem já está trabalhando, que são oficinas de CadÚnico e PBF que fazemos semestralmente nas SAS.
- Pergunta 9. Verificamos no DEMES do CRAS-IP se contabiliza o atendimento mensal do CadÚnico. Sendo uma ferramenta de gestão dos benefícios, os atendimentos referenciados são resultados da CGB ou do PAIF/CRAS?
- •Resposta: E importante estabelecer o que é cada dado monitorado na DEMES. Uma coisa são encaminhamentos para os cadastros (CadÚnico), tanto para atualização quanto para inserção, outra coisa é a relação com os benefícios que estas famílias venham a acessar ou não e, indo mais adiante, resultados do PAIF. O que mais mobiliza a busca espontânea nos CRAS é o CadÚnico e os benefícios atrelados a ele, mas daí estabelecer uma relação com o PAIF eu acho que careceria de alguma mais profunda para nós aqui na gestão podermos afirmar algo ou ainda, estabelecer a relação propriamente dita.
- Pergunta 10. Observamos no DEMES o número de 273 famílias em descumprimento de condicionalidades e no PAIF 9 famílias em acompanhamento. Estas 273 famílias não deveriam ser acompanhadas pelo PAIF?
- Resposta: Sim e não. Vai depender da análise que for feita pela própria equipe técnica do CRAS. A rigor, as 273 famílias são um público prioritário dos atendimentos do PAIF, mas não necessariamente devem ser acompanhadas pelo PAIF. Seria necessário investigar mais a fundo os casos, mas minimamente atendimentos do

PAIF com certeza devem demandar. De toda forma, precisa analisar melhor o que são essas 273 famílias em descumprimento. O mais adequado seria pegar o dado de famílias em fase de suspensão do benefício PBF por descumprimento reiterado de condicionalidades. Estas famílias têm como principal característica descumprir as condicionalidades, denotando uma maior vulnerabilidade.

- Pergunta 11. Para identificar os resultados do CRAS-IP não seria importante que instrumentais diferentes apontassem resultados do CadÚnico e do PAIF em separado?
- Resposta: Entendo que sim. Acho que isto seria necessário repensar. O CadÚnico não
 é uma oferta obrigatória do CRAS, mas o PAIF sim. Desta forma, é preciso avaliar
 e, quem sabe, repensar os instrumentais a fim de atender melhor esta organização.

6.3 Análises dos Dados

Tabela 6 – Resumo de atendimentos mensais

ase: Pla	anilhas "CONTR	Base: Planilhas "CONTROLE MENSAL CRAS -	AS - PAIF" - Setembro/	Setembro/2017 a Agosto/2018	∞			
	DEMANDAS		ATENDIMENTO PE	ATENDIMENTO PELOS ENTREVISTADORES SOCIAIS	ORES SOCIAIS		ATENDIMENTO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS	NTO PELOS ES SOCIAIS
MÊS	Total Pessoas Atendidas	B1. Acesso ao B2. Atualização Cadastro de cadastral Programas Sociais Programas Sociais	B2. Atualização cadastral Programas Sociais	B3. Regularização do benefício transf. renda	B28. Consulta Programa Transf. Renda	Total Atendim. Entrevistadores Sociais	Total Atendim. Assistentes Sociais	Familias em Acompanham. pelo PAIF
set-17	2.366	423	1.085	58	545	2,111	255	п
out-17	2.770	557	1.176	17	624	2.374	396	10
nov-17	2.877	899	826	12	919	2,656	221	6
dez-17	2.142	817	902	16	448	1.987	155	6
jan-18	2,850	229	1,495	24	530	2,726	124	9
fev-18	2,850	229	1,495	24	530	2,726	124	9
mar-18	3.204	759	1.546	22	721	3.048	156	П
abr-18	2.813	587	1.174	13	682	2,456	357	-
mai-18	2.807	833	1.111	12	632	2,588	219	12
jun-18	3.276	1.196	1.039	10	775	3.020	256	12
jul-18	3.178	1.770	1.087	4	133	2.994	184	22
ago-18	2.753	1.063	1.096	88	243	2,500	253	31
Média	2824	855	1153	26	565	2599	375	F

A tabela 6 – Tabela Resumo de Atendimentos Mensais – teve seus dados extraídos das DEMES mensais, e apresenta os atendimentos realizados no CRAS-IP pela equipe técnica e pelos Entrevistadores Sociais terceirizados da CGB. A primeira coluna indica o mês de referência e na segunda coluna consta o total geral de pessoas atendidas no mês. Da terceira à sexta coluna constam os atendimentos pelos Entrevistadores Sociais por tipo de demanda, todas relacionadas exclusivamente ao cadastro único e totalizado na sétima coluna. A oitava coluna indica o total de pessoas atendidas pelos Assistentes Sociais para acolhimento, escuta e encaminhamento conforme as normas técnicas do MDS. A nona coluna indica o número de famílias em atendimento pelo PAIF no mês de referência. Na última linha da planilha foi indicado o número médio de atendimentos realizados no período em questão para cada uma das colunas.



Figura 7 – Atendimento a demandas no CRAS-IP

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados coletados no estudo de caso.

A figura 7 representa a média dos atendimentos realizados no período deste estudo de caso e o número médio de famílias em acompanhamento no PAIF, conforme as médias da tabela 6. Nota-se o baixo número de famílias acompanhadas pelo PAIF frente aos atendimentos gerais da unidade. Nessa mesma linha, temos a resposta do coordenador da CGB (entrevistado d) à pergunta aberta número 11, onde ele afirma que "O CadÚnico não é uma oferta obrigatória do CRAS, mas o PAIF sim. Desta forma, é preciso avaliar e, quem

sabe, repensar os instrumentais a fim de atender melhor esta organização", sugerindo possível revisão dos instrumentais de controle de resultados para ampliar a oferta do PAIF. Segundo BRASIL (2009, p. 19)

...o CRAS é uma unidade singular de proteção básica... pois é a única unidade que desempenha as funções de gestão da proteção básica no seu território e de oferta do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF. Além do PAIF, oferta obrigatória e exclusiva do CRAS, outros serviços socioassistenciais de proteção social básica podem ser implementados nessa unidade, desde que haja espaço físico, equipamentos, recursos materiais e humanos compatíveis.

Figura 8 – Atribuições do CRAS- Funções Gestão de Proteção Básica e Oferta de Programas PAIF

Funções: Gestão de Proteção	Basica e C	oferta de Programas PAIF
Atribuições	Realiza? Sim/Não	Estudo de Caso
Fornecer informações para subsidiar Elaboração Plano Municipal de assistência Social	Sim	Realiza mapeamento de vulnerabilidade social no território e das famílias (Pergunta 1, Tabela 9)
Fornecer informações para subsidiar o planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços ofertados no CRAS	Sim	As familias do território que utilizam as ofertas existentes, são refenciadas no CRAS (Pergunta 2, Tabela 9)
A Fornecer informações para subsidiar a alimentação dos Sistemas de Informação do SUAS	Sim	Sistema de informação dos Centros de Referências - SISCR(Entrevistado 1, Pergunta 2, perguntas abertas)
Fornecer informações para subsidiar a constituição das equipes de referência e demais profissionais da política de assistência social e qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.	Sim	Precisaríamos que houvessem treinamentos antes das mudanças entrarem em funcionameno (Entrevistado 1, Pergunta 4, perguntas abertas)
Supervisão, apoio técnico da oferta do PAIF e demais serviços socioassistenciais ofertados, tanto nas unidades públicas, quanto nas enti dades privadas sem fins lucrativos, prestadora de serviços.	Sim	Controle Mensal de Dados de Execução - DEMES, e a Declaração Mensal de Supervisão Técnica - RESUP (Entrevistado 1, Pergunta 3, perguntas abertas)
Gestão da rede socioassistencial do município Gestão do processo de conveniamento das entidades privadas sem fins lucrativos de assistência social – quando for o caso.	Sim	Estudo do territorio para implantação de serviço, estudo de atendimento nos serviços conveniados (Entrevistado 2, Pergunta 1, perguntas abertas)

Fonte: Elaborada pelos autores com base na Figura 3 da OT

A Figura 8 representa as atribuições do CRAS Ipiranga - Na primeira coluna os quadros que referem a fornecer informações, apresentam as funções de Gestão de Proteção Básica e nos quadros que referem a Supervisão e Gestão apresentam a função Oferta de Programa PAIF, detalhando as atribuições de acordo com a norma técnica. Na segunda e terceira coluna relacionamos os resultados do estudo de caso. A pesquisa aponta que as atribuições do Fornecimento de informações e dados para o Órgão Gestor Municipal, Oferta do PAIF e a Gestão territorial são executadas pelo CRAS-IP.

Figura 9 – Atribuições do CRAS – Função Cadastro Único.

Atribuições do CRAS - Ipira	nga - Funç	ões: Cadastro Único
Atribuições	Realiza? Sim/Não	Estudo de Caso
 I – identificação das famílias a serem cadastradas e coleta de seus dados nos formulários específicos; 	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
II – digitação, no Sistema de Cadastro Único, dos dados coletados nos formulários de cadastramento, acompanhando o processamento realizado pela CAIXA;	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
III – atualização dos registros cadastrais,	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
 IV – promoção da utilização dos dados do CadÚnico para o planejamento e gestão de políticas públicas locais; 	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
 V – adoção de medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, disponibilizando, ainda, canais para o recebimento de denúncias; 	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
VI – adoção de procedimentos que certifiquem a veracidade dos dados;	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
VII – zelo pela guarda e sigilo das informações coletadas e digitadas, nos termos do art. 8° do Decreto n° 6.135, de 2007;	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
VIII – disponibilização às Instâncias de Controle Social - ICS de acesso aos formulários do CadÚnico;	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB
IX – encaminhamento às ICS: a) do resultado das ações de atualização cadastral efetuadas pelo município; b) de cópias dos termos de responsabilidade; c) de cópias dos pareceres previstos no §1º do art. 18, quando se aplicar. Parágrafo único.	Sim	Sistema Operacional próprio - CGB

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas atividades do CadÚnico descritas na Portaria 177, item 2.1.

A figura 9 representa as atribuições do CRAS Ipiranga - Na primeira coluna relacionamos as atribuições da função Cadastro Único do CRAS-IP detalhando as atribuições de acordo com a Portaria 177. Na segunda e terceira coluna relacionamos os resultados do estudo de caso. A pesquisa de campo aponta que as competências do CadÚnico são realizadas em Sistema Operacional próprio administrado pela CGB e operacionalizado pelos terceirizados. Quando o sistema está fora do ar o Entrevistador Social realiza atendimento em caderno que reproduz as telas do sistema. Apesar do CadÚnico ser operacionalizado em Sistema Operacional próprio, verificamos nas DEMES os números dos atendimentos realizados.

Figura 10 – Espaço Físico – CRAS Ipiranga.

Espaço fisic	- CRAS	lpiranga
Funções: Gestão de Proteção Espaços, usos, metrage		
	Sim/Não	Estudo de Caso
1 Recepção	Sim	1 Recepção
2 Salas de atendimento	Sim	3 Salas de atendimento
2 Salas de uso coletivo	Sim	2 Salas de uso coletivo
1 Sala administrativa	Sim	1 Sala administrativa
1 Copa	Sim	1 Copa
1 Conjunto de banheiros	Sim	1 Conjunto de banheiros
Função: C Espaços, usos, metrage		
	Sim/Não	Estudo de Caso
Não existe uma normativa para a gestão do CADUnico.	Não	Não foi possível verificar

Fonte: Elaborada pelos autores com base na Figura 2 da OT

A figura 10 demonstra o espaço Físico - Na primeira coluna demonstra o parâmetro para o espaço físico de funcionamento do CRAS de acordo com a norma técnica. Na segunda e terceira colunas os resultados do estudo de caso. A pesquisa aponta que CRAS-IP atende as especificações técnicas e ainda possui uma sala de atendimento além do que determina a norma técnica. Com relação ao Atendimento do Cadastro Único verificou-se que não existe norma técnica ou outro instrumento normativo que defina parâmetros do espaço físico, desta forma não foi possível comparar o espaço físico necessário estabelecido em normas técnicas com o estudo de caso.

Figura 11 – Equipe CRAS Ipiranga.

EQUIPE -	CRAS Ipira	anga
Orientações Técnicas - CRAS	Sim/Não	Estudo de Caso
Funções: Gestão de Proteção	Basica e (Oferta de Programas PAIF
4 Técnico nivel médio	Não	
2 Assistente Social	Sim	4 Assistente Social
1 Psicologo	Não	
1 Profissional que compoe SUAS	Sim	1 Profissional que compoe SUAS
1 Coordenador	Sim	1 Coordenador
		1 pedagogo
		1 Agente de apoio nivel superior
		4 atendentes - Programa agente SUAS
Função: C	adastro Ú	Jnico
Cadastro Único - Não possui orientação tecnica ou outro instrumento nomativo que descreve quantidade de pessoal	Não	8 Entrevistadores Terceirizados

Fonte: Elaborada pelos autores com base na Figura 4 OT

A figura 11 demonstra a equipe do CRAS-IP. A primeira coluna demonstra o total de pessoal dimensionado para o funcionamento do CRAS de acordo com a norma técnica. Na segunda e terceira os resultados do estudo de caso. A pesquisa aponta que o CRAS IP não conta com o quadro de pessoal descrito na norma. Segundo a pesquisa não possui 4 técnicos nível médio e nem 1 psicólogo, no entanto possui 4 assistentes sociais quando a norma dimensiona 2, além de 1 pedagogo, 1 atendente de apoio nível superior e 4 atendentes do Programa agente SUAS. Com relação ao Atendimento do Cadastro Único não são estabelecidas em norma técnica ou outro instrumento normativo, no entanto existe uma estimativa de pessoal para atender a demanda prevista para o território da subprefeitura, desta forma não foi possível comparar o quadro de pessoal necessário estabelecido em normas técnicas com o estudo de caso.

Figura 12 – Metas – CRAS Ipiranga.

METAS - CRAS Ipiranga					
Funções	Sim/Não	Estudo de Caso			
Gestão de Proteção Basica	Não	Não identificado			
Oferta de Programas PAIF	Não	Não identificado			
Cadastro Único	Não	Não identificado			

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como se vê na figura 12, pg. 58, as metas do CRAS - Ipiranga não são divulgadas em norma técnica ou outro instrumento normativo. Desta forma não foi possível realizar análise entre as metas estabelecidas em normas técnicas e o estudo de caso.

Não obstante existir um relatório DEMES que é um instrumental que quantifica as demandas do atendimento, não há meios de realizar análise comparativa entre a quantidade de atendimento e meta estabelecida devido à inexistência de divulgação de metas pelos órgãos competentes.

Para o Cadastro Único existe uma estimativa de cadastros nos anos de 2017 e 2018 (conforme Apêndice C e D), no entanto não existe um instrumento legal específico para avaliar os resultados baseados nesta estimativa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral conhecer se os resultados quantitativos traduzidos nas metas estabelecidas para o atendimento social do CRAS-IP atendem aos parâmetros e critérios estabelecidos pela PNAS e pela SMADS do Município de São Paulo.

Do mesmo modo, os objetivos específicos procuraram conhecer as diretrizes e normas da PNAS e da SMADS para o funcionamento do CRAS, identificar a equipe técnica segundo as OT e se sua composição é compatível com a capacidade de atendimento, conhecer os parâmetros de produtividade do CRAS-IP com base nas OT organizadas pela NOB-RH/SUAS e diagnosticar os resultados de produtividade da equipe de trabalho com base nas metas estabelecidas.

A partir da análise comparativa deste estudo de caso, das normas e instrumentos legais de funcionamento do CRAS e da operacionalização pelos trabalhadores sociais do CRAS-IP no período estudado, chegamos ás seguintes conclusões:

- A) Quanto ao controle de resultados, a tabela 6 resume os atendimentos realizados pela equipe técnica de Assistentes Sociais e pela outra equipe terceirizada de Entrevistadores Sociais exclusiva para atender as demandas do CadÚnico. Os números de atendimentos realizados, através de análise comparativa, demonstram que os atendimentos dos entrevistadores sociais são superiores aos atendimentos dos assistentes sociais e o número de famílias em acompanhamento pelo PAIF é menor do que o atendimento feito pelos entrevistadores sociais e o total de atendimento dos assistentes sociais.
- B) Quanto ao atendimento no período estudado, a figura 7 representa graficamente a média total de atendimentos mensais no período deste estudo de caso e evidencia que a demanda maior do público do CRAS-IP, de 2.599 atendimentos, é para acessar os benefícios ofertados pelos Programas de Transferência de Renda através do CadÚnico e a quantidade menor, de 11 famílias em acompanhamento pelo PAIF.

- C) Quanto às atribuições do CRAS, a figura 8 apresenta a análise da efetiva realização destas atribuições no CRAS-IP. Verificou-se nas respostas das entrevistas com os técnicos de nível superior, que as atribuições são realizadas.
- D) Quanto às atribuições do CadÚnico, a figura 9 demonstra que suas atribuições são realizadas. Na visita de campo verificou-se que a operacionalização para manutenção do banco de dados é realizada através de Sistema Operacional próprio e através de equipe terceirizada, administrada pela CGB. Em conversa prévia à entrevista digital o Coordenador da CGB informou que na cidade de São Paulo o CadÚnico é ofertado prioritariamente nos CRAS, unidades públicas municipais gerenciadas pela SMADS.
- E) Quanto ao espaço físico, a figura 10 demonstra que o CRAS-IP atende às exigências das OT (2009). Funciona em prédio locado pela SMADS, com dimensões adequadas aos ambientes exigidos e organizados satisfatoriamente para o atendimento ao público. A equipe terceirizada para atendimento do CadÚnico está inserida nos espaços dotados de ponto de rede para computadores, mesa de atendimento e cadeira para o munícipe.
- F) Quanto à equipe dimensionada para o CRAS-IP, a figura 11 demonstra sua composição no período deste estudo de caso. Observou-se que o quadro de pessoal não corresponde aos parâmetros recomendados pela OT. Quanto aos Entrevistadores Sociais terceirizados, não há normativa que regulamente a composição e dimensionamento da equipe.
- G) Quanto às metas do CRAS-IP, a figura 12 demonstra que não foram identificadas metas para as ofertas de programas e serviços. Na pesquisa de campo, bibliográfica e entrevistas, tomamos conhecimento de que o dimensionamento das equipes de atendimento e implantação do CRAS baseia-se nos parâmetros das OT relativo ao número de famílias referenciadas no território.

A partir do acima exposto, apresentamos nossas conclusões para os objetivos específicos deste estudo de caso.

Conhecemos as diretrizes e normas da PNAS e da SMADS para o funcionamento do CRAS, onde identificamos os meios para operacionalização da política de assistência social

no CRAS e os parâmetros para sua implantação nos territórios com estudo de famílias em vulnerabilidade social.

Identificamos que a equipe de trabalho não corresponde aos parâmetros dimensionados pela OT, visto que sua composição não está em conformidade com os parâmetros de capacidade de atendimento, como demonstrado na Figura 4.

Conhecemos os meios para operacionalização das diretrizes da política pública de Assistência Social no CRAS-IP, no entanto não identificamos objetivos de produtividade do atendimento para avaliação dos resultados. Isto configura que o CRAS-IP tem o modelo de gestão, onde aponta os meios para atender ao munícipe, mas não estabelece metas a serem atingidas e não foi possível diagnosticar os resultados de produtividade da equipe de trabalho, visto que as metas, caso existam, não são divulgadas ou publicadas pelos órgãos competentes e, assim sendo, não é possível efetuar análise comparativa para atestar a produtividade do CRAS-IP.

Embora exista uma referência de capacidade de atendimento anual de 1000 famílias para cada 5000 famílias referenciadas e exista também um relatório da produtividade que aponta mensalmente o número de atendimentos, não podem ser consideradas como metas a serem atingidas.

De acordo com as teóricas apresentadas no item 3 do presente trabalho, sob o ponto de vista da avaliação dos resultados alcançados pelo CRAS-IP, podemos afirmar que o processo de gestão da unidade não se completa, porque para fechar o ciclo do processo de gestão e avaliar sua produtividade, que tem a ver com a eficiência, eficácia e efetividade, é imprescindível estabelecer metas, onde conclui-se que o primeiro ponto da gestão é estabelecer objetivos e metas e dizer quais são os meios necessários para operacionalização.

Diante destas conclusões, podemos afirmar que o CRAS-IP possui modelo de gestão e meios necessários para atendimento conforme as diretrizes da PNAS e OT, mas opera sem metas estabelecidas, o que inviabiliza a possibilidade de avaliar sua produtividade.

A nossa proposta de estudo de caso deu passos na direção da análise dos problemas identificados e esperamos que estimule pesquisas mais aprofundadas na temática da Gestão de Processos Administrativos na área de gestão pública da Assistência Social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed.- Brasília: 405 p.- (Série textos básicos, n.25). **Decreto 6.135/2007,** 26 de junho de 2007. Brasília. Lei nº 13.204/2015, de 14 de dezembro de 2015. Brasília. **Lei nº 13.029/2014,** de 24 de setembro de 2014. Brasília. **Lei nº 10.719/1968**, de 22 de dezembro de 1968. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – 1. ed. – Brasília: MDS, 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social PNAS/Norma Operacional Básica NOB/SUAS – 1. ed. – Brasília: MDS, 2004. 91p. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assistência Social. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/assistencia-social Acesso em 02 ago.2018. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 e publicada no DOU no dia 28 de outubro de 2004. _ **Portaria MDS 113/2015,** 10 de dezembro de 2015. Brasília. _____ **Portaria MDS 177/2011,** 16 de junho de 2011. Brasília. **Portaria MDS 376/2008,** 16 de outubro de 2008. Brasília. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Resolução CNAS 130/2005, de 15 de julho de 2005. Brasília. Resolução CNAS 145/2004, de 15 de outubro de 2004. Brasília. CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia. Tradução: Flavio Deni Steffen. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 1993. p. 6.

CHIAVENATO, Idalberto; **Administração Geral e Pública**; Rio de Janeiro; Elsevier; 2ª edição; 2006.

Recursos Humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p.67-76.
PEREIRA, P.A.P. A Assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS , Revista Ser Social, nº 20, 2007.
SÃO PAULO , Dados demográficos dos distritos pertencentes às Prefeituras Regionais . Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demo graficos/index.php?p=12758, Acesso em 15 jul. 2018.
Decreto nº 57.575/2016, 29 de dezembro de 2016, da cidade de São Paulo.
Decreto nº 40.531/2001, 07 de maio de 2001, da cidade de São Paulo.
Decreto nº 38.877/1999, 21 de dezembro de 1999, da cidade de São Paulo.
Decreto nº 32.384/1992, 06 de outubro de 1992, da cidade de São Paulo.
Decreto nº 27.733/1989, 19 de abril de 1989, da cidade de São Paulo.
Decreto nº 24.269/1987, 27 de julho de 1987, da cidade de São Paulo.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMADS Nº 03 , 31 de Agosto de 2018, da cidade de São Paulo.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMADS Nº 05, Capítulo I, 31 de Agosto de 2018, no Art. 2º - Da Supervisão Técnica, para os CRAS da cidade de São Paulo.
Lei nº 12.524 , de 01 de dezembro de 1997, da cidade de São Paulo.
Lei nº 16.119 , de 13 de janeiro de 2015, da cidade de São Paulo.
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico, 23 ed [rev. Atual]. São Paulo: Cortez. 2007.

Apêndice A – Questionário de perguntas fechadas direcionado à equipe técnica do CRAS – IPIRANGA.

OBJETIVO: identificar se o processo de trabalho é mapeado e se existe controle de resultados.

1.	Realiza-se mapeamento da vulnerabilidade social do território e das famílias?
	() Sim () Não
2.	As famílias do território que utilizam as ofertas existentes são referenciadas no CRAS?
	() Sim () Não
3.	A oferta do Programa de Atenção Integral as Famílias de todo o território é compatível com a necessidade do território?
	() Sim () Não
4.	A oferta de serviços da proteção básica é gerenciada pelo técnico do CRAS?
	() Sim () Não
5.	A oferta dos serviços do CRAS – Ipiranga são planejadas?
	() Sim () Não
6.	As demandas do território extrapolam as atribuições do técnico?
	() Sim () Não
7.	As demandas do território extrapolam as horas diárias estabelecidas para atendimento?
8.	O monitoramento atual dos atendimentos tem condições de medir a eficácia da atuação do CRAS no território?
	() Sim () Não
9.	Em sua opinião, é possível articular a rede de proteção básica com a rede Socioassistencial?
	() Sim () Não?
10.	A prioridade no atendimento as famílias é articulada com a Coordenação do Cadastro Único?
	() Sim () Não
11.	Aplica-se pesquisa de satisfação ao usuário do CRAS para detectar pontos de aprimoramento no atendimento?
	() Sim () Não
12.	Você sente que está capacitado para realizar as ações propostas pela política de proteção básica?

	() Sim () Não
13	Em sua opinião, o atendimento do CRAS na cidade de São Paulo cumpre as meta propostas pelas Orientações Técnicas?
	() Sim () Não

Apêndice B – Questionários de perguntas abertas direcionados à equipe técnica do CRAS – IPIRANGA.

Questionário 1 - OBJETIVO: Conhecer o formato da gestão da equipe técnica.

- 1. Como é feita a gestão das demandas para atuação da equipe?
- 2. Que tipo de instrumento é utilizado para monitorar as demandas dos técnicos?
- 3. É possível pontuar as atividades da sua equipe?
- 4. Em sua visão qual seria a ação para melhorar o desempenho da equipe?

Questionário 2 - OBJETIVO: Conhecer os instrumentais de controle do CRAS-IP.

- 1. Quais são os dados levados em conta para o observatório?
- 2. Que tipo de instrumento é utilizado para levantar os dados?
- 3. Os técnicos do CRAS mencionam a DEMES como levantamento quantitativo, qual o objetivo dela?

Questionário 3 - OBJETIVO: Conhecer os instrumentais de controle do CRAS-IP.

- 1. Quais são os dados monitorados no CADASTRO UNICO?
- 2. Que tipo de instrumento é utilizado para levantar os dados?
- 3. A prioridade no atendimento social às famílias é articulada com a Coordenação do Cadastro Único?
- 4. Em sua opinião o atendimento social no CRAS-IP assiste às famílias que precisam da Proteção Básica?

Questionário 4 - OBJETIVO: Conhecer como é operacionalizado o Cadastro Único do CRAS-IP.

- 1. O que é Cadastro único e qual instrumento legal o constituiu?
- 2. Quando iniciou o Cadastro Único no CRAS Ipiranga? E qual o instrumento legal que determinou?
- 3. Qual é a Estrutura física necessária para atender o Cadastro Único no CRAS Ipiranga? E qual o instrumento legal que determinou?
- 4. Qual é a Estrutura de pessoal necessária para atender o Cadastro Único CRAS Ipiranga? E qual o instrumento legal que determinou?
- 5. Quais são as metas do Cadastro Único para o CRAS Ipiranga no ano de 2017 e 2018? E qual o instrumento legal que estabeleceu?
- 6. Como é feito o controle dos resultados com as metas no CRAS Ipiranga? E qual o instrumento legal que estabeleceu?
- 7. Os resultados das metas são divulgados? E qual o instrumento legal que estabeleceu?

- 8. Qual a periodicidade dos treinamentos do pessoal? Como é feito o controle dos treinamentos? E qual o instrumento legal que estabeleceu?
- 9. Verificamos no DEMES do CRAS-IPIRANGA se contabiliza o atendimento mensal do CADUnico. Sendo uma ferramenta de gestão dos benefícios, os atendimentos referenciados são resultados da CGB ou do PAIF/CRAS?
- 10. Observamos no DEMES anexado neste e-mail que foi mencionado o número de 273 famílias em descumprimento de condicionalidades e no PAIF 9 famílias em acompanhamento. Estas 273 famílias não deveriam ser acompanhadas pelo PAIF?
- 11. Para identificar os resultados do CRAS-IP não seria importante que instrumentais diferentes apontassem resultados do CadÚnico e do PAIF?

Apêndice C – Cobertura do CadÚnico CRAS – IPIRANGA.

19/06/2018								Cobertu	Cobertura CadÚnico	ooju Ooju			92						
N.	Geral	Extrema Pobreza	B Pobreza		Baixa Renda	Acima 1	Acima 1/2 sal. mínimo	oun											
PREFEITURA DE				9			ž	Número de famílias no CadÚnico	de fam	ílias no	CadÚr	ico			Visuali	izar/imprimir	· Relatório (h	Visualizar/Imprimir Relatório (https://drive.google.α	jle.œ
SAO PAULO ASSISTINCIA I BESENVOLVIMENTO SOCIAL		Prefeitura Regional	Distribo	Estimativa de Familias	Jan/2013	Jui/2013	Jan/2014	202/Jul 202/Jul 202/Jul 202/Jul	Jan/2015	Jul/2015	Jan/2016	Cobertura San/2015 Jul/2015 Jan/2016 Jul/2017 Jul/2017 Jan/2018, Cadibitos	Jan/2017	Jul/2017	1201 Jan/2018	Cobertura	Evolução da Cobertura	Meta de Cadastrados	
₩ WEND		Ipiranga	Cursino	5,493	2.012	2.342	3.087	3.615	3.840	4.256	4.515	2:097	5235	5.104	5.102	92,88%	153,58%	391	
		Ipiranga	piranga	4.571	2.911	3.523	4.465	4.942	5.029	5,431	5.666	6.255	6.545	6.790	6119	133,88%	110,20%	-1.548	
		Ipiranga	Sacomā	16.730	10.253	12.191	14.698	16.403	16.936	17.959	18.632	70.177	20.292	22.138	21.328	21.328 127,48%	108,02%	4.598	
		Total	3	26.792	15.176	18.056	22.250	24.960	25.805	27.646	28.813	31.529	32.072	34,032	32.549		•		
	8	4	refeit	ıra Re	Prefeitura Regional Ibiranga	loirar)ga					ď	efeitu	ra Reg	zional	Prefeitura Regional Ibiranga	ga		
Tutorials do Sistema (https://docs.googie		. ш	volução (obertura	Evolução Cobertura CadÚnico por distrito	o por dist	trito						Evolue	ção Cobe	Evolução Cobertura Cadúnico	JÚnico	5		
	25000	ш		١	Cursino Piranga Sacomb	Sacoma				35000				Prefeitura B.	Prefeitura Regional Ipiranga	g			
							1	(2-	30000									
	50002			1	1	1				25000									
	15000	1	1							20000								A S	
	10000	1								15000									
	5000				1	1	1	1.	2.9	100001	4								
	200	1								0				M					
	Jan	0 - Namen 1 de 2014 de 2014 de 2015 de 2015 de 2016 de 2016 de 2016 de 2017 de 2018 de	14 36/2014	Jan/2015 Ju	V2015 Jan 20	a102/ul 811	Jan/2017 .	Jul 2017 Jan	M2018	1 15	Eloziet Closmet	102vi	02.10	et 2105 mt 2105 met 4.	102W	0230	6 Jaczott Juczott J	3202018	
					*-														
					•														
•																			
http://10.90.0.138/CoberturaCadUnico/cobertura/ipiranga	eqoo/oo	tura/ipiranga																	1/1

17

Apêndice D – Cobertura do Bolsa Família CRAS – IPIRANGA.

20/06/2018		7.				0	Cobertura Bolsa Familia	sa Familia							
						Núme	Número de famílias Beneficiárias do PBF	lias Bene	ficiárias d	lo PBF					
PREFEITURA	DE	Prefeltura Regional	Distrito	Estimativa	Jan/2013	Ju1/2013	Jan/2014	Jul/2014	Jan/2015	2007/Int	Jan/2016	Jul/2016	Jan/2017	Jul/2017	Jan/2018
SÃO PAULO	9	biranga	Cursino	3.548	716	839	1.258	1.339	1.576	1,823	1.892	2.097	2.034	1.457	1.742
BISINVOLVIMENTO	SOCIAL	Ipiranga	piranga	2.823	1.353	1.414	1.806	1.742	2.057	2.345	2.394	2.398	2.474	1.882	2.217
MEN MEN	•	lpiranga	Sacomă	10.370	4.368	4.528	5,413	5.491	6.656	7.420	7.421	7.631	7.653	6.932	8.117
		Total		16.749	6.638	6.781	8.477	8.572	10.289	11.588	11.707	12.126	12.161	10.271	12.076
			Prefeitu	Prefeitura Regional Ipiranga	onal Ipira	anga				Prefe	eitura Re	Prefeitura Regional Ipiranga	piranga	•	
		0000	Curso	Cursino Tollanga Sacomó	Saco	2		14000	Q		Prefetue	Prefetus Regional (pisonga		•	
Tutoriais do Sistema (https://docs.god		2000		1		()	12500	0						
		0000	1					00001	0. 0.						200
		9000						0009							
		3000		-		-	}	4000	0 9						
		1000 0 Jany2013 July2013 Jan	2014 Julizota J	Jan 2014 Jul 2014 Jan 2015, Jal 2015, Jan 2016, Jan 2016, Jan 2017, Jan 2018	Jan 2016 July	7105 Jan 2017	102/01/7 Jan/201		O POSTAGE DISTAGE	3 320/2014 July	210570AL *10	100 Darie Trogram Trogram along the Porsam 2167 Act 2167 Act 2167 Act 1167 Act 2167	102016 3an 2017	Just Trought,	910

ttp://10.90.0.138/CoberturaBolsaFamilia/cobertura/i

Apêndice E – Relatórios Mensais DEMES do CRAS – IPIRANGA.

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Set/2017

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	COORD	CENTRO DI	MONIT	RVATÓRIO DE DRAMENTO E A DE DADOS DE	AVALIAÇ	ÃO	CENT		FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCI tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	AL - CRA
CRAS:		IPIRANGA		Nº Tot	al de Téc	nicos:	6	Nº Servid	ores Administrativos no Atendimento:	2
SAS		IPIRANGA		Nº Técnico	s no Ate	ndimento:	3	IV= Servio	ores Administrativos no Atendimento:	:6:
MÊS/ANO:		setembro-17		Nº Total de Serv	vidores A	dministrativos:	3		Número de Estagiários:	3
					Aten	dimento So	rial			
				A1. Forma de					A2. Adiantamento Direto	
Total de Pes Atendida		Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado p Socioassiste		Encaminhad outras Pol Pública	ticas	V	alor Disponível no Mês (R\$)	
2.366		2.366							Valor Gasto no Mês (R\$)	
				В. С	emano	das Apresen	tadas			
B1. Acesso ao Cao de Programas Soo (BDC, Cadúnico, ProSocial)		423	B8. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção/ Pessoa com De			B22. Acesso ao Trabalho	3
B2. Atualização cadastral Prog. So	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	1.085	NAME AND PARTY OF THE PARTY.	porte Urbano		B16. Proteção Defesa à Mulho	er	1	B23. Acesso a Habitação	11
83. Regularização benefício de transferência de r		58	B10. Pass Intermun / Interest	cipal	13	B17. Proteção , à Criança/Adol em Trabalho In	escente	4	B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	
B4. Acesso a Bene de Prestação Continuada - BPC		7	B11. Alim	entação	100	B18. Proteção/ Cça/Adol. Vítim Violência, Expl ou Abuso Sexu	Defesa à na de oração	1	B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxilios / pensão)	7
85. Obtenção /Regularização de Documentação Ci		6	B12. Aqui Instrumer	sição de ito de Trabalho	1	B19. Acesso à l' Socioassistenci da Proteção Bá	al	3	B26. Acesso a Educação	6
B6. Pequeno repa moradia	aro na	1	B13. Solic /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira	8	B20. Acesso à l Acolhida à Pop em Situação de	ulação		B27. Acesso à Saúde	14
B7. Pagamento de	e Contas	2	B14. Prote Defesa ad	OTHER DESIGNATION OF THE PERSON OF THE PERSO	6	B21. Acesso a c serviços de Pro Social Especial			B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	606
*Especificaç	ão		descump		dicionali		ulta PTR	(545); CII	DADÃO DESISTIU (7); obito na fam	ilia
C. Benefíci	ios Eve	entuais Co	ncedid	os no mês	48	D. En	camin	hament	os realizados no mês	20
C1. Alimentação		48		eparo / moradia		D1. Educação		1	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especials)	
C2. Aliment. p/ via	agem		C7. 2ª Via (Outros N	200		D2. Saúde		4	D9. Previdência Social Auxilio / Aposent. / Pensão	
C3. Transporte Ur	rbano		C8. Instru Trabalho			D3. Trabalho (0 Progr. Qualif. P			D10. Previdência Social / BPC	8
C4. Pagamento C		10	C9. Passa Intermun C10. Outr	/interestadual		D4. Poupatem	00	1	D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial	
C5. Foto/Fotocóp	ia		(especif. a	CONT. CO. CO.		D5. Habitação D6. Conselho o	0	1	de Proteção Básica	2
*Especificar no ca	ampo ab	aixo os outro	s benefício	s concedidos:		Direitos D7. Serviços Sis			D13. CREAS D14. Rede Socioassistencial	2
						Garantia de Dire		1	de Proteção Especial	
C11. Emissão / Re	evalidaçã	o de Declaraç	ao de Idos	0	43	(especificar ao	lado)			
	liares rea	alizadas			10	E2. № de Famí	lias com s	situação re	gularizada no Sistema SICON	
E1. Visitas domici			E4. Cadas	tros novos em		E5. Atualizaçõe cadastrais no C		647	E6. Atualizações cadastrais no BDC	85
E3. Cadastros nov	TANK CARRAGE STATE	289	BDC e Pro realizado:	Secure	54	realizadas			e ProSocial realizadas	
E1. Visitas domici E3. Cadastros nov Cadúnico realizado Responsável p	dos		STATE OF THE STATE	Secure		A SECURE OF THE PROPERTY OF TH			Assinatura	Data

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Set/2017

BLOCO 1 - Familias em Acompanhamento pelo PAIF A. Volume de familias em Acompanhamento pelo PAIF A. Volume de familias em Acompanhamento no PAIF A. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no més anterior A1. Total de familias inseridas no acompanhamento do PAIF no més de referência A3. Nº de Familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desisência da familia no mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias beneficiárias do Programa Boko-Familia B2. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B7. Nº de Familias com adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa se de Transferência de Renda B2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Familias do Programa Rendo-Cidadã B10. Nº de Familias do Programa Rendo-Cidadã B11. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B14. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B15. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B16. Nº de Familias com cinques Agó Jovem B17. Nº de Familias com cinques Agó Jovem B18. Nº de Familias com cinques Agó Jovem B19. Nº de Familias com cinques Agó Jovem B11. Nº de Familias com cinques Rendo-Cidadã B10. Nº de Familias com cinques Agó Jovem B11. Nº de Familias com cinques Agó Jovem B12. Nº de Familias com cinques Agó Jovem B13. Nº de Familias com cinques Agó Jovem Agó J	9 7 Total 9
BLOCO 1 - Familias em Acompanhamento pelo PAIF A. Volume de familias em acompanhamento no PAIF A. O. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no més anterior A.1. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no més anterior A.2. Novas familias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o més de referência A.3. Nº de Familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no més A.4. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereço no més A.5. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereço no més A.6. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no més B.1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no final do més B.1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no més B.1. Nº de Familias sem situação de extrema pobreza B.2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B.3. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia, em descumprimento de condicionalidades B.4. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B.5. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B.6. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B.7. Nº de Familias beneficiárias dos demais Programa a Erransferência de Renda B.2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no més B.8. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B.9. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadā B.10. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B.11. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B.12. Nº de Familias com individuos beneficiários do PC B.13. Nº de Familias com individuos beneficiários do PC B.14. Nº de Familias com individuos beneficiários do PC B.15. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos	Total
A. Volume de familias em acompanhamento no PAIF A0. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês anterior A1. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas familias inseridas no acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A3. Nº de Familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B3. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia, em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Familias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de familias e ma acompanhamento no PAIF, no mês B3. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Bolsa Familia B10. Nº de Familias do Programa Bolsa Familia B11. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PC C5. Nº de Familias com indivíduos de C6. C6. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C7. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C8. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C9. Nº de Familias encaminhadas para a caesso ao BPC C9. Nº de Familias encaminhadas para a caesso ao BPC C9. Nº de Familias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculo	
A. Volume de familias em acompanhamento no PAIF AO. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês anterior A1. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas familias inseridas no acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereço no mês A6. Nº de Familias desligadas por Destrência da familia no mês A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia , em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia , em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadã B10. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadã B11. Nº de Familias do Programa Bolsa Familia B12. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC C1. Total de atendimentos indivíduos beneficiários do BPC C2. Nº de Familias com indivíduos de C2. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Familias enca	
AD. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês anterior A1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas famílias inseridas no acompanhamento de PAIF durante o mês de referência A3. Nº de Famílias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Famíliar concluido no mês A4. Nº de Famílias desligadas por Mudança de endereço no mês A5. Nº de Famílias desligadas por Desistência da família no mês A6. Nº de Famílias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família B3. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família, em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadā B10. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadā B10. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B13. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B14. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B15. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B16. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B17. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B18. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B19. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do PRC B19. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro único (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro único (cadastros vinico (atualizações realizados) C. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLO	
A1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência A3. Nº de Famílias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Famíliar concluido no mês A4. Nº de Famílias desligadas por Budança de endereço no mês A5. Nº de Famílias desligadas por Desistência da família no mês A6. Nº de Famílias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família B3. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B1. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B1. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B15. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B16. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C4. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos	9
A2. Novas familias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência A3. Nº de Familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereça no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfit de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B3. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B3. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfit de familias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadã B10. Nº de Familias do Programa Bolsa Familia B11. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B14. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B15. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B16. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B17. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B18. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B19. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B19. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B19. Nº de Familias com indivíduos de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivíduos realizados no CRAS C. Volume dos Atendimentos indivíduos realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (cadastros realizados) C4. Nº de Familias encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Familias encaminhadas para acesso ao BPC C6. Nº de Familias encaminhadas para aces	10
A3. Nº de Famílias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Famílias desligadas por Mudança de endereço no mês A5. Nº de Famílias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Famílias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Famílias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B1. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família , em descumprimento de condicionalidades B3. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Famílias do Programa Programa de Transferência de Renda B82. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadã B10. Nº de Famílias do Programa Bolso Família B11. Nº de Famílias do Programa Bolso Família B12. Nº de Famílias do Programa Bolso Família B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B14. Nº de Famílias do Programa Bolso Família B15. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B16. Nº de Famílias do Programa Bolso Família B17. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B18. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B19. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B10. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B11. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B12. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B13. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B14. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B15. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B16. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B17. Nº de Famílias com indivíduos do Programa Bolso Família B18. Nº de F	
A4. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias en situação de extrema pobreza B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B3. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia, em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Familias de Programa Bolso-Familia se macompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B12. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B14. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B15. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B16. Nº de Familias com indivíduos de Cutros Grupos B17. Nº de Familias com indivíduos de Cutros Grupos B18. Nº de Familias com indivíduos de Cutros Grupos B19. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B19. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastra indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastra indivídualizados realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Familias encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Familias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	2
AS. Nº de Famílias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Famílias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Nº de Famílias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família B3. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família B4. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadã B10. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados no CRAS C2. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para a cesso ao BPC C5. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	2
AG. Nº de Famílias que permanecem em acompanhamento no final do més B1. Perfil de famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família B2. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família B3. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolso-Família , em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i> B3. Nº de Famílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i> , em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> B5. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> B6. Nº de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> B7. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B8. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B8. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> B9. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> B9. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Cidadā</i> B10. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> B11. Nº de Famílias do <i>Programa Bolsa Família</i> B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> B13. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> B14. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> B16. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> B17. Total de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados oo CRAS C2. Nº de Famílias encaminhadas para alualização cadastro <i>Único (cadastros realizados)</i> C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Codastro Único (atualizações realizados)</i> C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C5. Nº de famílias encaminhadas para a C <i>REAS</i> BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	
B1. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i> B3. Nº de Famílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i> , em descumprimento de condicionalidades B4. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> B5. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> B6. Nº de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> B7. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> B9. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> B9. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> B11. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> B13. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> B14. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados no CRAS C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único (cadastros realizados)</i> C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Cadastro Único (atualizações realizados)</i> C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C5. Nº de famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C6. Nº de famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C7. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C8. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C9. Nº de Famílias	9
82. Nº de Famílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i> 83. Nº de Famílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i> , em descumprimento de condicionalidades 84. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> 85. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 86. Nº de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> 87. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 82. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês 88. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 89. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 89. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Gidadā</i> 810. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 811. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 812. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 814. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 815. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> 816. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> 817. Total de atendimentos individualizados realizados no CRAS 818. C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS 819. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único (cadastros realizados)</i> 820. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> 821. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> 822. Nº de indivíduos encaminhadas para o <i>CREAS</i> 823. Nº de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> 844. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> 855. Nº de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> 856. D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 857. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	Total
83. Nº de Famílias beneficiárias do <i>Programa Bolso-Família</i> , em descumprimento de condicionalidades 84. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> 85. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 86. Nº de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> 87. Nº de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> 88. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 82. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês 88. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 89. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 811. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 812. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> 813. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 814. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> 8LOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Cadastro Único (atualizações realizadas)</i> C3. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C5. Nº de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C6. Nº de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> 8LOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	
84. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 85. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 86. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 87. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 88. Nº de Famílias do Programa Renda-Mínima 89. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadã 810. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 811. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família 812. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 813. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 814. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 814. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos 8 BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastra unico (cadastro único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	2
85. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 86. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 87. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 88. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima 89. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima 89. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 811. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família 812. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 813. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 813. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 814. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos 81. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos 81. Total de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	2
86. Nº de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> 87. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 82. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês 83. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 89. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Cidadā</i> 810. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 811. Nº de Famílias do <i>Programa Bolsa Família</i> 812. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> 813. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 814. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> 8LOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único (cadastros realizados)</i> C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Cadastro Único (atualizações realizados)</i> C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C5. Nº de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	
B2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês B3. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B3. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B3. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B3. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B3. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B3. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B3. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B3. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
B2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês 88. Nº de Famílias do Programa Renda-Mínima 89. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadā 810. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 811. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família 812. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 813. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 814. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos 8 LOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
88. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 89. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 811. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 812. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> 813. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 814. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> 814. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> 815. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> 816. C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único (cadastros realizados)</i> C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Cadastro Único (atualizaçães realizadas)</i> C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C5. Nº de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> 8LOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	
B9. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadã B10. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizaçães realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
B10. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	1
B11. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	_
B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	8
BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. № de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. № de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. № de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. № de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	2
BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C.1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C.2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C.3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C.4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C.5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D.1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C.1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C.2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C.3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C.4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C.5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos C1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	Quantida
22. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) 23. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) 24. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC 25. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	2.366
C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos C1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	2.300
C4. № de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. № de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	E 40
BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	9
BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	
D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	2.0
D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i>	2
	2
DA Nº de Jovens em Serviços de Conviyência e Entralecimento de Vinculos nara Jovens do 15 a 17 anos	Quantida
27. 11 ME 2012 13 ETT SET VIÇOS DE CONTIVENCIA E FOI CUIECUMENTO DE VINCUIOS PARA JOVENS DE 13 à 17 ANOS	Quantida 11
D6. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado	100000000000000000000000000000000000000
D7. № de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	100000000000000000000000000000000000000
	100000000000000000000000000000000000000
Responsável pelas informações Nome legível Assinatura	100000000000000000000000000000000000000
Coordenador do CRAS ANA MARIA CAPITANI	100000000000000000000000000000000000000

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Out/2017

PREFEITURA DE SÃO PAULO	CENTRO DI	MONIT	ERVATÓRIO DE ORAMENTO E	AVALIAÇÂ	io	CENTE		FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCI tendimentos, Demandas e	AL - CRAS
ASSISTÉNCIA SOCIAL	CONTROLE	MENSAL	DE DADOS DE	EXECUÇÃ	ÃO.			Encaminhamentos	
CRAS:	IPIRANGA IPIRANGA		Nº Tot Nº Técnico	al de Técr s no Aten		6 3	Nº Servid	ores Administrativos no Atendimento:	2
MÊS/ANO:	outubro-17		Nº Total de Ser	vidores Ad	lministrativos:	3		Número de Estagiários:	3
						6.4			
			A1. Forma d	10,000,000	limento So	cial		A2. Adiantamento Direto	
Total de Pessoas Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado Socioassist	oela Rede	Encaminha outras Pol Pública	íticas	v	alor Disponível no Mês (R\$)	
2.770	2.770					1000		Valor Gasto no Mês (R\$)	
		40	B. I	Demand	las Apresen	tadas			
B1. Acesso ao Cadastro									
de Programas Sociais (BDC, Cadúnico, ProSocial)	557	B8. Foto /	/ Fotocópia		B15. Proteção/ Pessoa com De			B22. Acesso ao Trabalho	1
B2. Atualização cadastral Prog. Sociais	1.176	89. Trans	porte Urbano		B16. Proteção Defesa à Mulh			B23. Acesso a Habitação	5
B3. Regularização do benefício de transferência de renda	17	B10. Pass Intermun / Interest	icipal	8	B17. Proteção à Criança/Adol em Trabalho Ir	lescente		B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	
B4. Acesso a Benefício de Prestação Continuada - BPC	1	B11. Alim	entação	70	B18. Proteção, Cça/Adol. Vítin Violência, Expl ou Abuso Sexu	na de oração	1	B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	15
B5. Obtenção /Regularização de Documentação Civil	2	B12. Aqui Instrumer	isição de nto de Trabalho		B19. Acesso à l Socioassistenc da Proteção Bá	ial	3	B26. Acesso a Educação	1
B6. Pequeno reparo na moradia	1	B13. Solid /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira	11	B20. Acesso à l Acolhida à Pop em Situação de	ulação		B27. Acesso à Saúde	1
B7. Pagamento de Contas		B14. Prote Defesa a	C. D. 10 C. A	1	B21. Acesso a serviços de Pro Social Especial	oteção		B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	899
*Especificação	Familias em			dicionalio	lade (273);con	sulta PTI	R (624); o	bito na familia (1);passe livre def.	(1);
C. Benefícios Eve	entuais Co	ncedid	os no mês	22	D. En	camini	nament	os realizados no mês	26
C1. Alimentação	22	C6. Peq. F	Reparo / moradia		D1. Educação		1	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais)	
C2. Aliment, p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros N			D2. Saúde		3	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	
C3. Transporte Urbano		C8. Instru Trabalho	mento de		D3. Trabalho (Progr. Qualif. F	1/40 T	8	D10. Previdência Social / BPC	4
C4. Pagamento Contas			/interestadual		D4. Poupatem	ро	3	D11. Outro CRAS	
C5. Foto/Fotocópia		C10. Outr			D5. Habitação		1	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	
*Especificar no campo ab	aixo os outro	s benefício	s concedidos:	0	D6. Conselho o Direitos	de		D13. CREAS	2
					D7. Serviços Sis Garantia de Dire			D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	1
C11. Emissão / Revalidaçã	o de Declaraç	ão de Idos	o	65	D15. Outros* (especificar ao	lacio)	3	Defensoria (1); Eletropaulo	(2)
E1. Visitas domiciliares rea	alizadas			10	E2. Nº de Fami	ilias com s	ituação re	gularizada no Sistema SICON	185
E3. Cadastros novos no Cadúnico realizados	633	E4. Cadas BDC e Pro realizado:		102	E5. Atualizaçõe cadastrais no O realizadas		679	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	113
Responsável pelas in	formações			Nome I	legivel			Assinatura	Data
Coordenador do	NAME OF TAXABLE PARTY.			ANA MARIA	and the second s				
CRAS_Atendim_2012								ı.	

897185348-49

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Out/2017

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DI	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA E MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ	0	AIS	CEN		Serviç	ERÊNCIA o de Pro Integral	oteçã	io e A	tend	iment		RAS
CRAS:		IPIRANGA				N	º da U	nidade i	no C	ADSU	AS			
MÊS/ANO:		outubro-17	3	5	5	0	3	0	0	1	7	9	7	
		BLOCO 1 - Famílias em	Acon	panl	name	nto p	elo P	AIF						
		A. Volume de famílias em aco	ompar	nham	ento n	o PAI	F						T	otal
A0. Total de	famílias em acompa	nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês ante	rior											9
20000020 00		nhamento pelo PAIF no mês de r		10 700	22 1/27	78							2	10
		companhamento do PAIF durant				2000							-	1
Street College Charles		ter o Plano de Desenvolvimento	Famili	ar coi	ncluide	no m	iês							1
STATE OF STATE SAME STATE OF THE STATE OF TH		Mudança de endereço no mês											+	-
100 AUG 1 AUG 100 AUG		Desistência da família no mês	_1 4	- 0 -										
Ab. Nº de Fa		em em acompanhamento no fin				o DAI	F	-2-					T	atal
R1 Node E	B1. Pe amílias em situação d	rfil de famílias inseridas em aco	mpar	mame	ento n	O PAI	r, no r	iles					- 10	otal
		do Programa Bolsa-Família											-	1
VOCCOSC ACTOC STANSAULT		do <i>Programa Bolsa-Familia ,</i> em c	loccup	nrim	anto de	conc	liciona	lidados						1
Destroyer And Control of the Control		os beneficiários do <i>BPC</i>	rescuii	printe	ento u	e conc	liciona	iluaues					+	*
at let usponential	**************************************	/ adolescentes no PETI											1	
COMMUN. WIREST TO SEE	1 WE 1 120 1	ntes no Projovem Adolescente											1	
100000000000000000000000000000000000000	Mary at the second of	dos demais Programas de Transfe	rência	de Re	enda								1	
D): 11 ac 1		2. Perfil de famílias em acompa				IF, no	mês							
B8. № de l	amílias do <i>Programa</i>													1
B9. № de l	amílias do <i>Programa</i>	Renda-Cidadã											1	
B10. Nº de l	Famílias com indivídu	os beneficiários do <i>Programa Açã</i>	ίο Jove	m									16	
B11. № de l	Famílias do <i>Programa</i>	Bolsa Família												7
B12. № de l	Famílias com indivídu	os beneficiários do BPC												2
B13. № de l	Famílias com crianças	/ adolescentes no PETI												
B14. Nº de l	Famílias integrantes d	le Outros Grupos												
		BLOCO 2 - Atendimentos inc	diam'r.					- CDA	r					
				alaa AAAA					3				0	
C1 Total de		/olume de atendimentos indivi	uualiz	auos i	ealiza	aos n	O CRA	3					-	ntidade
		dualizados realizados, no mês para inclusão no <i>Cadastro Único</i>	lend-	ctro-	online	do-1							2.	.770
5500000 ALB45300000	And the state of the control of the state of the state of the	para atualização cadastral no Ca	05-10107-518	-	A.C.D. 42390	******	iac raa	lizadas)						20
55071010700000000000000		os para acesso ao <i>BPC</i>	austru	. Omc	- 10100		23 184	uuus)						0.00
esser constitution	mílias encaminhadas	The Contract												-
		F												
		BLOCO 3 - Atendimento	s cole	tivos	reali	zado	s no C	RAS						
	D. Vo	lume dos Serviços de Convivên	cia e F	ortale	cimer	to de	Víncu	los					Quar	ntidade
D1. № de Fa	amílias participando r	egularmente de grupos no âmbit	o do P	AIF									1	10
D4. № de Jo	vens em <i>Serviços de</i>	Convivência e Fortalecimento de	Vincul	os par	a Jove	ns de .	15 a 17	anos a						
D6. № de P	essoas que participar	am de palestras, oficinas/outras	ativida	des co	oletiva	s de c	aráter	não-con	tinua	do				
D7. № de P	essoas com deficiênci	a participando dos Serviços de Co	nvivêr	ncia o	u dos g	grupo	s do PA	\IF						
							11							
Responsáve	el pelas informações	Nome legi	vel					Assi	natu	ra			CPF	
							1							

ANA MARIA CAPITANI

Coordenador do CRAS

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Nov/2017

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO D	E MONIT	RVATÓRIO DE DRAMENTO E A DE DADOS DE	AVALIAÇ	ÃO			FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIA tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	3,01
CRAS:	IPIRANGA		Nº Tot	al de Téc	nicos:	6	Nº Servid	ores Administrativos no Atendimento:	2
SAS	IPIRANGA		Nº Técnico			3	II SCITIO		
MÊS/ANO:	novembro-17		№ Total de Sen	vidores Ac	lministrativos:	3		Número de Estagiários:	3
			1	Aten	dimento So	cial			
			A1. Forma de			ciui		A2. Adiantamento Direto	
Total de Pessoas Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado p Socioassiste		Encaminhad outras Poli Pública	íticas	V	alor Disponível no Mês (R\$)	
2.877	2.877							Valor Gasto no Mês (R\$)	
			В. С	emano	las Apresen	tadas			
11. Acesso ao Cadastro le Programas Sociais BDC, Cadúnico, ProSocial)	899	B8. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção/ Pessoa com De		1	B22. Acesso ao Trabalho	1
2. Atualização adastral Prog. Sociais	826	89. Trans	porte Urbano	2	B16. Proteção , Defesa à Mulho			B23. Acesso a Habitação	1
33. Regularização do penefício de transferência de renda	12	B10. Pass Intermun / Interest	icipal	13	B17. Proteção , à Criança/Adol em Trabalho In	escente		B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	
34. Acesso a Beneficio de Prestação Continuada - BPC	14	B11. Alim	entação	102	B18. Proteção/ Cça/Adol. Vitim Violência, Explo ou Abuso Sexua	na de oração		B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	10
35. Obtenção /Regularização de Documentação Civil	9	B12. Aqui Instrume	sição de nto de Trabalho		B19. Acesso à l' Socioassistenci da Proteção Bá	ial	1	B26. Acesso a Educação	1
86. Pequeno reparo na moradia		B13. Solid /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira	12	B20. Acesso à f Acolhida à Pop em Situação de	ulação		B27. Acesso à Saúde	8
87. Pagamento de Contas	1	B14. Prot Defesa a	MEN. (1975)	1	B21. Acesso a o serviços de Pro Social Especial		1	B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	962
*Especificação			rimento de con				(919); ob	ito na familia (1); acolhimento adu	ılto
C. Benefícios Ev	entuais Co	oncedid	os no mês	65	D. En	caminh	ament	os realizados no mês	136
C1. Alimentação	65	C6. Peq. F	leparo / moradia		D1. Educação		2	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especials)	9
C2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros N	lun.)		D2. Saúde			D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	3
3. Transporte Urbano		Trabalho	mento de		D3. Trabalho (C Progr. Qualif. P	177	3	D10. Previdência Social / BPC	92
4. Pagamento Contas			/interestadual		D4. Poupatemp	po	2	D11. Outro CRAS	
CS. Foto/Fotocópia		C10. Outr	100 100 100		DS. Habitação		6	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	2
Especificar no campo ab	aixo os outro	s beneficio	s concedidos:		D6. Conselho d Direitos	e		D13. CREAS	3
					D7. Serviços Sist Garantia de Dire		13	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	1
C11. Emissão / Revalidaçã	io de Declaraç	ão de Idos	o	45	D15. Outros* (especificar ao	lado)			
1. Visitas domiciliares re	alizadas			28	E2. № de Fami	lias com s	ituação re	gularizada no Sistema SICON	
	817	E4. Cadas BDC e Pro realizado	A Constitution	54	E5. Atualizaçõe cadastrais no C realizadas		632	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	66
E3. Cadastros novos no CadÚnico realizados		realizado			LT THE STATE OF TH			#*************************************	
	formações	realizado	•	Nome				Assinatura	Data

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Nov/2017

BLOCO 1 - Familias em Acompanhamento pelo PAIF A Volume de familias em acompanhamento pelo PAIF A Volume de familias em acompanhamento no PAIF A Volume de familias en acompanhamento no PAIF no mês de referência AD. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência AD. Novas familias inseridas no acompanhamento de PAIF durante o mês de referência AD. Novas familias inseridas no acompanhamento de PAIF durante o mês de referência AD. Novas familias desligadas por Desistência da familia no mês AD. Novas familias desligadas por Desistência da familia no mês AD. Novas familias desligadas por Desistência da familia no mês BD. Perfil de familias em acompanhamento no final do mês BD. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês BD. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês BD. Novas familias em situação de extrema pobreza BD. Novas familias em com rianças / adelescentes no PEIT BD. Novas familias com rianças / adelescentes no PEIT BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Adelescente BD. Perfil de familias em Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Referencia de Renda BD. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Agéo Jovem BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Agéo Jovem BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Agéo Jovem BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Agéo Jovem BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Agéo Jovem BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Agéo Jovem BD. Novas familias com individuos beneficiários do Programa Agéo Jovem BD. Novas familias com individuos deneráles participando explas famili	PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DE	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ IPIRANGA	0	AIS	CEN		Serviç	o de F Integr	Proteç ral à F	ão e <i>A</i> amília	tendi - PAI	A SOCI imento F		RAS
BLOCO 1 - Familias em Acompanhamento pelo PAIF A. Volume de familias em Acompanhamento no PAIF Total AD. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês aterterior 9 A1. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês aterterior 19 A1. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas familias inseridas no acompanhamento de PAIF durante o mês de referência A2. Novas familias desligadas por ter o Plena de Deservolvimento Familiar concluido no mês A3. Nº de Familias desligadas por Desistência do familia no mês A4. Nº de Familias desligadas por Desistência do familia no mês A5. Nº de Familias des programa de Pair de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês A5. Nº de Familias upe permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia, em descumprimento de condicionalidades B3. Nº de Familias com cinaps 24 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cinaps 24 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cinaps 24 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cinaps 24 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cinaps 24 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cinaps 24 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cinaps 24 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cinaps 25 dolescentes no PETI B5. Nº de Familias com cindividuos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B5. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B6. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa A		r		3	5	5	_	Т	_	T			9	7	
A. Volume de familias em acompanhamento no PAIF A0. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês anterior A2. Novas familias inseridas no acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas familias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência A3. Nº de familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Mudonça de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias en situação de extrema pobreza B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B2. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B3. Nº de Familias com individuos demais Programa Robescente B3. Nº de Familias com individuos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês B3. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B3. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B3. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B1. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B1. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC C Volume de atendimentos individualizados realizados, no mês C. Volume de atendimentos individualizados realizados, no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados, no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastra no Cadastro Único (atualizações realizados) C. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastra no Cadastro único (atualizações realizados) C. Nº de Familias encaminhadas para o CREAS BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para Jovens de 15 a 17 a	III DYNIIO				,		-		_						L .
A. Volume de familias em acompanhamento no PAIF A0. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês anterior A2. Novas familias inseridas no acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas familias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência A3. Nº de familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Mudonça de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias en situação de extrema pobreza B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B2. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B3. Nº de Familias com individuos demais Programa Robescente B3. Nº de Familias com individuos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês B3. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B3. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B3. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B1. Nº de Familias do Programa Renda-Ninima B1. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC C Volume de atendimentos individualizados realizados, no mês C. Volume de atendimentos individualizados realizados, no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados, no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastra no Cadastro Único (atualizações realizados) C. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastra no Cadastro único (atualizações realizados) C. Nº de Familias encaminhadas para o CREAS BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para Jovens de 15 a 17 a			PLOCO 1 Families om	A				olo D	AIE						
Al. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência Al. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência Al. Nova familias inseridas no acompanhamento de PAIF durante o mês de referência Al. Nova familias inseridas no acompanhamento de PAIF durante o mês de referência Al. Nº de Familias desligadas por ter o Piano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês Al. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereça no mês Al. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês Al. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês Al. Nº de Familias em situação de extrema pobreza Bl. Nº de Familias em situação de extrema pobreza Bl. Nº de Familias em situação de extrema pobreza Bl. Nº de Familias beneficiárias do Programa Botos-Familia Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC Bl. Nº de Familias com adolescentes no PTI Bl. Nº de Familias com adolescentes no Projovem Adolescente Bl. Perfil de familias com entrapara de transferência de Renda Bl. Nº de Familias do Programa Renda-Cidada Bl. Nº de Familias do Programa Renda-Cidada Bl. Nº de Familias do Programa Benda-Cidada Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem Bl. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para a esesso ao BPC C. Nº de Familias encaminhadas para a esesso ao BPC C. Nº de Familias encaminhadas para a desesso ao BPC C. Nº de Familias encaminhadas para a deseso ao BPC C. Nº de Familias encaminhadas							-		AIF					-	2-1
A1. Total de familias em acompanhamento pelo PAIF no mês de referência A2. Novas familias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência A2. Novas familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A3. Nº de Familias desligadas por Mudonço de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Mudonço de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência do familia no mês A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias en situação de extrema pobreza B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Boba-Familia en descumprimento de condicionalidades B3. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com indivíduos de mais Programa Boba-Familia B6. Nº de Familias com indivíduos de mais Programa de transferência de Renda B7. Nº de Familias com indivíduos de mais Programas de Transferência de Renda B8. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B8. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B1. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B14. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B15. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B16. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B17. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B18. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B19. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B10. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B11. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B12. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Familias com indivíduos penalos realizados, no més B14. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no Cadastro único (cadastros realizados no CRAS C	AO Tatal da	f:(i		-	name	nto n	O PAI	F						-	30.
A2. Novas familias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência A3. Nº de Familias desligadas por tre o Plano de Deservolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereça no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência da familia no mês A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfit de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Perfit de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês B1. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolso-Familia B3. Nº de Familias com rindividuos beneficiários do BPC B3. Nº de Familias com cindividuos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com cindividuos beneficiários do BPC B7. Nº de Familias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadā B8. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadā B1. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadā B1. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B8. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B1. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B1. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B1. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B1. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B1. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B1. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B1. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B1. Nº de Familias encaminhadas para a inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para a inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para a inclusão cadastra no Cadastro Único (cadastros realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para a crietas BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência	THE PERSON NAMED IN	72 - Carl	A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	127 125.5	ia										
A3. Nº de Familias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento Familiar concluido no mês A4. Nº de Familias desligadas por Mudonça de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Desistência do familia no mês A6. Nº de Familias desligadas por Budonça de endereço no mês A6. Nº de Familias desligadas por Desistência do familia no mês B1. Nº de Familias em situação de extrema pobreza B1. Nº de Familias em situação de extrema pobreza B1. Nº de Familias beneficiárias do Programa Boko-Familia B3. Nº de Familias beneficiárias do Programa Boko-Familia, em descumprimento de condicionalidades B3. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI B7. Nº de Familias com adolescentes no Perojovem Adolescente B8. Nº de Familias do Programa Renda-Milina B9. Nº de Familias do Programa Renda-Milina B9. Nº de Familias do Programa Renda-Milina B11. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B12. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem B13. Nº de Familias com individuos beneficiários do PPC B13. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B14. Nº de Familias com individuos beneficiários do PPC B15. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC B16. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC C9. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C2. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Familias encaminhadas para atualização com describados no CRAS B10CO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS B10CO 3 - Atendimentos de Vinculos para Jovens de 15 a 17 anos B10. Nº de P		1000		- 22	18	oforôn	cia								
A4. Nº de Familias desligadas por Mudança de endereço no mês A5. Nº de Familias desligadas por Destrência da familia no mês A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês Tota B1. Nº de Familias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolsa-Familia B3. Nº de Familias beneficiárias do Programa Bolsa-Familia B4. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B5. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC B6. Nº de Familias com corianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias com corianças / adolescentes no PETI B6. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B2. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Familias do Programa Renda-Minima B9. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadã B10. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem B11. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PRC B12. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PRC B13. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PRC B14. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PRC B15. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PRC B16. Nº de Familias com indivíduos descentes no PETI B17. Nº de Familias com indivíduos descentes no PETI B18. Nº de Familias com indivíduos descentes no PETI B19. Nº de Familias com indivíduos descentes no PETI B19. Nº de Familias com indivíduos descentes no PETI B10. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no Cadastro Unico (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Familias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos Quantid. D1. Nº de Familias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Nº de Familias encaminhadas para de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de							2,00	âc							
AS. Nº de Familias desligadas por <i>Desistência da familia no mês</i> A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês B1. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês Tota B1. Nº de Familias sem situação de extrema pobreza B2. Nº de Familias beneficiárias do <i>Programa Bolso-Familia</i> , em descumprimento de condicionalidades B3. Nº de Familias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> B5. Nº de Familias com cinaças / adolescentes no <i>PETI</i> B6. Nº de Familias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> B7. Nº de Familias com projovem Adolescente B7. Nº de Familias do <i>Programa Renda-Minima</i> 11. Nº de Familias do <i>Programa Renda-Cidadā</i> B10. Nº de Familias com individuos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> B11. Nº de Familias com individuos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> B11. Nº de Familias com individuos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> B12. Nº de Familias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> B14. Nº de Familias com individuos beneficiários do <i>PPC</i> B13. Nº de Familias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> B14. Nº de Familias com rianjas / adolescentes no <i>PETI</i> B15. Nº de Familias com individuos beneficiários do <i>PPC</i> B16. Nº de Familias integrantes de <i>Outros Grupos</i> BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastra ino Cadastro Único (cadastros realizados) C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Familias encaminhadas para acualização con contro único (cadastros realizados) C1. Nº de Familias encaminhadas para acualização con contro único (cadastros realizados) C1. Nº de Familias encaminhadas para acualização con contro único (cadastros realizados) C1. Nº de Familias encaminhadas para contro contro contro contro contro contro contro de Vinculos C2. Nº de Familias encaminhados para desposa con defe C5. C. Nº de Familias encaminhados para desposa cont				rummu	n con	Ciaiuo	110 111	163							
A6. Nº de Familias que permanecem em acompanhamento no final do mês 81. Perfil de familias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês 10. Nº de Familias em situação de extrema pobreza 82. Nº de Familias beneficiárias do Programa Boba-Familia 83. Nº de Familias beneficiárias do Programa Boba-Familia, em descumprimento de condicionalidades 84. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC 85. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do PPC 86. Nº de Familias com adolescentes no PETT 87. Nº de Familias com adolescentes no Perjovem Adolescente 87. Nº de Familias do Programa Renda-Minima 88. Nº de Familias do Programa Renda-Minima 10. Nº de Familias do Programa Renda-Minima 11. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadā 131. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC 132. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC 131. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC 131. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC 131. Nº de Familias com indivíduos beneficiários do BPC 131. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI 1314. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI 1315. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no Cadastro indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Nº de Familias encaminhadas para a laulização cadastra lo Cadastro Único (adastros realizados) 6. Nº de Familias encaminhadas para a laulização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) 6. Nº de Familias encaminhados para acesso ao BPC 7. Nº de Familias encaminhados para acesso ao BPC 8. Nº de Familias encaminhados para acesso ao BPC 8. Nº de Familias encaminhados para o CREAS 8. BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS 8. D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos 10. Nº de Pessoas que participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9. Nº de Pessoas com deficiência participando	Transcription of the Control of the		Particle and approximate the second s												
B1. Nº de Famílias on situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias em situação de extrema pobreza B2. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família B3. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família B4. Nº de Famílias com Individuos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com Individuos beneficiários do BPC B5. Nº de Famílias com Individuos beneficiários do BPC B6. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente B7. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B1. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima B1. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadã B10. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família 7 a B11. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família 7 a B12. Nº de Famílias com individuos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com individuos beneficiários do BPC B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B15. Nº de Famílias encaminhadas para inclusião no Cadastro único (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Nº de Famílias encaminhadas para accusão no Cadastro Único (cadastros realizados) B10. Nº de Famílias encaminhadas para accusão de Cadastro Único (cadastros realizados) B10. Nº de Famílias encaminhadas para accusão de Cadastro único (cadastros realizados no CRAS B10. Nº de Famílias encaminhadas para accusão de Cadastro único (cadastros realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 DA Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas	100 A 110 A 20 A 20 A 20 A	- section - Control - Cont	VIII 1 - 24 - 43 W - 1 98	al do m	âs										q.
81. № de Famílias em situação de extrema pobreza 82. № de Famílias beneficiárias do <i>Programa Boba-Familia</i> 83. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 85. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 86. № de Famílias com adolescentes no <i>PETT</i> 86. № de Famílias com adolescentes no <i>PETT</i> 86. № de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> 87. № de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> 87. № de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 88. № de Famílias do <i>Programa Renda-Cidadā</i> 810. № de Famílias do <i>Programa Renda-Cidadā</i> 811. № de Famílias do <i>Programa Renda-Cidadā</i> 812. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> 812. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 813. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 814. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 815. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 816. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 817. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 818. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 819. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 810. № de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 810. № de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro únicio (cadastros realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. № de Famílias encaminhadas para ancesso ao <i>BPC</i> 81. № de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> 82. № de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> 81. № de Famílias encaminhadas para occasso ao <i>BPC</i> 82. № de Famílias encaminhadas para occasso ao <i>BPC</i> 81. № de Famílias encaminhadas para occasso ao <i>BPC</i> 82. № de Famílias encaminhadas para occasso ao <i>BPC</i> 84. № de Individuos encaminhadas para occasso ao <i>BPC</i> 85. № de Famílias encaminhadas para occasso ao <i>BPC</i> 86. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado 87.	no. IV- ue Fa		NAME OF TAXABLE PARTY.		-	nto n	ο ΡΔΙ	F no	mês					To	tal
82. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família 83. Nº de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família , em descumprimento de condicionalidades 84. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 85. Nº de Famílias com rainças / adolescentes no PETI 86. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 87. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 82. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês 88. Nº de Famílias do Programa Renda-Mínima 1 89. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadā 810. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família 7 811. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 811. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 2 813. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 8 814. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 8 815. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos 8 816. CO 2 - Atendimentos indivídualizados realizados no CRAS 2 817. Total de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS 2 818. CO. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) 3 819. CO 3 - Atendimentos indivídualizados realizados no CRAS 2 810. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) 3 810. Nº de Famílias encaminhadas para a desso ao BPC 92 810. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS 3 810. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 810. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras ativídades coletivas de caráter não-continuado 9 811. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras ativídades coletivas de caráter não-continuado 9 812. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF 9	R1 Nº de Fa			mpan	name	neo m	O FAI	, 110	iles					- 10	cai
83. № de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 84. № de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 85. № de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 86. № de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 87. № de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 88. № de Famílias do Programa Renda-Minima 81. № de Famílias do Programa Renda-Minima 81. № de Famílias do Programa Renda-Minima 81. № de Famílias do Programa Renda-Cidadā 810. № de Famílias do Programa Bolsa Família 7. 811. № de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 81. № de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 2 2 813. № de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 814. № de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 814. № de Famílias integrantes de Outros Grupos 8LOCO 2 - Atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) 3. № de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) 4. № de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) 8. SO Nº de Famílias encaminhadas para acualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizados) 8. SO Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS 8. BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos P. Nº de Pessoas que participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	ALBORIA DECURSOR TA		beard transcript of personal resi												
84. № de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 85. № de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 86. № de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 87. № de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 88. № de Famílias de Maria d	1180 ASS 1240 1540 1540			loscum	nrime	nto de	conc	liciona	lidade	ne .					
85. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 86. Nº de Famílias com adolescentes no Projovem Adolescente 87. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda 82. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês 88. Nº de Famílias do Programa Renda-Minima 19. Nº de Famílias do Programa Renda-Cidadā 810. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 811. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 812. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 133. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 814. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos 8LOCO 2 - Atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos indivídualizados realizados no CRAS C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizaçãos realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para a atualização cadastral no Cadastro Único (atualizaçãos realizadas) C5. Nº de Famílias encaminhadas para a CREAS 8LOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF		San Market State Communication of the Communication	A CONTROL SANCTON CONTROL CONTROL DAVI	escuiii	Printe	nto at	COIIC	icione	muauc						
B6. Nº de Famílias com adolescentes no <i>Projovem Adolescente</i> B7. Nº de Famílias beneficiárias dos demais Programas de Transferência de Renda B2. Perfil de famílias em acompanhamento no PAIF, no mês B8. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 1 1 B9. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 11. Nº de Famílias do <i>Programa Renda-Minima</i> 12. Nº de Famílias do <i>Programa Bolsa Familia</i> 7 2 131. Nº de Famílias do <i>Programa Bolsa Familia</i> 7 3 132. Nº de Famílias com individuos beneficiários do <i>BPC</i> 2 1 133. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> 134. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastra no <i>Cadastro Único</i> (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Cadastro Único</i> (atualizaçães realizadas) C4. Nº de Individuos encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C5. Nº de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i> 9 04. Nº de Jovens em <i>Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos</i> 9 04. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado 07. Nº de Pessoas com deficiência participando dos <i>Serviços de Convivência</i> ou dos grupos do <i>PAIF</i>	1782 STORE W. C.	9965	4 10.0 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5												
BZ. Perfil de familias em acompanhamento no PAIF, no mês BB. Nº de Familias do Programa Renda-Minima BJ. Nº de Familias do Programa Renda-Minima BJ. Nº de Familias do Programa Renda-Cidadā BJ. Nº de Familias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem BJ. Nº de Familias com individuos beneficiários do BPC BJ. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI BJ. Nº de Familias com crianças / adolescentes no PETI BJ. Nº de Familias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS CJ. Nº de Familias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) CJ. Nº de Familias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) CJ. Nº de Individuos encaminhados para acesso ao BPC CJ. Nº de Familias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos DI. Nº de Familias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 DA. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado DT. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF															
B2. Perfil de famililas em acompanhamento no PAIF, no mês B8. № de Famílias do Programa Renda-Minima 11. № de Famílias do Programa Renda-Cidadā 12. № de Famílias com individuos beneficiários do Programa Ação Jovem 12. № de Famílias com individuos beneficiários do BPC 12. № de Famílias com individuos beneficiários do BPC 13. № de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 14. № de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 15. № de Famílias integrantes de Outros Grupos 16. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS 17. Total de atendimentos individualizados realizados no CRAS 18. № de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Unico (cadastros realizados) 18. № de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) 18. № de Famílias encaminhados para acesso ao BPC 18. № de Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC 19. № de Indivíduos encaminhadas para o CREAS 19. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 19. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 19. № de Famílias participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado 10. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado 10. № de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF 19. № de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	MANAGES - MICHIGORIA AND			rência	de Re	nda									
88. № de Famílias do Programa Renda-Mínima 19. № de Famílias do Programa Renda-Cidadā 810. № de Famílias com indivíduos beneficiários do Programa Ação Jovem 811. № de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 2 1813. № de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 814. № de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 815. № de Famílias com crianças / adolescentes no PETI 816. № de Famílias integrantes de Outros Grupos 817. № de Famílias integrantes de Outros Grupos 818. № de Famílias integrantes de Outros Grupos 819. № de Famílias encaminhadas para inclusão no Reas C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C. № de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. № de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. № de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. № de Famílias encaminhadas para o CREAS 810. № de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Cuantido D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 90. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. № de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	br. N- de le			22 2 3 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1			F. no	mês							
89. № de Famílias do <i>Programa Renda-Cidadă</i> B10. № de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> B11. № de Famílias do <i>Programa Bolso Família</i> 7 B12. № de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> 2 B13. № de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> B14. № de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados no CRAS C2. № de Famílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único (cadastros realizados)</i> C3. № de Famílias encaminhadas para acesso ao <i>BPC</i> C5. № de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Quantid D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i> 9 94. № de Jovens em <i>Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para Jovens de 15 a 17 anos</i> D6. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. № de Pessoas com deficiência participando dos <i>Serviços de Convivência</i> ou dos grupos do <i>PAIF</i> Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	B8. № de F						,,,,,	incs							1
B10. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Ação Jovem</i> B11. Nº de Famílias do <i>Programa Bolsa Família</i> 7 B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do <i>BPC</i> 2 B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no <i>PETI</i> B14. Nº de Famílias integrantes de <i>Outros Grupos</i> BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS Quantid C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único</i> (<i>cadastros realizados</i>) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atensização cadastra <i>Outro (cadastro único (atualização realizados)</i> C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao <i>BPC</i> C5. Nº de Famílias encaminhadas para o <i>CREAS</i> BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Quantid D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do <i>PAIF</i> 9 D4. Nº de Jovens em <i>Serviças de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para Jovens de 15 a 17 anos</i> D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos <i>Serviços de Convivência</i> ou dos grupos do <i>PAIF</i> Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	man one section														
B11. Nº de Famílias do Programa Bolsa Família 7 B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC 2 B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS Quantid C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês 2.887 C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de individuos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência o u dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF				io Jove	m										
B12. Nº de Famílias com indivíduos beneficiários do BPC B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI B14. Nº de Famílias integrantes de Outros Grupos BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS Quantid C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 94. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos 106. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado 107. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência o u dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF THE		or the second of		VP-07									- 8	7
BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS Quantid C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês 2.887 C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Quantid: D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência o u dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	ASSOCIATION AND AND AND AND AND AND AND AND AND AN	n Wen en diseasan	SC CONTRACTOR OF PROPERTY												2 D
BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS Quantid C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês 2.887 C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhadas para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Quantid: D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência o u dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	B13. № de F	amílias com crianças	/ adolescentes no PETI												
BLOCO 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS Quantid C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Quantid D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 A. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	THE THE PERSON NAMED IN														
C. Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Quantida D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 94. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF															
C1. Total de atendimentos individualizados realizados, no mês C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Quantida D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF			BLOCO 2 - Atendimentos inc	dividu	aliza	dos re	ealiza	ados	no CR	AS					
C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único (cadastros realizados) C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF		C. V	olume de atendimentos indivi	dualiza	dos r	ealiza	dos n	o CRA	S					Quan	tidade
C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único (atualizações realizadas) C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	C1. Total de	atendimentos individ	lualizados realizados, no mês											2.8	387
C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao BPC C5. Nº de Famílias encaminhadas para o CREAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	C2. № de Fa	mílias encaminhadas	para inclusão no Cadastro Único	(cadas	tros r	ealizad	los)							8	17
BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	C3. Nº de Fa	mílias encaminhadas	para atualização cadastral no Co	dastro	Único	(atua	lizaçõ	es rea	lizada	s)				8	32
BLOCO 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF 9 D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	C4. Nº de in	divíduos encaminhad	os para acesso ao BPC												2
D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	C5. № de Fa	mílias encaminhadas	para o CREAS												3
D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos D1. Nº de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. Nº de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. Nº de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. Nº de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF			DIOCO 3 At III	1000 Marie		I DECEMBER OF THE PARTY OF THE									
D1. № de Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF D4. № de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. № de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF									Total Control						200
D4. № de Jovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para Jovens de 15 a 17 anos D6. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. № de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF		100				cimen	to de	Vinc	ulos						
D6. № de Pessoas que participaram de palestras, oficinas/outras atividades coletivas de caráter não-continuado D7. № de Pessoas com deficiência participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	Service Vice Addition				(98/9)		•							3	9
D7. № de Pessoas com deficiência participando dos <i>Serviços de Convivência</i> ou dos grupos do <i>PAIF</i> Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	ANTENNA DE LA CONTRACTION DEL CONTRACTION DE LA										No. 2 William			-	
Responsável pelas informações Nome legível Assinatura CPF	The Control of the Control of the Control				SIGNATURE STATE		n Challenge		otoa pov	ontinu	ado				
	D7. № de Pe	essoas com deficiênci	a participando dos Serviços de Co	nvivên	cia ou	dos g	rupo	s do P	AIF						
Coordenador do CRAS ANA MARIA CAPITANI 897185348-4	Responsáve	l pelas informações	Nome legi	vel					A	ssinatı	ıra			CPF	
	Coorde	nador do CRAS	ANA MARIA CAR	ITANI									897	18534	8-49

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Dez/2017

CONTROLE MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃO Encaminhamentos PRIMANGA Nº Total de Servidores Administrativos 3 Número de Estagiários: 3 A. Atendimento Social Atendidas B. Demandas Apresentadas B. Demandas Apresentadas B. Demandas Apresentadas B. Demandas Apresentadas B. Acesso a cacastro Programs Socials C. Caderico, Programs Socials C. Acesso atendimento Direto Designation of Mis (RS) B. Acesso atendimento Direto Designation of Mis (RS) B. Acesso atendimento Direto Designation of Mis (RS) B. Demandas Apresentadas B. Demandas Aprese	Coorde	nador do	CRAS			ANA MARIA	CAPITANI				12-jan-1
PRIMANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Mendimento S. Nº Servidores Administrativos no Mendimento S. Nº Servidores Administrativos no Mendimento S. Nº Servidores Administrativos S. Nº Memoro de Estaglários: 3 S. Nº Memoro de Estaglários: 4 S. Nº Memoro	esponsáve	l pelas inf	formações			Nome I	egível			Assinatura	Data
RAS. PRIANCIA N° Total de Técnicos o Atendimento Social AL Forma de Ac Acesso Atendimento Social AL Forma de Acesso Atendidas B. Boemandas Apresentadas L. Acesso ao Geastro Programas Socials (D.C. Cadónico, Programas Socials) (D.C. Cadónico, Programas So			744	BDC e Pro	Social	21	cadastrais no (566		33
RAS. PHIANGA Nº Total de Técnicos 6 6 AÑ Servidores Administrativos 1 3 Nº Servidores Administrativos 1 3 Nº Morero de Estaglários 1 3 A. Atendimento Social A. Forma de Acesso Acesso Acesso Acendinas Públicas Valor Disponível no Mês (RS) B. Demandas Apresentadas 1. Acesso ao Cadastro Valor Disponível no Mês (RS) B. Demandas Apresentadas 1. Acesso ao Cadastro Valor Disponível no Mês (RS) B. Demandas Apresentadas 1. Acesso ao Cadastro Programas Socials (D.C. Gadinico, Socials Cadadorico, Social Cadadorico, So	. Visitas dom	iciliares rea	llizadas			20	E2. № de Fami	lias com s	ituação re	gularizada no Sistema SICON	84
RAS. PPRANGA Nº Total de Técnicos 6 5 5 5 5 5 5 5 5 5	1. Emissão /	Revalidação	o de Declaraç	ão de Idoso)	41	4.0	lado)	8	DREN 2; DEF. PUBLICA (6)
RAS. PBRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SSS PBRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 ARS PROVINCIA DE	Weight with the		#2:W				Garantia de Dire		505	de Proteção Especial	
PIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento AES/ANO: dezembro-17 Nº Total de Servidores Administrativos 3 Número de Estagiários: 4 Número de Obsensión de Número de Programas Socials Número de Programas Soc	specificar no	campo aba	ixo os outros	benefício	s concedidos:		Direitos		O.S.		5
PRANCA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento 3 Nº Total de Servidores Administrativos 3 Número de Estagiários: 3	V. 194.V			(especif. a	baixo)			ie	1	de Proteção Básica	4924
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Número de Estagiários: 3	W. Later and the same		2	Intermun.	/interestadual			ро	- 33	Brook and the second	Seed a -
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Número de Estagiários: 3		15	0	Trabalho	13.511.053.0573.0		Progr. Qualif. F	Profiss.)	lei a		19
RES/ANO: dezembro-17 Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Memoro de Estagiários: 3 Número de Proteção / Defesa à Mulher de Protegão / Defesa à Mulher de B10. Proteg		740 ANTHER 17		(Outros M	lun.)		Part Color (1968)	CAT/	3	Auxilio / Aposent. / Pensão	120000
RES/ANO: PIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 PIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estaglários: 3 Núm			59							especiais)	1
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Memor de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 4 AL Forma de Acesso AL Aciantamento Direto Destagia de Pessoa de Carianinhado por outras Políticas Públicas Valor Disponível no Mês (R\$) Valor Gasto no Mês (R\$) Número de Estagiários: 4 Número de Programas Sociais DOC, Cadúnico, rosocial: 4 Número de Programas Sociais Mulher Defesa à Mulher Defesa à Mulher Defesa à Mulher Defesa à Criança/Acolescente Defesa à	Contract Contract				100	59	AND THE RESERVE TO TH	camini	61		
RES/ANO: PIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS PIRANGA Nº Tótal de Técnicos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiá	*Especific	ação				and Hall					
CRAS: IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 AÉS/ANO: dezembro-17 Nº Total de Servidores Administrativos no Atendimento: 3 AÉS/ANO: dezembro-17 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estaglários: 3 A. Atendimento Social A1. Forma de Acesso A2. Adiantamento Direto Busca Ativa Espontâneo Ativa Espontâneo Ativa Espontâneo Busca Ativa Públicas B. Demandas Apresentadas 1. Acesso ao Cadastro Perogramas Sociais DC, Cadúnico, Posociai) 2. Atualização Perogramas Sociais DC, Cadúnico, Posociais B15. Proteção/Defesa à Pessoa com Deficiência Pessoa om Deficiência Pessoa om Deficiência Pessoa de B10. Passagem Intermunicipal Acesso a Beneficio Perestação do Intermunicipal Intermunicipal Interestadual Pinterestadual B17. Proteção/Defesa à Capacitação Professoa Defesso Acessoa Beneficio Perestação Defesa Acessoa Beneficio Perestação Defesa Acessoa Beneficio Perestação Defesa Acessoa Beneficio Perestação Defesa Acessoa Beneficio Defesa Defesa Acessoa Beneficio Defesa Def			1929.	Defesa ac	Idoso	100	serviços de Pro Social Especial	teção	///R): 20/	(especificar na linha abaixo)	515
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Total de Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Sexual S. Número de Programas Socials Acesso a Orrabalho Direto de Número de Programas Socials Acesso a Deficiência Número de Número de Programas Socials Acesso a Beneficio de Número de Programas Socials de Número de Prog		paro na	1	/Renovaçã	Control of the Contro	5	Acolhida à Pop em Situação de	ulação Rua		B27. Acesso à Saúde	2
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Número de Estagiários: 3 A. Atendimento Social A1. Forma de Acesso Atendidas A1. Forma de Acesso Espontâneo Ativa A1. Forma de Acesso Encaminhado pela Rede Socioassistencial Busca Ativa Espontâneo Ativa B. Demandas Apresentadas 1. Acesso ao Cadastro Perogramas Socials SIDC, Cadúnico, rosocial) 2. Atualização Idastral Prog. Socials 3. Regularização do eneficio de ansferência de renda 4. Acesso a Beneficio de Prestação Prestação Prestação Prestação Prestação Prestação Prestação Prestação Prestação Portinuada - BPC Nº Total de Técnicos: 6 Nº Técnicos no Atendimento: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários	egularização	CONTRACT OF THE PROPERTY OF TH	2	Instrumen	to de Trabalho		Socioassistenc da Proteção Bá	ial isica		B26. Acesso a Educação	
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Tótal de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Tótal de Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 A. Atendimento Social A. Atendimento Social A1. Forma de Acesso Atendidas Espontâneo Busca Ativa Encaminhado pela Rede Socioassistencial CALTURA SOCIAL SO	Prestação		12	B11. Alime	entação	46	Cça/Adol. Vitin Violência, Expl	na de oração		(aposentadoria / auxílios /	11
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3	nefício de Insferência d	e renda	16	Intermuni	cipal	4	à Criança/Adol em Trabalho Ir	escente fantil		Capacitação Profissional	
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 4 Nº Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 4 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 4 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 4 Nº Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 Número de Estagiários: 4 Número de Estagiários:	dastral Prog.	Sociais	706	40			Defesa à Mulh	er	1	B23. Acesso a Habitação	2
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: A. Atendimento Social A. Atendimento Social A1. Forma de Acesso Az. Adiantamento Direto Espontâneo Socioassistencial Encaminhado por outras Políticas Públicas Valor Disponível no Mês (R\$) 2.142 2.142 Valor Gasto no Mês (R\$)	Programas S DC, Cadúnico oSocial)	iociais	817	B8. Foto /	Fotocópia		Pessoa com De	ficiência	.44	B22. Acesso ao Trabalho	
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 A. Atendimento Social A1. Forma de Acesso A2. Adiantamento Direto Total de Pessoas Atendidas Busca Espontâneo Socioassistencial Socioassistencial Socioassistencial Públicas Encaminhado por outras Políticas Públicas Valor Disponível no Mês (R\$)					В. С	emand	as Apresen	tadas			
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 A. Atendimento Social A. Atendimento Social A1. Forma de Acesso A2. Adiantamento Direto Espontâneo Busca Encaminhado pela Rede Socioassistencial Socioassistencial Outras Políticas Valor Disponível no Mês (R\$)	2.142	2	2.142				Publica	15		Valor Gasto no Mês (R\$)	
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3 A. Atendimento Social			Espontâneo	100000000000000000000000000000000000000	Encaminhado p	ela Rede	outras Pol	íticas	V		
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento: 3 Nº Total de Servidores Administrativos: 3 Número de Estagiários: 3							limento So	cial		A2 Adjantamento Direto	
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 SAS IPIRANGA Nº Técnicos no Atendimento: 3 Nº Servidores Administrativos no Atendimento:											
CRAS: IPIRANGA Nº Total de Técnicos: 6 Nº Servidores Administrativos no Atendimento:	1000	c		7						Número de Estagiários:	3
CONTROLE MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃO ENCAMINHAMENTOS			CUSTANTAS AND AND		1,50,000	er i se e a la recons	12,700,000		Nº Servid	ores Administrativos no Atendimento:	
CENTRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO Atendimentos, Demandas e	O PAULO									Encaminhamentos	

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Dez/2017

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS:	CENTRO DE	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA E MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ IPIRANGA	0	AIS	CEN		Serviç		roteç al à F	ão e A amília	Atendi - PAII	A SOCI		RAS
	7/3	A SAN TO A S		-	-						T	La		
MÊS/ANO:		dezembro-17	3	5	5	0	3	0	0	1	7	9	7	
						4 1 1								
		BLOCO 1 - Famílias em	Acom	panh	name	nto p	elo P	AIF						
		A. Volume de famílias em aco	ompai	nhame	ento n	o PAI	F						To	tal
A0. Total de fa	amílias em acompai	nhamento pelo PAIF no mês ante	rior											9
A1. Total de f	amílias em acompa	nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês de r	eferên	cia									3	
A2. Novas fan	nílias inseridas no a	companhamento do PAIF durant	e o mé	ès de r	eferên	ıcia								
A3. № de Fan	nílias desligadas por	ter o Plano de Desenvolvimento	Famili	ar cor	ncluído	по т	ês							
A4. № de Fan	nílias desligadas por	Mudança de endereço no mês												
A5. № de Fan	nílias desligadas por	Desistência da família no mês											13	1
A6. № de Fan	nílias que permanec	em em acompanhamento no fin	al do n	nês									N. N.	i .
		rfil de famílias inseridas em aco	mpar	hame	ento n	o PAI	F, no i	mês					To	tal
B1. Nº de Fan	nílias em situação d	e extrema pobreza												
-15 JOS W. S	200 - 10 - WAS 188-00	do Programa Bolsa-Família	0.	201			1945-9							
B3. Nº de Fan	nílias beneficiárias (do <i>Programa Bolsa-Família ,</i> em c	lescun	nprime	ento de	e cond	liciona	lidade	s					
B4. Nº de Fan	nílias com indivíduo	os beneficiários do BPC												
B5. Nº de Fan	nílias com crianças ,	/ adolescentes no PETI												
B6. Nº de Fan	nílias com adolesce	ntes no <i>Projovem Adolescente</i>			107									
B7. Nº de Fan	nílias beneficiárias (dos demais Programas de Transfe	rência	de Re	enda									
	THE RESERVE TO STATE OF THE PARTY OF THE PAR	2. Perfil de famílias em acompa	ınham	ento	no PA	IF, no	mês							
	mílias do Programa												- 1	1
orania di bilanda di baran da	mílias do <i>Programa</i>	TOTAL ALCOHOLOGIC STATE OF STA												
		os beneficiários do <i>Programa Aç</i> ó	io Jove	em .										
CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE	mílias do <i>Programa</i>												-	6
-2 000 100000 N N641	261	os beneficiários do BPC											- 1	2
TOTAL POST		/ adolescentes no PETI												_
B14. Nº de Fa	mílias integrantes d	e Outros Grupos												_
		BLOCO 2 - Atendimentos in	dividu	ıaliza	dos r	ealiz:	ados	no CR	Δς					
		/olume de atendimentos indivi										_	Quan	tida
C1. Total de a	NEW N	dualizados realizados, no mês	uua IIZ	uuos I	Canza	a03 I	JENA						Contract Contract	LIUA L42
		para inclusão no Cadastro Único	(cada	etrae r	enliza	dos)							2	
ere simone carino	calculation and the control of the c	para atualização cadastral no Co					es ren	lizada	5)					100
	50 V	os para acesso ao BPC		Jinet	- jacuu	zuşu	IEU		-/					9
	nílias encaminhadas													
ii uc iali	circuiiiiiiadas	para d ditario												
		BLOCO 3 - Atendimento	s cole	tivos	reali	zado	s no C	RAS						
	D. Vo	lume dos Serviços de Convivên	cia e F	ortale	cimer	nto de	Vince	ulos					Quan	tidad
D1. № de Fan	nílias participando r	egularmente de grupos no âmbit	o do P	AIF									- 1	3
D4. № de Jov	ens em <i>Serviços de</i> i	Convivência e Fortalecimento de	Vincul	os par	a Jove	ns de .	15 a 1	7 anos						
D6. № de Pes	soas que participara	am de palestras, oficinas/outras	ativida	des co	letiva	s de c	aráter	não-co	ontinu	ado			2	9
		a participando dos Serviços de Co	92. 10	200	- 0.0		10	-						_
		The second secon												=
Responsável	pelas informações	Nome legi	vel					Δ.	sinati	ILS			CPF	
							-	743	amati	ard			Monte	
Coorden	ador do CRAS	ANA MARIA CAR	TANI									897	18534	5-49

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Jan/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DI	MONIT	RVATÓRIO DE DRAMENTO E DE DADOS DE	AVALIAÇ	ÃO	CENT		FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCI tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	AL - CRAS
CRAS:	IPIRANGA		Nº To	al de Téci	nicos:	5	NO Conside	ores Administrativos no Atendimento:	
SAS	IPIRANGA	l l	Nº Técnico	s no Aten	dimento:	4	N= Servido	ores Administrativos no Atendimento:	
MÊS/ANO:	fevereiro-18)	Nº Total de Ser	vidores Ad	iministrativos:	1		Número de Estagiários:	3
	_		A1. Forma d		dimento So	cial		A2. Adiantamento Direto	
Total de Pessoas Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado Socioassist	oela Rede	Encaminha outras Pol Pública	íticas	V	alor Disponível no Mês (R\$)	
2.850	2.850							Valor Gasto no Mês (R\$)	
			B. I	Demano	las Apresen	tadas			
B1. Acesso ao Cadastro de Programas Sociais (BDC, Cadúnico, ProSocial)	677	88. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção/ Pessoa com De	/Defesa à		B22. Acesso ao Trabalho	2
B2. Atualização cadastral Prog. Sociais	1.495	B9. Trans	porte Urbano		B16. Proteção Defesa à Mulh			B23. Acesso a Habitação	2
B3. Regularização do benefício de transferência de renda	24	B10. Pass Intermuni / Interest	cipal		B17. Proteção à Criança/Adol em Trabalho Ir	lescente		B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	1
B4. Acesso a Beneficio de Prestação Continuada - BPC	7	B11. Alim		75	B18. Proteção/ Cça/Adol. Vítin Violência, Expl ou Abuso Sexu	/Defesa à na de oração	1	B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	8
B5. Obtenção /Regularização de Documentação Civil	7	B12. Aqui Instrumer	sição de nto de Trabalho		B19. Acesso à Socioassistenc da Proteção Bá	ial	1	B26. Acesso a Educação	3
B6. Pequeno reparo na moradia		B13. Solic /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira	1	B20. Acesso à l Acolhida à Pop em Situação de	Rede de Julação		B27. Acesso à Saúde	7
B7. Pagamento de Conta	s	B14. Prote Defesa ad		1	B21. Acesso a serviços de Pro Social Especial		1	B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	537
*Especificação			colhimento adi					esacompanhado(1); passe livre pe	ssoa com
C. Benefícios Ev	entuais Co	ncedid	os no mês	49	D. En	camini	nament	os realizados no mês	102
C1. Alimentação	49	The state of the state of	eparo / moradia		D1. Educação		4	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais)	1
C2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros N	(T. 1747)		D2. Saúde		15	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	4
C3. Transporte Urbano		C8. Instru Trabalho			D3. Trabalho (Progr. Qualif. F	100	12	D10. Previdência Social / BPC	13
C4. Pagamento Contas		Mary Control of the C	/interestadual		D4. Poupatem	ро	6	D11. Outro CRAS	
C5. Foto/Fotocópia		C10. Outr			D5. Habitação		8	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	28
*Especificar no campo al	baixo os outro	s benefício	s concedidos:		D6. Conselho o Direitos	<i>,</i> ~		D13. CREAS	
					D7. Serviços Sis Garantia de Dire		7	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	3
C11. Emissão / Revalidaç	ão de Declaraç	ão de Idos	0	48	D15. Outros* (especificar ao	lado)	1	DEFENSORIA Publica(1)	
E1. Visitas domiciliares n	ealizadas			21	E2. Nº de Fami	ilias com s	ituação re _l	gularizada no Sistema SICON	
E3. Cadastros novos no CadÚnico realizados	654	E4. Cadas BDC e Pro realizados		13	E5. Atualizaçõe cadastrais no O realizadas		1.136	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	80
Responsável pelas i	nformações			Nome	legível			Assinatura	Data
Coordenador d	o CRAS			ANA MARIA	CAPITANI				07-mar-18
RAS_Atendim_2012	and the second s				00 - 3000 M (1000)			I.	

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Jan/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DI	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA E MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ	0	CEN		Serviço I	de P	roteç al à F	ão e / amília	Atend I - PA	iment	IAL - CI	RAS
CRAS:		IPIRANGA				da U		_	ADSU	_	1	_	_
MÊS/ANO:		fevereiro-18	3 5	5	0	3	0	0	1	7	9	7	
		BLOCO 1 - Famílias em	Acompan	hamei	nto p	elo P	AIF						
		A. Volume de famílias em ac	ompanham	ento n	o PAI	F						To	tal
A0. Total de	famílias em acompa	nhamento pelo PAIF no mês ante	erior										6
A1. Total de	famílias em acompa	nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês de r	eferência										6
A2. Novas fa	mílias inseridas no a	companhamento do PAIF durant	e o mês de i	eferên	cia								
A3. № de Fa	mílias desligadas por	ter o Plano de Desenvolvimento	Familiar co	ncluido	no m	ês							5
A4. № de Fa	mílias desligadas por	Mudança de endereço no mês										_	
A5. № de Fa	mílias desligadas por	Desistência da família no mês											
A6. № de Fa	mílias que permaneo	em em acompanhamento no fin	al do mês			71. 5.7							1
Con Charles OV 100	900 to 70	rfil de famílias inseridas em aco	ompanham	ento n	o PAI	F, no n	nês					To	otal
	amílias em situação d												
AZUS VIII DREED E		do Programa Bolsa-Família											
	ACTION CONTRACTOR AND	do Programa Bolsa-Família , em c	descumprim	ento de	conc	liciona	idade	5					
	A1- (1- (1- (1- (1- (1- (1- (1- (1- (1- (os beneficiários do BPC										-	
PS801 2572 01 55		/ adolescentes no PETI										-	
Professional Associations	approved the season of the state of the season	ntes no Projovem Adolescente										1	
B7. Nº de Fa	The same of the sa	dos demais Programas de Transfe		200000000000000000000000000000000000000									
DO NO 4- E	1 517650	2. Perfil de famílias em acompa	nhamento	no PAI	F, no	mës							
TARREST TOTAL TOTAL TOTAL TOTAL	amílias do <i>Programa</i>	COLUMN TOWN MADE TO THE TABLE T										1	
Market Barrier	amílias do <i>Programa</i> amílias som indivídu	os beneficiários do <i>Programa Aç</i>	ão lovem									+	
SOURCE VARIABLE TAX	amílias do <i>Programa</i>	- 150 H 150 H 150 H	JO JOVEIN										4
		os beneficiários do BPC										+	2
INGA SECTION OF THE PROPERTY O		/ adolescentes no PETI										+ '	_
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	amílias integrantes d											-	
D14. 14- de 1	annias integrantes t	ie outros Grapos										-	
		BLOCO 2 - Atendimentos in	dividualiza	dos re	ealiza	idos r	o CR	AS					
	C. \	/olume de atendimentos indivi	dualizados	realiza	dos n	o CRA	5					Quan	tidade
C1. Total de	atendimentos individ	dualizados realizados, no mês										2.8	850
C2. № de Fa	mílias encaminhadas	para inclusão no Cadastro Único	(cadastros	realizad	dos)							6	54
C3. № de Fa	mílias encaminhadas	para atualização cadastral no Co	dastro Únic	o (atua	lizaçõ	es real	izadas)				3.5	1.46
C4. № de inc	divíduos encaminhad	los para acesso ao BPC										i i	13
C5. № de Fa	mílias encaminhadas	para o CREAS											
		BLOCO 3 - Atendimento				Acres de	and the same of						
		lume dos Serviços de Convivên	100	cimen	to de	Vincu	los						tidade
		egularmente de grupos no âmbit	547-10/F120/F12044										6
Annual of the superior of the		Convivência e Fortalecimento de			VICE 2004 (VIII)		armonia de la	Page and the second	C128441			-	
00000-000000000000000		am de palestras, oficinas/outras				- 185 - Cov. 18	50000	ntinu	ado			-	
D7. № de Pe	essoas com deficiênci	a participando dos Serviços de Co	onvivencia o	u dos g	rupos	do PA	IF					ļ	
1											177		
						_							
Responsáve	l pelas informações	Nome legi	vel				As	sinatu	ıra			CPF	

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Fev/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL			DRAMENTO E A	The state of the s	2007		At	tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	
CRAS:	IPIRANGA			al de Técr		5	Nº Servido	ores Administrativos no Atendimento:	
SAS	IPIRANGA		Nº Técnico	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH		4			727
MÊS/ANO:	fevereiro-18		Nº Total de Ser	vidores Ad	ministrativos:	1		Número de Estagiários:	3

			A1. Forma d		limento So	cial		A2. Adiantamento Direto	
Total de Pessoas			Control of the Contro		Encaminha	do por	7	Az. Adiantamento Direto	
Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado p Socioassiste		outras Pol Pública	íticas	V	alor Disponível no Mês (R\$)	·
2.850	2.850						X	Valor Gasto no Mês (R\$)	
			В. Г	Demand	as Apresen	tadas			
11. Acesso ao Cadastro de Programas Sociais BDC, Cadúnico, ProSocial)	677	B8. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção/ Pessoa com De	Defesa à		B22. Acesso ao Trabalho	2
32. Atualização adastral Prog. Sociais	1.495	89. Transp	oorte Urbano		B16. Proteção Defesa à Mulh	No.		B23. Acesso a Habitação	2
33. Regularização do senefício de ransferência de renda	24	B10. Passa Intermuni / Interesta	cipal		B17. Proteção à Criança/Adol em Trabalho Ir	escente		B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	1
34. Acesso a Benefício de Prestação Continuada - BPC	7	B11. Alime		75	B18. Proteção/ Cça/Adol. Vítin Violência, Expl ou Abuso Sexu	Defesa à na de oração	1	B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	8
85. Obtenção Regularização de Documentação Civil	7	B12. Aquit	sição de to de Trabalho		B19. Acesso à l Socioassistenc da Proteção Ba	Rede ial	1	B26. Acesso a Educação	3
36. Pequeno reparo na noradia		B13. Solic /Renovaçã do Idoso	tação ão de Carteira	1	B20. Acesso à l Acolhida à Pop em Situação de	ulação		B27. Acesso à Saúde	7
37. Pagamento de Contas		B14. Prote Defesa ac	20 K - 1 K	1	B21. Acesso a o serviços de Pro Social Especial	C010000000	1	B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	537
*Especificação	Charles of the control of the contro		colhimento adu io e Defesa cria					esacompanhado(1); passe livre pe	ssoa com
C. Benefícios Ev		- Versione		49		-		os realizados no mês	102
1. Alimentação	49	C6. Peq. R	eparo / moradia		D1. Educação		4	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais)	1
2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros M			D2. Saúde		15	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	4
3. Transporte Urbano		C8. Instrui Trabalho	mento de		D3. Trabalho (6 Progr. Qualif. F	Addition to the second	12	D10. Previdência Social / BPC	13
4. Pagamento Contas		C9. Passag Intermun.	;. /interestadual		D4. Poupatem	ро	6	D11. Outro CRAS	
C5. Foto/Fotocópia		C10. Outro (especif. a	os*		D5. Habitação		8	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	28
Especificar no campo ab	aixo os outro	s benefício	s concedidos:		D6. Conselho o Direitos	ie		D13. CREAS	
					D7. Serviços Sis Garantia de Dire		7	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	3
11. Emissão / Revalidaçã	io de Declaraç	ão de Idos)	48	D15. Outros* (especificar ao	lado)	1	DEFENSORIA Publica(1)	
1. Visitas domiciliares re	alizadas			21	E2. Nº de Famí	lias com s	ituação rep	gularizada no Sistema SICON	
3. Cadastros novos no adÚnico realizados	654	E4. Cadasi BDC e Pro realizados		13	E5. Atualizaçõe cadastrais no C realizadas	5520000	1.136	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	80
Responsável pelas ir	formações			Nome	egivel			Assinatura	Data
				ANA MARIA					

897185348-49

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Fev/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DE	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ	0	CEI			Proteç gral à F	ão e A amília	tendi - PAII	ment		RAS
CRAS:		IPIRANGA		_		º da Unida	_	T		1		
MËS/ANO:		fevereiro-18	3 5	5	0	3 0	0	1	7	9	7	
		BLOCO 1 - Famílias em	Acompan	hame	nto p	elo PAIF						
		A. Volume de famílias em ac	ompanham	ento n	o PAI	F					To	otal
A0. Total de	famílias em acompar	nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês ante	erior									6
A1. Total de	famílias em acompar	nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês de r	eferência								1	6
A2. Novas fa	amílias inseridas no a	companhamento do PAIF durant	e o mês de	referêr	icia							
A3. № de Fa	amílias desligadas por	ter o Plano de Desenvolvimento	Familiar co	ncluído	no m	iês						5
A4. № de Fa	amílias desligadas por	Mudança de endereço no mês										
A5. № de Fa	amílias desligadas por	Desistência da família no mês	45555 500									
A6. № de Fa	amílias que permanec	em em acompanhamento no fin	al do mês									1
	B1. Pe	rfil de familias inseridas em acc	ompanham	ento n	o PAI	F, no mês					To	otal
THE RESERVE OF THE PROPERTY OF	amílias em situação d											
2700 SURGESTAN - CH		do Programa Bolsa-Família		2000 CASTA CAR	3+04045h	Special Control (Period Special)	Cert					
1	- WO	do Programa Bolsa-Família , em o	descumprim	ento d	e cond	dicionalidad	es				_	
	7,000	s beneficiários do BPC										
Estate Total Control		/ adolescentes no PETI										
PRODUCTION OF THE PROPERTY OF		ntes no Projovem Adolescente		100000000								
B7. Nº de F		dos demais Programas de Transfe			ir							
B8. № de I	Famílias do <i>Programa</i>	Perfil de famílias em acompa Renda-Mínima	innamento	no PA	ir, no	mes						
Charles Construction	Famílias do <i>Programa</i>											
Barrier Britains	en san e l'écono	os beneficiários do Programa Açi	in lovem									
	Famílias do <i>Programa</i>										0	4
		os beneficiários do <i>BPC</i>										2
B13. № de l	Famílias com crianças	/ adolescentes no PETI										
11.141.101 11.141.111.111.1111.1111.1111	Famílias integrantes d	SELECTION OF THE PROPERTY OF T										
			19109-0108-11-0		7.1-0							
		BLOCO 2 - Atendimentos in	dividualiza	idos r	ealiz	ados no C	RAS					
	C. V	olume de atendimentos indivi	dualizados	realiza	dos n	o CRAS					Quan	tidade
C1. Total de	atendimentos individ	lualizados realizados, no mês									2.	850
C2. № de Fa	amílias encaminhadas	para inclusão no Cadastro Único	(cadastros	realiza	dos)						6	54
C3. № de Fa	amílias encaminhadas	para atualização cadastral no Co	dastro Únic	o (atua	ılizaçê	ies realizado	75)				1.	136
C4. Nº de in	divíduos encaminhad	os para acesso ao BPC									- 6	3
C5. № de Fa	amílias encaminhadas	para o CREAS										
		BLOCO 3 - Atendimento	s coletivo	reali	oher	c no CDAS						
	D. 1/-1										0	tidade
D1 Nº de F	\$900 Hardens 1019	ume dos Serviços de Convivên egularmente de grupos no âmbit	W. Mariana	cinel	ito de	VIIICUIOS						6
		egularmente de grupos no ambit Convivência e Fortalecimento de	098 195	a love	ns de	15 a 17 ano	c					-
		am de palestras, oficinas/outras		000000000000000000000000000000000000000				ado				
THE CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	Control of the Contro	a participando dos <i>Serviços de Co</i>		0927			Jimili	auo				
J. 11- UE 1	coods com dencient	a paracipanao aos serviços de co		2 203	, apo	a av i mii					Ų.	
- Section 1990	1-1-1-6							765			-	
Kesponsáve	el pelas informações	Nome legi	vei			I	Assinati	ıra			CPF	

ANA MARIA CAPITANI

Coordenador do CRAS

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Mar/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO	CENTRO DI	MONITO	RVATÓRIO DE PRAMENTO E A DE DADOS DE	AVALIAÇÂ	ÃO	CENT		FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCI tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	AL - CRAS
CRAS:	IPIRANGA	MENSAL		al de Téci		5			
SAS	IPIRANGA		Nº Técnico	The sales of the sales		4	Nº Servido	ores Administrativos no Atendimento:	
MÊS/ANO:	março-18	j	Nº Total de Ser	vidores Ad	lministrativos:	1		Número de Estagiários:	3
	T			AA COMMONSTAN	dimento So	cial			
Total de Pessoas	-		A1. Forma d	e Acesso	Encaminha	do nor		A2. Adiantamento Direto	
Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado p Socioassist		outras Pol Pública	líticas	v	alor Disponível no Mês (R\$)	
3.204	3.204							Valor Gasto no Mês (R\$)	
			В. Г	Demand	las Apreser	ntadas			
B1. Acesso ao Cadastro de Programas Sociais (BDC, Cadúnico, ProSocial)	759	B8. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção, Pessoa com De			B22. Acesso ao Trabalho	5
B2. Atualização cadastral Prog. Sociais	1.546	CONCENTRATION.	orte Urbano		B16. Proteção Defesa à Mulh	er		B23. Acesso a Habitação	1
B3. Regularização do benefício de transferência de renda	22	B10. Passa Intermunio / Interesta	ipal	3	B17. Proteção à Criança/Ado em Trabalho li	lescente		B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	2
B4. Acesso a Benefício de Prestação Continuada - BPC	14	B11. Alime		80	B18. Proteção, Cça/Adol. Vitir Violência, Expl ou Abuso Sexu	/Defesa à na de loração		B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	5
B5. Obtenção /Regularização de Documentação Civil	7	B12. Aquis Instrumen	ição de to de Trabalho	1	B19. Acesso à Socioassistenc da Proteção Ba	Rede ial		B26. Acesso a Educação	1
B6. Pequeno reparo na moradia	1	B13. Solici /Renovaçã do Idoso	tação o de Carteira	10	B20. Acesso à Acolhida à Pop em Situação d	oulação		B27. Acesso à Saûde	12
B7. Pagamento de Contas		B14. Prote Defesa ao			B21. Acesso a serviços de Pro Social Especial	outros oteção	1	B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	734
*Especificação	and the second second		olhimento adu		sistiu (6);PRO	TEÇÃO O		DA PESSOA COM DEFICIENCIA(2));Proteção
C. Benefícios Eve				71				os realizados no mês	109
C1. Alimentação	71	10 min 10	eparo / moradia	- (+	D1. Educação	camini	9	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especials)	5
C2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros M	2000		D2. Saúde		21	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	6
C3. Transporte Urbano		C8. Instrur Trabalho			D3. Trabalho (Progr. Qualif. I		12	D10. Previdência Social / BPC	18
C4. Pagamento Contas		C9. Passag Intermun.,	/interestadual		D4. Poupatem		4	D11. Outro CRAS	
C5. Foto/Fotocópia		C10. Outro (especif. a	s*		D5. Habitação		8	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	16
*Especificar no campo ab	aixo os outro	s benefícios	concedidos:		D6. Conselho o	de		D13. CREAS	4
					D7. Serviços Sis Garantia de Dire		2	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	3
C11. Emissão / Revalidaçã	o de Declaraç	ão de Idoso	k .	58	D15. Outros* (especificar ac	lado)	1	Eletropaulo (1)	
1. Visitas domiciliares re	alizadas			32	E2. № de Fam	ílias com s	ituação rep	gularizada no Sistema SICON	
E3. Cadastros novos no CadÚnico realizados	733	E4. Cadast BDC e Pros realizados		53	ES. Atualizaçõe cadastrais no 0 realizadas		1.141	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	130
Responsável pelas in	formações			Nome	legivel			Assinatura	Data
Coordenador do				ANA MARIA					07-mar-18

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Mar/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	COORDENADORIA DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA: CENTRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ CONTROLE MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ	0	CE			ço de	Prote		Atend	iment	IAL - CI o	RAS
CRAS:	IPIRANGA			N	º da L	Inidad	le no	CADSI	JAS			
MÊS/ANO:	março-18	3 5	5	0	3	0	0	1	7	9	7	
		20										
	BLOCO 1 - Famílias em	Acompan	hame	nto p	elo F	AIF						
	A. Volume de famílias em aco	ompanham	ento r	o PAI	F						То	otal
A0. Total de	e famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês ante	rior										1
A1. Total de	famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês de re	eferência										i
A2. Novas f	amílias inseridas no acompanhamento do PAIF durant	e o mês de	referê	ncia								
A3. № de F	amílias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento	Familiar co	ncluíd	no m	nês							
A4. № de F	amílias desligadas por Mudança de endereço no mês											
A5. № de F	amílias desligadas por Desistência da família no mês											
A6. № de F	amílias que permanecem em acompanhamento no fin	al do mês										1
	B1. Perfil de famílias inseridas em acc	mpanham	ento r	o PAI	F, no	mês					To	otal
B1. Nº de F	amílias em situação de extrema pobreza											
B2. Nº de F	amílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i>											
B3. № de F	amílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família ,</i> em d	lescumprim	ento d	e con	dicion	alidad	es					
B4. Nº de F	amílias com indivíduos beneficiários do BPC											
B5. Nº de F	amílias com crianças / adolescentes no PETI											
B6. Nº de F	amílias com adolescentes no Projovem Adolescente										9	
B7. Nº de F	amílias beneficiárias dos demais Programas de Transfe	rência de R	enda									
	B2. Perfil de familias em acompa	nhamento	no PA	IF, no	mês							
B8. Nº de	Famílias do <i>Programa Renda-Mínima</i>											
B9. № de	Famílias do <i>Programa Renda-Cidadã</i>											
B10. Nº de	Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Açã</i>	io Jovem										
B11. Nº de	Famílias do <i>Programa Bolsa Família</i>											1
B12. Nº de	Famílias com indivíduos beneficiários do BPC											
B13. Nº de	Famílias com crianças / adolescentes no PETI											
B14. Nº de	Famílias integrantes de Outros Grupos											
	BLOCO 2 - Atendimentos inc	dividualiz	ndoc r	oaliz	ados	no Cl	DAC					
		No. of Control of Cont	N. Carlot		2000		NAS					aras as
C1. Total da	C. Volume de atendimentos individ	dualizados	realiza	idos i	IO CRA	43						tidade 204
VIEW CONTRACTOR	atendimentos individualizados realizados, no mês	(andmetrac	roelisa	daci							3.2	204
	amílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único</i> amílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Ca</i>		- 88	000	inc roo	lizado)					100
	divíduos encaminhados para acesso ao <i>BPC</i>	austro Onic	o _l atue	ınzuçu	ies rec	mzaac	isj					
34-32-11-2-1-2-1-2-1	amílias encaminhadas para o CREAS											
C3. 14- UE F	amilias ericamilinadas para o CREAS											
	BLOCO 3 - Atendimento	s coletivo	s reali	zado	s no (CRAS						
	D. Volume dos Serviços de Convivênc	cia e Fortal	ecime	nto de	e Vinc	ulos					Quan	tidade
D1. № de F	amílias participando regularmente de grupos no âmbit	Maria de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya de l										
COSSIII CONCASCIDENTICO	ovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de	ALIGNOOD CONTRACTOR OF	ra Jove	ns de	15 a 1	7 ano	s					
	essoas que participaram de palestras, oficinas/outras a	and the second	10 830 1		0.60	98	_0000	uado				
I I		S0 90 1040									+	
D7. № de P	essoas com deficiência participando dos <i>Serviços de Co</i>	nvivência (ou dos	grupo	s do P	AIF					Ť	

Responsável pelas informações	Nome legível	Assinatura	CPF
Coordenador do CRAS	ANA MARIA CAPITANI		897185348-49

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Abr/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DI	MONIT	RVATÓRIO DE DRAMENTO E A DE DADOS DE	AVALIAÇÂ	io o	CENT		FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOC tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	IAL - CRAS
CRAS:	IPIRANGA			al de Técr		5	Nº Servide	ores Administrativos no Atendimento:	
SAS	IPIRANGA		Nº Técnico			4			10000
MÊS/ANO:	abril-18		Nº Total de Ser	vidores Ad	lministrativos:	1		Número de Estagiários:	2
					limento So	cial			
Total de Pessoas			A1. Forma d	e Acesso				A2. Adiantamento Direto	r
Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado Socioassist		Encaminha outras Pol Públic	íticas	v	alor Disponível no Mês (R\$)	
2.813	2.813							Valor Gasto no Mês (R\$)	
			B. I	Demand	las Apreser	tadas			
81. Acesso ao Cadastro de Programas Sociais BDC, Cadúnico, ProSocial)	587	B8. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção, Pessoa com De	/Defesa à		B22. Acesso ao Trabalho	5
32. Atualização adastral Prog. Sociais	1.174	B9. Trans	porte Urbano	1	B16. Proteção Defesa à Mulh			B23. Acesso a Habitação	2
33. Regularização do penefício de	13	B10. Pass Intermun	cipal	6	B17. Proteção à Criança/Ado	/ Defesa lescente	2	B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	1
ransferência de renda 84. Acesso a Beneficio de Prestação Continuada - BPC	14	/ Interest. B11. Alim		88	em Trabalho II B18. Proteção, Cça/Adol. Vítir Violência, Expl ou Abuso Sexu	/Defesa à na de oração		B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	12
35. Obtenção Regularização de Documentação Civil	15	B12. Aqui Instrumer	sição de nto de Trabalho		B19. Acesso à Socioassistenc da Proteção Ba	Rede ial	5	B26. Acesso a Educação	1
86. Pequeno reparo na moradia		B13. Solid /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira	10	B20. Acesso à Acolhida à Pop em Situação d	ulação		B27. Acesso à Saúde	16
37. Pagamento de Contas		B14. Prote Defesa ad	STATE OF THE PARTY	1	B21. Acesso a serviços de Pro Social Especial	oteção	1	B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	859
*Especificação								nca/adolesc em trabalho infantil(
C. Benefícios Eve	ASSESSMENT OF THE PROPERTY OF			66				os realizados no mês	81
C1. Alimentação	66	C6. Peq. F	teparo / moradia		D1. Educação		1	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais)	6
2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros N			D2. Saúde		13	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	8
C3. Transporte Urbano		C8. Instru Trabalho C9. Passa			D3. Trabalho (Progr. Qualif. I	7.00	7	D10. Previdência Social / BPC	16
24. Pagamento Contas		Intermun	/interestadual		D4. Poupatem	ро	1	D11. Outro CRAS	6
CS. Foto/Fotocópia		C10. Outr			D5. Habitação		6	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	9
Especificar no campo ab	aixo os outro	beneficio	s concedidos:		D6. Conselho o Direitos	ie		D13. CREAS	3
					D7. Serviços Sis Garantia de Dire		1	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	2
11. Emissão / Revalidaçã	io de Declaraç	ão de Idos	0	58	D15. Outros* (especificar ac	lado)	2	farmacia popular e de alto custo (1)	; cartorio (1)
1. Visitas domiciliares re	alizadas			10	E2. № de Fam	ilias com s	ituação rej	gularizada no Sistema SICON	170
3. Cadastros novos no adÚnico realizados	585	E4. Cadas BDC e Pro realizados		98	E5. Atualizaçõi cadastrais no (realizadas		912	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	145
Responsável pelas in	formações			Nome	legivel			Assinatura	Data
				With the state of	material in the second			Maaillatura	200000
Coordenador do	CKAS			ANA MARIA	CAPITANI				10-mai-1

897185348-49

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Abr/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DE	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ	0	CEN			Proteç ral à Fa	ão e A amília	tendi - PAII	mento		RAS
CRAS:		IPIRANGA		_	N	º da Unidad	le no C	ADSU	AS	_		
MÊS/ANO:		abril-18	3 5	5	0	3 0	0	1	7	9	7	
		BLOCO 1 - Famílias em	Acompan	hamer	nto p	elo PAIF						
		A. Volume de famílias em ac	ompanham	ento n	o PAI	F					To	tal
AO. Total de	famílias em acompar	nhamento pelo PAIF no mês ante	erior									1
A1. Total de	famílias em acompar	nhamento pelo PAIF no mês de r	eferência									1
A2. Novas f	amílias inseridas no a	companhamento do PAIF durant	te o mês de	referên	cia							
A3. № de F	amílias desligadas por	ter o Plano de Desenvolvimento	Familiar co	ncluído	no m	ês						1
A4. № de F	amílias desligadas por	Mudança de endereço no mês										
A5. № de F	amílias desligadas por	Desistência da familia no mês										
A6. № de F	amílias que permanec	em em acompanhamento no fin	al do mês									
	B1. Pe	rfil de famílias inseridas em ac	ompanham	ento n	o PAI	F, no mês					To	otal
B1. Nº de l	amílias em situação d	e extrema pobreza										
B2. Nº de l	amílias beneficiárias o	do Programa Bolsa-Família										
B3. Nº de l	amílias beneficiárias o	do <i>Programa Bolsa-Família</i> , em (descumprim	ento de	cond	licionalidad	es					
B4. Nº de l	amílias com indivíduo	s beneficiários do BPC										
B5. Nº de l	amílias com crianças ,	adolescentes no PETI										
B6. Nº de l	amílias com adolescei	ntes no <i>Projovem Adolescente</i>										
B7. Nº de l	amílias beneficiárias o	dos demais Programas de Transf	erência de R	enda								
	B2	. Perfil de famílias em acompa	anhamento	no PAI	F, no	mês						
B8. Nº de	Famílias do <i>Programa</i>	Renda-Minima										
B9. Nº de	Famílias do <i>Programa</i>	Renda-Cidadã										
B10. Nº de	Famílias com indivídu	os beneficiários do <i>Programa Aç</i>	ão Jovem									
B11. Nº de	Famílias do <i>Programa</i>	Bolsa Família										1
B12. № de	Famílias com indivídu	os beneficiários do <i>BPC</i>										
B13. Nº de	Famílias com crianças	/ adolescentes no PETI										
B14. Nº de	Famílias integrantes d	e Outros Grupos										
	3	BLOCO 2 - Atendimentos in	alludal alle	alaa a		. d	DAC					
							(A)					22. 4
ca Tarabah		olume de atendimentos indivi	dualizados	realiza	aos n	o CRAS					20000	tidade
		lualizados realizados, no mês									2.8	813
		para inclusão no Cadastro Único					1				5	22.
TOTAL PROPERTY OF	Manager 1	para atualização cadastral no Co	idastro Unic	o (atua	IIzaço	es realizada	is)					200
	200	os para acesso ao BPC										.0
CS. Nº de F	amílias encaminhadas	para o CKEAS										
		BLOCO 3 - Atendimento	s coletivo	realiz	ados	no CRAS						
	D. Vol	ume dos Serviços de Convivên									Quan	tidade
D1. Nº de E	201 904	egularmente de grupos no âmbit	The second second	Control	LU UC	. Jinturos					1 0	1
	THE LANGUAGE CONTRACTOR OF THE STATE OF	Convivência e Fortalecimento de		a Jover	ıs de '	15 a 17 ano	5					Z.
DOLLAR SECTION SOCIAL SECTION		am de palestras, oficinas/outras	A SUBSTITUTE OF THE STREET					ado				
DESCRIPTION AND AND A		a participando dos Serviços de Co		es.		15. VENNOVER	Jiidiid					
L		Participaniao dos Serviços de Co		E	,							

Responsáv	el pelas informações	Nome legi	vel			A	ssinatu	ira			CPF	

ANA MARIA CAPITANI

Coordenador do CRAS

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Mai/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DE	MONIT	RVATÓRIO DE DRAMENTO E DE DADOS DE	AVALIAÇÃ	io	CENTR		FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCI tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	IAL - CRAS
CRAS:	IPIRANGA		Nº Tot	al de Técr	nicos:	5			
SAS	IPIRANGA		Nº Técnico	s no Aten	dimento:	4	Nº Servid	ores Administrativos no Atendimento:	
MÊS/ANO:	maio-18		Nº Total de Ser	vidores Ad	ministrativos:	1		Número de Estagiários:	3
			- 1	A. Atend	limento So	cial			
			A1. Forma d	e Acesso				A2. Adiantamento Direto	
Total de Pessoas Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado p Socioassist		Encaminha outras Po Públic	líticas	v	alor Disponível no Mês (R\$)	
2.807	2.807							Valor Gasto no Mês (R\$)	
			B 1	Domand	as Apreser	ntadas			
B1. Acesso ao Cadastro	ř –		D. I	Jemand	as Apresei	itauas			
de Programas Sociais (BDC, Cadúnico, ProSocial)	833	B8. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção Pessoa com D			B22. Acesso ao Trabalho	6
B2. Atualização cadastral Prog. Sociais	1.111	B9. Trans	porte Urbano	1	B16. Proteção Defesa à Mulh	ner		B23. Acesso a Habitação	3
B3. Regularização do benefício de transferência de renda	12	B10. Pass Intermuni / Interesta	cipal	2	B17. Proteção à Criança/Ado em Trabalho l	lescente		B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	
B4. Acesso a Beneficio de Prestação Continuada - BPC	11	B11. Alim	entação	139	B18. Proteção Cça/Adol. Vitir Violência, Exp ou Abuso Sext	ma de loração		B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	2
B5. Obtenção /Regularização de Documentação Civil	4	B12. Aqui Instrumer	sição de nto de Trabalho		B19. Acesso à Socioassistend da Proteção B	ial	9	B26. Acesso a Educação	1
B6. Pequeno reparo na moradia		B13. Solic /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira	28	B20. Acesso à Acolhida à Pop em Situação d	pulação		B27. Acesso à Saúde	7
B7. Pagamento de Contas		B14. Prote Defesa ac	Tall of the last o	1	B21. Acesso a serviços de Pro Social Especial	outros oteção		B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	637
*Especificação	consulta PT	R (632);D	esistiu (1);famil	ias em de	scumpriment	o de cond	licionalida	ade (3); passe livre deficiente (1)	
C. Benefícios Ev	entusis Co	needid.	ac na mâs	52	D.E.	.comint		as vaalizadas na mõs	124
C1. Alimentação	52		teparo / moradia	52	D1. Educação	ICamini	8	os realizados no mês D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais)	1
C2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros N	2000		D2. Saúde		9	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	14
C3. Transporte Urbano		C8. Instru Trabalho	mento de		D3. Trabalho (Progr. Qualif.	100	28	D10. Previdência Social / BPC	19
C4. Pagamento Contas		C9. Passa Intermun	g. /interestadual		D4. Poupatem	ро	2	D11. Outro CRAS	2
C5. Foto/Fotocópia		C10. Outr (especif. a	K*************************************		D5. Habitação		4	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	28
*Especificar no campo ab	aixo os outros	benefício	s concedidos:		D6. Conselho Direitos			D13. CREAS	
					D7. Serviços Sis Garantia de Din		5	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	3
C11. Emissão / Revalidaçã	io de Declaraç	ão de Idos	0		D15. Outros* (especificar ac	lado)	1	defensoria pública (1); ELETROP.	AULO (1)
E1. Visitas domiciliares re	alizadas			14	E2. № de Fam	ílias com s	ituação re	gularizada no Sistema SICON	
E3. Cadastros novos no CadÚnico realizados	854	E4. Cadas BDC e Pro realizados		82	E5. Atualizaçõ cadastrais no realizadas		969	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	133
Responsável pelas in	formações			Nome I	egível			Assinatura	Data
Coordenador do				ANA MARIA	and the second second				18-jun-18
Coordenador do	CINAS			ANA WAKIA	SAFIIANI			<u> </u>	10-7411-18

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Mai/2018

6	COORDENADORIA	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS	5 SOCIAIS	CENTRO	DE RE	FERÊNC	IA DE AS	SSIST	ÊNCIA	SOCI	AL - CR	(AS
PREFEITURA DE SÃO PAULO		MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ			Servi	ço de P	roteção	e At	endir	mento)	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTROLE	MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ	0			Integra	al à Fam	rília -	PAIF			
CRAS:		IPIRANGA		1	10 da I	Inidade	no CAI	DSLIZ	NC.			
					_	Т				_		9
MĒS/ANO:		maio-18	3 5	5 0	3	0	0	1	7	9	7	\Box
								_				
		BLOCO 1 - Famílias em	Acompanh	amento	pelo P	AIF						
		A. Volume de famílias em aco	mpanhame	nto no PA	MF_						Tot	tal
A0. Total de	famílias em acompar	nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês ante	rior									
A1. Total de	famílias em acompar	nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês de re	eferência								1	2
A2. Novas f	amílias inseridas no a	companhamento do PAIF durant	e o mês de re	ferência							17	2
A3. № de F	amílias desligadas por	ter o Plano de Desenvolvimento	Familiar con	cluído no i	mês							
A4. № de F	amílias desligadas por	Mudança de endereço no mês										
A5. № de F	amílias desligadas por	Desistência da família no mês										
A6. № de F	amílias que permanec	em em acompanhamento no fin	al do mês								1	2)
	B1. Pe	rfil de familias inseridas em acc	mpanhame	nto no PA	dF, no	mês					Tot	tal
B1. Nº de F	amílias em situação d	e extrema pobreza										
B2. Nº de F	amílias beneficiárias i	do Programa Bolsa-Familia										
2001 12220 27 12	1 ACC 10 400 DE 00 1	do <i>Programa Bolsa-Familia</i> , em d	lescumprime	nto de cor	diciona	alidade	5				12	2
		os beneficiários do <i>BPC</i>										
B5. Nº de F	amílias com crianças	/ adolescentes no PETI										\neg
21000 - 10000 - 100 - 100	and the second s	ntes no <i>Projovem Adolescente</i>										\neg
10.000 TO SHEET TO 10.00		dos demais Programas de Transfe	rência de Re	nda								\neg
		2. Perfil de famílias em acompa			o mês							
B8. Nº de l	Famílias do <i>Programa</i>	FIG. 12 (2000) 250										
B9. Nº de l	Famílias do <i>Programa</i>	Renda-Cidadã										\neg
B10. № de	Famílias com indivídu	os beneficiários do <i>Programa Açã</i>	io Jovem									
B11. Nº de i	Famílias do <i>Programa</i>	Bolsa Família	N. Sarris et al.								12	2
B12. № de	Famílias com indivídu	os beneficiários do <i>BPC</i>										
B13. № de	Famílias com crianças	/ adolescentes no PETI										\neg
B14. Nº de	Famílias integrantes d	e Outros Grupos										
												=
		BLOCO 2 - Atendimentos inc	dividualizac	los reali:	zados	no CRA	AS					
	77.6.11	olume de atendimentos individ	dualizados re	ealizados	no CRA	AS					Quanti	idade
C1. Total de	atendimentos individ	dualizados realizados, no mês									2.8	07
C2. № de Fa	amílias encaminhadas	para inclusão no Cadastro Único	(cadastros re	alizados)							85	<u>(1</u>
C3. № de Fa	mílias encaminhadas	para atualização cadastral no <i>Ca</i>	dastro Único	(atualizaç	ões red	ılizadas)				96	9
C4. № de in	divíduos encaminhad	os para acesso ao <i>BPC</i>									16	21
C5. № de Fa	amílias encaminhadas	para o CREAS										
		BLOCO 3 - Atendimento										
	D. Vol	lume dos Serviços de Convivênc	cia e Fortaleo	cimento o	e Vinc	ulos					Quanti	idade
5 N/54		egularmente de grupos no âmbit	SKWSCHIEST WYSK								12	2
D4. № de Jo	ovens em <i>Serviços de l</i>	Convivência e Fortalecimento de N	Vinculos para	Jovens de	15 a 1	7 anos						
		am de palestras, oficinas/outras a	90 70 150	- 57	100 1000		ntinuad	0				
D7. № de P	essoas com deficiênci	a participando dos Serviços de Co	nvivência ou	dos grup	os do P	AIF					G.	
								_				
Responsáve	el pelas informações	Nome legit	rel			Ass	sinatura				CPF	

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Jun/2018

moradia B7. Pagamento de 6 *Especificação C. Benefício C1. Alimentação C2. Aliment. p/ viag C3. Transporte Urba C4. Pagamento Cor C5. Foto/Fotocópia *Especificar no carr C11. Emissão / Reva E1. Visitas domicilia E3. Cadastros novos Cadúnico realizado Responsável pe	gem ano ntas alidação de l ares realizad s no	os outros Declaração das	ncedidd C6. Peq. R C7. 2º Via (Outros M C8. Instrui Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outr. (especif. a s beneficio	eparo / moradia Doc. lun.) mento de 3- /interestadual os* lbaixo) s concedidos:	39 17 25	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (C Progr. Qualif. P D4. Poupatem D5. Habitação D6. Conselho d Direitos D7. Serviços Sisi Garantia de Dire D15. Outros* (especificar ao	CAT/ Profiss.) po le tema de litos lado)	6 12 13 11 5 2 31	os realizados no mês D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica D13. CREAS D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial Eletropaulo (1); Defensoria (1);Ca	134 4 9 16 20 1 1 ctorio(1) 82 71
*Espedicação C. Benefício C. Benefício C. Alimentação C. Alimentação C. Alimentação C. Alimentação C. Alimentação C. Alimentação C. Foto/Fotocópia *Espedicar no cam C. Foto/Fotocópia *Espedicar no cam C. L. Emissão / Reva E. Visitas domicilia E. Cadastros novos	gem ano ntas alidação de la ares realizados no	os outros Declaração	C6. Peq. R C7. 2ª Via (Outros M C8. Instru Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outri (especif. a beneficio	eparo / moradia Doc. lun.) mento de 3- /interestadual os* lbaixo) s concedidos:	39	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (c Progr. Qualif. P D4. Poupatem D5. Habitação D6. Conselho o Direitos D7. Serviços Sist Garantia de Dire D15. Outros* (especificar ao	CAT/ Profiss.) po le tema de litos lado)	6 12 13 11 5 2 31 3	DB. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxilio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica D13. CREAS D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial Eletropaulo (1); Defensoria (1); Ca	4 9 16 20 1 1 setorio(1)
Especificação C. Benefício 1. Alimentação 2. Aliment. p/ viag 3. Transporte Urba 4. Pagamento Cor 5. Foto/Fotocópia Especificar no cam C11. Emissão / Reva	gem ano ntas alidação de l	os outros	ncedidd C6. Peq. R C7. 2º Via (Outros M C8. Instrui Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outr. (especif. a	eparo / moradia Doc. lun.) mento de 3. /interestadual os ibaixo) s concedidos:	39	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (c Progr. Qualif. P D4. Poupatem D5. Habitação D6. Conselho d Direitos Garantia de Dire D15. Outros* (especificar ao	po po le tema de litos lado)	6 12 13 11 5 2 31	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxilio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica D13. CREAS D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial Eletropaulo (1); Defensoria (1);Ca	4 9 16 20 1 1 rtorio(1)
*Espedicação *Espedicação C. Benefício C1. Alimentação C2. Aliment. p/ viag C3. Transporte Urb. C4. Pagamento Cor C5. Foto/Fotocópia *Espedicar no cam	gem ano ntas	os outros	ncedidd C6. Peq. R C7. 2º Via (Outros M C8. Instrui Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outr. (especif. a	eparo / moradia Doc. lun.) mento de 3. /interestadual os* ibaixo) s concedidos:		D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (c Progr. Qualif. P D4. Poupatem D5. Habitação D6. Conselho d Direitos D7. Serviços Sist Garantia de Dire D15. Outros*	CAT// profiss.) po ile tema de iitos	6 12 13 11 5 2	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxilio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica D13. CREAS D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	4 9 16 20 1
Espedicação C. Benefício Alimentação	gem ano ntas	os outros	ncedidd C6. Peq. R C7. 2º Via (Outros M C8. Instrui Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outr. (especif. a	eparo / moradia Doc. lun.) mento de 3. /interestadual os ibaixo) s concedidos:		D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (c Progr. Qualif. P D4. Poupatem D5. Habitação D6. Conselho d Direitos D7. Serviços Sist Garantia de Dire	CAT/ Profiss.) po	6 12 13 11 5 2	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxilio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica D13. CREAS D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	4 9 16 20 1
*Especificação *Especificação C. Benefício 1. Alimentação 2. Aliment. p/ viag 3. Transporte Urb. 4. Pagamento Cor 5. Foto/Fotocópia	gem ano intas	55	C6. Peq. R C7. 2ª Via (Outros M C8. Instru Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outro (especif. a	eparo / moradia Doc. lun.] mento de 3- /interestadual os* ibaixo)	55	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho ((Progr. Qualif. P D4. Poupatem D5. Habitação D6. Conselho d Direitos	CAT/ Profiss.) po	6 12 13 11 5	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxilio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica D13. CREAS	4 9 16 20
Especificação C. Benefício 1. Alimentação 2. Aliment. p/ viag 3. Transporte Urba 4. Pagamento Cor 5. Foto/Fotocópia	gem ano intas	55	C6. Peq. R C7. 2ª Via (Outros M C8. Instru Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outro (especif. a	eparo / moradia Doc. lun.] mento de 3- /interestadual os ibaixo)	55	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (C Progr. Qualif. P D4. Poupatemi D5. Habitação	CAT/ Profiss.)	6 12 13 11 5	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	4 9 16
Especificação C. Benefício Alimentação Aliment. p/ viag Transporte Urb. Pagamento Cor	gem ano intas	uais Co	C6. Peq. R C7. 2ª Via (Outros M C8. Instru Trabalho C9. Passag Intermun. C10. Outro	eparo / moradia Doc. lun.) mento de 3- /interestadual os	55	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (C Progr. Qualif. P D4. Poupatemp	CAT/ Profiss.)	6 12 13	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC D11. Outro CRAS	4 9 16
*Especificação C. Benefício Alimentação Aliment. p/viag Transporte Urba	os Eventu gem	uais Co	C6. Peg. R C7. 2ª Via (Outros M C8. Instru Trabalho C9. Passag	eparo / moradia Doc. lun.) mento de	55	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (O Progr. Qualif. P	CAT/ Profiss.)	6 12 13	DB. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão D10. Previdência Social / BPC	4 9
*Especificação C. Benefício 1. Alimentação 2. Aliment. p/ viag	os Eventu	uais Co	C6. Peq. R C7. 2ª Via (Outros M C8. Instru	eparo / moradia Doc. lun.)	55	D1. Educação D2. Saúde D3. Trabalho (0	CAT/	6 12	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	4 9
*Especificação *Especificação C. Benefício 1. Alimentação	s Eventu	uais Co	C6. Peq. R	eparo / moradia Doc.	55	D1. Educação	caminh	6	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais) D9. Previdência Social	4
*Especificação C. Benefício	Joca	uais Co	ncedid		55		caminh			
87. Pagamento de 0 *Especificação	Joca	***************************************			1772/502					5192-7
37. Pagamento de ()- obito as fami						esi
		sulta PTI	Defesa ac R (775);fa		umprimen	Social Especial		(78); pas	(especificar na linha abaixo) sse livre deficiente (1)denuncia (1)	
noradia	Contas		B14. Prote			B21. Acesso a d serviços de Pro	outros		B28. Outros*	858
Pequeno reparo	o na			ão de Carteira	2	Acolhida à Pop em Situação de	ulação		B27. Acesso à Saúde	9
Regularização de Documentação Civi			\$2000 BUILDINGS	to de Trabalho		Socioassistenci da Proteção Bá B20. Acesso à F	isica	8	B26. Acesso a Educação	3
5. Obtenção			B12. Aqui	sição de		B19. Acesso à F	Rede	a	D36 Acorea a Editora F	-
4. Acesso a Benefi e Prestação ontinuada - BPC		15	B11. Alime	entação	101	B18. Proteção/ Cça/Adol. Vitin Violência, Expl	na de oração		B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxilios / pensão)	16
enefício de ransferência de rei	Med.	10	Intermuni / Interesta	cipal	1	à Criança/Adol em Trabalho In	escente fantil	1	B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	4
adastral Prog. Soci 3. Regularização d	iais	1.039	B9. Transp B10. Passa	porte Urbano		Defesa à Mulhe B17. Proteção	er	1	B23. Acesso a Habitação	6
31. Acesso ao Cada: de Programas Socia BDC, Cadúnico, ProSocial) 32. Atualização	ais 1	1.196	*	Fotocópia		B15. Proteção/ Pessoa com De B16. Proteção	ficiência	1	B22. Acesso ao Trabalho	5
Access Co.	et so			В. [Demand	as Apresen	tadas			
3.276	3	3.276				-			Valor Gasto no Mês (R\$)	
Atendidas	THE COURSE	ontâneo	Busca Ativa	Encaminhado p Socioassiste		Encaminhad outras Poli Pública	íticas	v	alor Disponível no Mês (R\$)	
Total de Pesso				A1. Forma d	e Acesso				A2. Adiantamento Direto	
				,	A. Ateno	limento So	cial			
MÊS/ANO:	jun	nho-18		Nº Total de Ser	vidores Ad	ministrativos:	1		Número de Estagiários:	3
SAS	90000	RANGA		Nº Técnico		Name and Address of the Owner, when the Owner,	4		ores Administrativos no Atendimento:	187
CRAS:	IPIR	RANGA	-	Nº Tot	al de Técr	nicos:	5	NAMES OF STREET		
REFEITURA DE SAO PAULO SSISTÈNCIA SOCIAL				DRAMENTO E A		### E		A	tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Jun/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS:	CENTRO DE	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA: E MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ IPIRANGA	0	IAIS	CEI		Serviç	ERÊNC o de P Integr	roteç al à F	ão e <i>A</i> amília	tendi - PAII	imento		RAS
		4757 A-0.1104 (1.6.6.1.0.4.0.0.4.0.0.1.			F 7000	Te .	F			I	F			
MÊS/ANO:		junho-18	3	5	5	0	3	0	0	1	7	9	7	
				- 0										
		BLOCO 1 - Famílias em						AIF						
		A. Volume de famílias em aco	_	nham	ento r	o PAI	F						To	otal
		nhamento pelo PAIF no mês ante	20 937											
		nhamento pelo PAIF no mês de r											0.	2
		companhamento do PAIF durant	inorth of the	E-ASICY OF IN	ten niz tres								1	12
		r ter o Plano de Desenvolvimento	Famili	iar coi	rcluia	no m	iës						-	
WWW. Designation in the		Mudança de endereço no mês											-	
CO COCCADO		Desistência da família no mês	-1 -1											-
Ab. N≃ de ra		em em acompanhamento no fin erfil de famílias inseridas em acc		-		- DAI	- 1431	- 2 -					Te	and .
B1 Nº do E	amílias em situação d		mpai	manne	ento i	O PAI	F, NO	nes					10	otal
Library Commencer Commencer		do <i>Programa Bolsa-Família</i>											-	12
	5.70c Air 600 states	do <i>Programa Bolsa-Familia ,</i> em d	Jacoun	nrime	anto d	c cone	liciona	lidado						12
	1000 100 100 1000	os beneficiários do <i>BPC</i>	lescuii	ринк	ento u	e com	liciona	lluaue	5				-	.2
Still to cook		/ adolescentes no PETI												$\overline{}$
		ntes no Projovem Adolescente											-	$\overline{}$
100 Park 1		dos demais Programas de Transfe	rência	de Re	enda									
Dr. 11. 22.		2. Perfil de famílias em acompa				IF, no	mês							
B8. № de F	amílias do <i>Programa</i>	man control of the co												
5000 PROSESSES - 50	amílias do <i>Programa</i>	157 #1 Jeff D 1090												
		os beneficiários do <i>Programa Açã</i>	io Jove	em										
B11. № de F	amílias do <i>Programa</i>	Bolsa Família		(0.555)									1	12
B12. № de F	amílias com indivídu	os beneficiários do <i>BPC</i>												
B13. № de F	amílias com crianças	/ adolescentes no PETI												
B14. № de F	amílias integrantes d	le Outros Grupos												
		The state of the s		- 11		100		- cn						
		BLOCO 2 - Atendimentos inc	STATE OF THE PARTY				and the same of th		AS					2004 VA
	CASC SCHOOL	/olume de atendimentos individ	dualiza	ados i	ealiza	idos n	o CRA	S					100	tidade
		dualizados realizados, no mês		4	14								2000	276
20 Attorney Teach Service	to 14 Min 4 Mil State post nine i strategi i massa esto m e	para inclusão no Cadastro Único	CANDON MOC	alcowed and	1110 4111 1111 110	Mental Control			•				1.7	IFE.
100 KI 100 KI 100 KI 100 KI		s para atualização cadastral no Ca	dastra	Unice	(atua	ilizaço	ies rea	lizaaas)				21	4
		los para acesso ao BPC												6
C5. N≅ de ra	mílias encaminhadas	para o CKEAS											k.	
		BLOCO 3 - Atendimento	s cole	tivos	reali	zado	s no C	RAS						
	D. Vo	lume dos Serviços de Convivênc	cia e F	ortale	cime	nto de	Vince	los					Quan	tidade
D1. № de Fa		egularmente de grupos no âmbit						distant.						12
populations - A towards		Convivência e Fortalecimento de l		YX.113.00	a Jove	ns de	15 a 1	7 anos						Street.
No. of the second	100 0 100 0 100 100 100 100 100 100 100	am de palestras, oficinas/outras a					000000000000000000000000000000000000000	L. CONTRACTOR IN	ntinu	ado				
ACCOUNT OF ACCOUNT OF	The state of the s	a participando dos Serviços de Co		5-75 (UB) - CO	CONTRACT OUT	(305/03/03/03	Library Chrys	U1925-22-4						
		A An				B1 10								_
Responsáve	el pelas informações	Nome legis	vel					As	sinatu	ıra			CPF	
		Vicinity in the	(C)					15700	anne.	416		007	2000	
Coorde	nador do CRAS	ANA MARIA CAF	'IIANI									897	18534	3-49

DEMES – Atendimentos, Demandas e Encaminhamentos – Jul/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DI	MONIT	RVATÓRIO DE DRAMENTO E DE DADOS DE	AVALIAÇÃ	io	CENTR		FERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCI tendimentos, Demandas e Encaminhamentos	AL - CRAS
CRAS:	IPIRANGA		Nº Tot	al de Técr	nicos:	5	NO Comild	ores Administrativos no Atendimento:	
SAS	IPIRANGA		Nº Técnico	s no Aten	dimento:	4	IV- Servio	ores Administrativos no Atendimento.	
MÊS/ANO:	julho-18		Nº Total de Ser	vidores Ad	ministrativos:	1		Número de Estagiários:	3
			-	A. Ateno	limento So	cial			
Company of the company	Ī		A1. Forma d					A2. Adiantamento Direto	
Total de Pessoas Atendidas	Espontâneo	Busca Ativa	Encaminhado p Socioassiste		Encaminha outras Pol Públic	líticas	V	alor Disponível no Mês (R\$)	
3.178	3.178							Valor Gasto no Mês (R\$)	
						41			
B1. Acesso ao Cadastro			В. І	emand	as Apreser	itadas			
de Programas Sociais (BDC, Cadúnico, ProSocial)	1.770	B8. Foto /	Fotocópia		B15. Proteção Pessoa com De		2	B22. Acesso ao Trabalho	3
B2. Atualização cadastral Prog. Sociais	1.087	B9. Trans	porte Urbano	1	B16. Proteção Defesa à Mulh	Alver		B23. Acesso a Habitação	1
B3. Regularização do benefício de transferência de renda	4	B10. Pass Intermun / Interest	cipal	1	B17. Proteção à Criança/Ado em Trabalho li	/ Defesa lescente	2	B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	
B4. Acesso a Beneficio de Prestação Continuada - BPC	13	B11. Alim		135	B18. Proteção Cça/Adol. Vítir Violência, Exp ou Abuso Sexu	/Defesa à na de loração		B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	3
85. Obtenção /Regularização de Documentação Civil	4	B12. Aqui Instrumer	sição de nto de Trabalho		B19. Acesso à Socioassistenc da Proteção B	Rede ial	5	B26. Acesso a Educação	1
B6. Pequeno reparo na moradia	4	B13. Solic /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira		B20. Acesso à Acolhida à Pop em Situação d	ulação		B27. Acesso à Saúde	5
B7. Pagamento de Contas	1	B14. Prote Defesa a	(T.)	1	B21. Acesso a serviços de Pro Social Especial	oteção	2	B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	133
*Especificação	consulta PT	R (133);							
C. Benefícios Eve	entuais Co	ncedid	ne no mês	63	D En	caminh	ament	os realizados no mês	127
C1. Alimentação	63		eparo / moradia	03	D1. Educação	Carriin	5	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especials)	9
C2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros N	Section 1		D2. Saúde		10	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	7
C3. Transporte Urbano		-	mento de		D3. Trabalho (Progr. Qualif. I	STATE OF THE STATE	11	D10. Previdência Social / BPC	32
C4. Pagamento Contas		C9. Passa	g. /interestadual		D4. Poupatem		5	D11. Outro CRAS	
CS. Foto/Fotocópia		C10. Outr	os*		D5. Habitação		2	D12. Recie Socioassistencial de Proteção Básica	18
*Especificar no campo ab	aixo os outro		- Constitu		D6. Conselho	de		D13. CREAS	1
					Direitos D7. Serviços Sis Garantia de Din		20	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	3
C11. Emissão / Revalidaçã	io de Declaraç	ão de Idos	o	40	D15. Outros* (especificar ac	144-144	4	Eletropaulo (3); Defensoria	(1)
E1. Visitas domiciliares re	alizadas			11	E2. № de Fam	ílias com s	ituação re	gularizada no Sistema SICON	
E3. Cadastros novos no CadÚnico realizados	559	E4. Cadas BDC e Pro realizado:		2.06672	E5. Atualizaçõ cadastrais no (realizadas	es	550	E6. Atualizações cadastrais no BDC e ProSocial realizadas	1
Responsável pelas in	formações			Nome I	egível			Assinatura	Data
Coordenador do				ANA MARIA				rissillatura	10-jul-18
Coordenador do	CIMO			ANA WAKIA	SAFIIANI				ro-Jul-19

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Jul/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CENTRO DE	DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA: E MONITORAMENTO E AVALIAÇÃ E MENSAL DE DADOS DE EXECUÇÃ	ÃO	IAIS	CEI		Servi	ço de I Integ	Proteç gral à F	ção e <i>A</i> Família	Atendi a - PAII	liment	CIAL - CI	RAS
CRAS:		IPIRANGA		T	Т_	_	_	т —	_	CADSU	T	1	T _	
MÊS/ANO:		julho-18	3	5	5	0	3	0	0	1	7	9	7	
				_	_				_		_			
		BLOCO 1 - Famílias em	Acon	npani	name	nto p	pelo P	AIF						
		A. Volume de famílias em aco	ompa	nham	ento r	no PA	AF						To	otal
THE RESIDENCE AND ASSESSMENT	18F 13VH	nhamento pelo PAIF no mês ante	145 - 150										1	12
25-24-34-34-34-34-34-34-34-34-34-34-34-34-34		nhamento pelo <i>PAIF</i> no mês de re	220000000000000000000000000000000000000	E S. H.Cm.									- 3	-2
		acompanhamento do PAIF durant	BASSONSKY AN	Annother the second	Market Artist	BUSHAN							1	10
		r ter o Plano de Desenvolvimento	Famili	iar co	ncluído	o no n	nês						1	\longrightarrow
		r Mudança de endereço no mês											+	
500 - 100 - 11 - 100 - 1		r Desistência da família no mês		2									1	
A6. Nº de ⊦a		cem em acompanhamento no fin		_		200		-					T	2
NO do I	- Widowinian	erfil de famílias inseridas em acc	ompai	nhame	ento n	IO PAI	F, no	mës					10	otal
AAC TO SEE SEE SEE	amílias em situação d	Control of the Contro											1 3	10
		do Programa Bolsa-Família do Programa Bolsa-Família, em d	Joseph	im		- con	-ticlon	- 0dade	5_				200	10 10
THE PERSON NO. 12	1 12319 10 725 0325	do <i>Programa Balsa-Família</i> , em d os beneficiários do <i>BPC</i>	Jescu.	принь	anto u	e con	diciona	illiaus	AS				+	.0
		/ adolescentes no PETI											+	-
posterio sino transmisso		entes no Projovem Adolescente											+	$\overline{}$
DATE OF THE PARTY	THE RESERVE OF THE PROPERTY OF	dos demais Programas de Transfe	-rênci	- de R	-nda								+-	
D// 11-4-	110	2. Perfil de famílias em acompa			MANAGEMENT OF THE PARTY OF THE	AIF, no	n mês							
B8. № de F	Famílias do <i>Programa</i>	or and the control of				A. J								
MANUTERNATURATE	Famílias do <i>Programa</i>	THE CONTRACT OF THE CONTRACT O												
19-5100 HARDON A 19	CO. STATE OF THE S	uos beneficiários do <i>Programa Açã</i>	ão Jov	em										
ESCHALLED MARKET	Famílias do <i>Programa</i>												1 1	22
B12. № de	Famílias com indivídu	uos beneficiários do BPC												
B13. № de l	Famílias com crianças	s / adolescentes no PETI												
B14. Nº de	Famílias integrantes d	ie Outros Grupos												
)	BLOCO 2 - Atendimentos inc	divid	ualiza	idos i	ealiz	ados	no CF	RAS					
	72 Carlo 23 Carlo 200	Volume de atendimentos individ	dualiz	ados	realiza	idos r	no CRA	AS					-	ntidade
		dualizados realizados, no mês			-								3.1	178
200000000000000000000000000000000000000		s para inclusão no Cadastro Único	0.350000000000	2	resource and a	S. D. Carlotte							5	59
0.2017011101111011011011011		s para atualização cadastral no Ca	adastro	o Único	o (atuc	alizaçõ	ões rec	ılizada	s)				5	50
		dos para acesso ao BPC											-	2
C5. № de Fa	amílias encaminhadas	s para o CREAS												1
		BLOCO 3 - Atendimento	s cole	etivos	reali	izado	s no	CRAS					-	
		olume dos Serviços de Convivênc	N 10 10	500100	cimer	nto de	e Vinc	ulos						ntidade
		regularmente de grupos no âmbit	C07550 03										2	22
		Convivência e Fortalecimento de l		1000	80000000			10.755 and	25				1	
	CONTRACTOR	ram de palestras, oficinas/outras a			A. J. C. S.		CH-DS-DD-T	O 10 2000 - 20 20 10 20	ontinu	ıado			+	
D7. № de P	essoas com deficience	ia participando dos Serviços de Co	onvivër	ncia o	u dos	grupo	s do P	AIF						
			_			_			_					
Responsáve	el pelas informações	Nome legis	vel					A	Assinati	ura			CPF	
Coorde	enador do CRAS	ANA MARIA CAP	PITANI									897	718534	8-49
		<u> </u>	$\overline{}$	$\overline{}$			_		$\overline{}$					

$DEMES-Atendimentos, Demandas \ e \ Encaminhamentos-Ago/2018$

PREFETURA DE CENTRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO								NTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS Atendimentos, Demandas e							
SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTROLE	MENSAL	DE DADOS DE	EXECUÇÃ	ÃO			Encaminhamentos							
CRAS:	IPIRANGA			al de Técr		5	Nº Servido	ores Administrativos no Atendimento:							
SAS MÊS/ANO:	IPIRANGA agosto-18		Nº Técnico Nº Total de Ser			1		3							
into / Ano.	.gosto 10		14- Focus de Sei	vidores Ac		-		Número de Estagiários:							
				A. Ateno	dimento So	cial									
			A1. Forma d					A2. Adiantamento Direto	T.						
Total de Pessoas Atendidas Espontâneo Busca Ativa			Encaminhado pela Rede Socioassistencial Encaminhado outras Políti Públicas			íticas	icas Valor Disponível no Mês (R\$)								
2.520	2.507	8	3	3 2											
	×		B. [Demand	las Apreser	ntadas									
B1. Acesso ao Cadastro de Programas Sociais (BDC, Cadúnico, ProSocial)	1.063	B8. Foto /	['] Fotocópia		B15. Proteção, Pessoa com De		1	B22. Acesso ao Trabalho	9						
B2. Atualização cadastral Prog. Sociais	1.096	B9. Trans	porte Urbano	8	B16. Proteção Defesa à Mulh		2	B23. Acesso a Habitação	11						
B3. Regularização do benefício de transferência de renda	98	B10. Pass Intermuni / Interest	icipal	6	B17. Proteção / Defesa à Criança/Adolescente em Trabalho Infantii			B24. Acesso a Cursos de Capacitação Profissional	5						
B4. Acesso a Beneficio de Prestação Continuada - BPC	29	811 . Alim	entação	113	B18. Proteção, Cça/Adol. Vítir Violência, Expl ou Abuso Sexu	na de loração	1	B25. Acesso à Previdência Social (aposentadoria / auxílios / pensão)	15						
85. Obtenção /Regularização de Documentação Civil	9	812. Aqui Instrumer	sição de nto de Trabalho		B19. Acesso à Socioassistenc da Proteção Ba	Rede ial	19	B26. Acesso a Educação	2						
86. Pequeno reparo na moradia		B13. Solic /Renovaç do Idoso	itação ão de Carteira		B20. Acesso à Acolhida à Pop em Situação d	ulação	2	13							
B7. Pagamento de Contas	4	B14. Prote Defesa ad	C3000000-	1	B21. Acesso a serviços de Pro Social Especial	oteção	2	B28. Outros* (especificar na linha abaixo)	243						
*Especificação	Consulta de	PTR (243);												
C. Benefícios Eve	entuais Co	ncedid	os no mês	53	D. En	camin	nament	os realizados no mês	168						
C1. Alimentação	53		Reparo / moradia		D1. Educação		1	D8. SPTrans (Atende, Bilhetes especiais)	9						
C2. Aliment. p/ viagem		C7. 2ª Via (Outros N			D2. Saúde		14	D9. Previdência Social Auxílio / Aposent. / Pensão	11						
C3. Transporte Urbano		C8. Instru Trabalho	mento de		D3. Trabalho (Progr. Qualif. P	THE STATE OF THE S	12	D10. Previdência Social / BPC	23						
C4. Pagamento Contas		C9. Passa	g. /interestadual		D4. Poupatem			D11. Outro CRAS	23						
C5. Foto/Fotocópia		C10. Outr (especif. a			D5. Habitação		9	D12. Rede Socioassistencial de Proteção Básica	23						
*Especificar no campo ab	aixo os outros	benefício	s concedidos:		D6. Conselho o	de		D13. CREAS	1						
					D7. Serviços Sis Garantia de Dire		34	D14. Rede Socioassistencial de Proteção Especial	1						
C11. Emissão / Revalidaçã	o de Declaraç	ão de Idos	0	37	D15. Outros* (especificar ao	lado)	5	Eletropaulo (2); Defensoria	(3)						
E1. Visitas domiciliares realizadas			5	E2. № de Fam	gularizada no Sistema SICON	97									
3. Cadastros novos no Cadúnico realizados	1.028	E4. Cadas BDC e Pro realizados		10	E5. Atualizaçõe cadastrais no (realizadas		1.050	21							
Responsável pelas in	formações			Nome	legivel			Assinatura	Data						
Coordenador do CRAS					CAPITANI				11-set-18						
AS Atendim 2012	Citro			and mount	M. LICHNI				12 300-20						

DEMES – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – Ago/2018

PREFEITURA DE SÃO PAULO ASSISTÊNCIA SOCIAL	D PAULO							CRAS							
CRAS:	IPIRANGA				N	lº da	Uni	idad	e no	CAI	osu	AS			
MÊS/ANO:	agosto-18	3	5	5	0	3	N.	0	0		1	7	9	7	9
					2.7				37/	.50			***		- 27
	BLOCO 1 - Famílias em	Acomp	nh	ame	nto	pelo	PA	IF							
A. Volume de famílias em acompanhamento no PAIF										Total					
A0. Total de	A0. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês anterior										22				
A1. Total de	e famílias em acompanhamento pelo <i>PAIF</i> no mês de r	eferência	ĺ												33.
A2. Novas f	amílias inseridas no acompanhamento do PAIF durant	e o mês o	le re	ferêr	ıcia										9
A3. № de F	amílias desligadas por ter o Plano de Desenvolvimento	Familiar	con	cluide	no r	nês									
A4. № de F	amílias desligadas por Mudança de endereço no mês														
A5. № de F	amílias desligadas por Desistência da família no mês														4
A6. № de F	amílias que permanecem em acompanhamento no fin	al do mê													27
	B1. Perfil de famílias inseridas em aco	mpanha	me	nto n	o PA	IF, no	m	ês							Total
B1. Nº de F	amílias em situação de extrema pobreza														
B2. № de F	amílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família														9
B3. Nº de F	amílias beneficiárias do <i>Programa Bolsa-Família</i> , em c	lescumpr	imei	nto d	e con	dicio	nali	dade	25						9
B4. Nº de F	amílias com indivíduos beneficiários do BPC														
B5. Nº de F	amílias com crianças / adolescentes no PETI														
B6. Nº de F	amílias com adolescentes no Projovem Adolescente														
B7. Nº de F	amílias beneficiárias dos demais Programas de Transfe	rência d	Rei	nda											
	B2. Perfil de famílias em acompa	nhamen	to n	o PA	IF, no	mê:	s								
Crance Service Pro-	Famílias do <i>Programa Renda-Mínima</i>													_	
Criscola Constitution via	Famílias do <i>Programa Renda-Cidadã</i>														
CONTRACTOR OF	Famílias com indivíduos beneficiários do <i>Programa Açã</i>	io Jovem													2480
	Famílias do <i>Programa Bolsa Familia</i>													\perp	31
	Famílias com indivíduos beneficiários do BPC														
B13. Nº de Famílias com crianças / adolescentes no PETI							_								
B14. Nº de	Famílias integrantes de Outros Grupos														
	BLOCO 2 - Atendimentos inc	dividual	izac	los r	ealiz	ado	s no	CR	AS						
	C. Volume de atendimentos indivi	*****												Ou	antidad
C1. Total de	e atendimentos individualizados realizados, no mês	addirec	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	unze	uos	10 01	ins							-	2.520
THE RESERVE OF		(cadastr	os re	aliza	dos)										1 028
C2. Nº de Famílias encaminhadas para inclusão no <i>Cadastro Único (cadastros realizados)</i>								1 0150							
C3. Nº de Famílias encaminhadas para atualização cadastral no <i>Cadastro Unico (atualizações realizadas)</i> C4. Nº de indivíduos encaminhados para acesso ao <i>BPC</i>								23							
C4. Nº de Individuos encaminhados para acesso ao BPC C5. № de Famílias encaminhadas para o CREAS								1							
	BLOCO 3 - Atendimento	s coletiv	os	reali	zado	s no	CR	AS							
	D. Volume dos Serviços de Convivên	cia e For	ale	ime	nto d	e Vin	cul	os						Qu	antidad
D1. Nº de F	amílias participando regularmente de grupos no âmbit	o do PAII													14
D4. № de Je	ovens em Serviços de Convivência e Fortalecimento de	Vinculos _I	ara	Jove	ns de	15 a	17	anos							
D6. № de P	essoas que participaram de palestras, oficinas/outras a	atividade	s col	etiva	s de i	caráto	er na	ão-c	ontin	uad	o				
D7. № de P	essoas com deficiência participando dos Serviços de Co	nvivênci	ou	dos	grupo	s do	PAI	F							
-															

Responsável pelas informações	Nome legivel	Assinatura	CPF
Coordenador do CRAS	ANA MARIA CAPITANI		897185348-49

Apêndice F - Relação dos Serviços Socioassistenciais - CRAS-IPIRANGA.

Servicos de Proteção Social Básica

CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANÓS E 11 MESES

Distrito do Cursino

Fel. 5058-8743 email: cccacursino.unas@qmail.com Aziz Nacib Ab Saber (cap. 120) Rua Calógero Calia, 570 - V. Sto Estefano

zaura Maria da Conceição (cap. 180) Rua Dom Macário, 246 - Saúde

email: ccaizaura.unas@gmail.com Tel. 5058-5973

Distrito do Ipiranga

Rua Barão de Loreto, 182 – Ipiranga - Tel. 2271-0071 email: gerenciadeservicosciic@gmail.com Educandário Sagrada Família (cap. 240)

Fel. 3806-3289 email: direcao.cca@ihdl.org.br Rua Lord Cockrane, 505 - Ipiranga Estação Adolescer (cap. 60)

email: casadacriancasantaangela@gmail.com Casa da Criança Santa Ângela (cap. 210) Rua Michele Principe, 300 - Heliópolis Tel. 2060-9160

Tel 2272-3145 email: occacidade do solunas@gmail.com Rua Comandante Taylor, 1347 - Heliópolis Cidade do Sol Imperador (cap. 120)

Distrito do Sacomã

email: ccabviver@gmail.com Brincar de Viver (cap. 60) Rua Marquês de Maricá, 705 - Sacomã. Fel. 2062-9207

Estação Esperança (cap. 120) Rua Cristóforo Mantegazza, 250 email: direcao.cca@ihdi.org.br Tel. 2769-0499

email: ccajardimmariaestela.unas@hotmail.com Georgina do Carmo Moreira (cap. 120) Rua Dr. Pinto Nazário, 470 - Jardim Maristela Tel. 3473-2487

Heliópolis (cap. 180)

Rua Cel. Silva Castro, 58 - Heliópolis Tel.: 2219-0692

email: cccaheliopolis-unas@hotmail.com Jardim Climax (cap.180)

Rua José Pereira Barreto, 79 - Jardim Clímax Tel. 2335-6775 email: cca@osic.org.br

Lagoa (cap. 120) Rua R. Flor do Pinhal, 2 - Heliópolis

Fel. 2272-0668 email: cccalagoa@hotmail.com

Fel. 2061-5932 email: ccaminna@gmail.com Rua da Mina, 36 - Heliópolis Mina (cap 120)

Tel. 2914-3541 email: cca120unas@hotmail.com Rua Cristo Redentor, 452 - Heliópolis Núcleo 120 (cap. 60)

Rua Jovens do Sol, 128 - Heliópolis Tel. 2061-7891 / 2061-0371 Pam (cap. 180)

Parceiros da Criança (cap. 180) Rua Primavera Brasileira, 18 – Heliópolis email: cccapamunas@hotmail.com Tel. 2215-8466

Fel. 2334-1745 email: ccaunassacoma@hotmail.com Rua Canção do Exílio, 207 - Jardim São Savério Plácido de Souza Filho (cap. 60)

email: cccaparceiros.unas@bol.com.br

Segunda Milha (cap. 60) Rua Padre Bernardo Bergen, 212 – Jardim Botucatu email: cca.smilha@gmail.com Santa Cristina (cap. 180) Tel. 2351-2888

Fel. 2336-7342 email: obras.bonifacio@hotmail.com email: osseobra@uol.com.br Rua Antonio José Vaz, 293 - Parque Bristol Santa Edwiges (cap. 120) Rua Marquês de Marica, 288 - Sacomã Tel. 2591-2281 email: <u>osseobra@uol</u>

Fel. 2334-2496 email: cassanucleo.cca@bol.com.br Santo Agnelo (cap. 180) Rua Giovanni Bracelli, 35 - Jd. Sta Emília

SOCIAL E PRODUTIVO P/ ADOLESC., JOVENS E ADULTOS DE 15 A 59 ANOS CEDESP - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO

email: cfpjosegomes@gmail.com Av. Ricardo Jafet, 3025 - Vila Gumercindo Professor José Gomes (cap. 120)

Tel. 5063-3268

de Formação Profissional

- Centro

Distrito do Cursino

Distrito do Sacoma

90

 Assistência Social Rua Prof. Vilalva Júnior, 339 - Moinho Velho Fel. 2215-4086 / 2915-7527 CEDESP CAAP ASA Adolescente (cap. 200)

email: caap@caapipiranga.org.br

NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

Distrito do Sacoma

(60 presenciais e 40 em domicilio) Rua Almirante João de Faria Lima, 161 Jardim Clímax Maria Cícera (cap. 100) Tel. 2335-1839

email: comeiaculturalesocial@gmail.com

SASF - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO

Distrito do Sacomá

Aua Canção do Exílio, 210 - Jardim São Savério Chico Mendes (cap. 1000) Tel. 2083-8192

email: sast.unas@gmail.com